

Cadernos
de
Clio

Revista Cadernos de Clio
Publicação PET História UFPR

Corpo Editorial

Dennison de Oliveira (Presidente), Lauriane dos Santos Rosa, Lucas Engel Sacht, Mariana Fujikawa, Michel Erlich

Conselho Consultivo

Alexandre Cozer (Universidade Federal do Paraná)

Clóvis Gruner (Universidade Federal do Paraná)

Felipe Bastos (Universidade Estadual de Campinas)

Fernanda dos Santos

Fernando Botton (Universidade Federal do Paraná)

Maralice Maschio (Universidade Federal do Paraná)

Nadia Guariza (Núcleo de Estudos de Gênero – Universidade Federal do Paraná)

Neli Teleginski (Universidade Federal do Paraná)

Priscila Vieira (Universidade Federal do Paraná)

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
VENDA PROIBIDA

Cadernos de Clio

V. 7, Nº. 2, 2016, PET – História UFPR

Endereço para correspondência

Rua General Carneiro, nº 460, 6º andar, sala 605
Centro – Curitiba – Paraná – Brasil
CEP: 80060-150

e-mail: cadernosdeclio@gmail.com

Cadernos de Clio online: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/clio>

Projeto gráfico, capa e lombada:

Bruna Trautwein Barbosa

Editoração, editorial:

Lauriane dos Santos Rosa, Lucas Engel Sacht, Mariana Fujikawa

Diagramação:

Lauriane dos Santos Rosa, Lucas Engel Sacht, Mariana Fujikawa

Referência de Capa e Contracapa:

Adaptação da obra *Landscape with Lake and Boatman* de Jean Baptiste Camille Corot (1839)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS. BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

REVISTA Cadernos de Clio / PET de História UFPR; projeto gráfico, capa e lombada: Bruna Trautwein Barbosa; editoração, editorial e diagramação: Lauriane dos Santos Rosa, Lucas Engel Sacht, Mariana Fujikawa, v.2 (2016-). Curitiba, PR: PET – História UFPR, 2017.

v.7, n. 2, 2016

Semestral (a partir do primeiro semestre de 2015)

ISSN: 2237-0765

ISSN: 2447-4886 (on line)

1. História - periódicos. 2. História - Estudo e ensino. 3. Historiografia - Divulgação científica. I. Universidade Federal do Paraná. II. Barbosa, Bruna Trautwein. III. Rosa, Lauriane dos Santos IV. Sacht, Lucas Engel. V. Fujikawa, Mariana.

CDD 20. ed. 907

Editorial

É com imenso orgulho que o PET-História-UFPR apresenta mais uma edição da revista Cadernos de Clio. Com enorme satisfação chegamos ao sétimo ano de publicação dessa revista. Conforme os objetivos da publicação, também neste número, todos os artigos são de alunos de cursos de graduação com pesquisas na área de História ou correlatas.

Nesta edição, apresentamos cinco artigos e três resenhas, de temáticas bastante variadas. No artigo que abre esta edição, “A Emancipação Racional Da Mulher: O Periódico O Sexo Feminino E A Luta Feminina Por Direitos Sociais Às Vésperas Da República”, de **Soraia Gatti**, a autora busca analisar os argumentos do periódico quanto aos temas referentes à mulher na modernidade.

No segundo artigo “Religião Digital: as identidades em rede das testemunhas de Jeová (2000-2013) ”, de **Vinícius Miro Arruda**, procura entender a relação das Testemunhas de Jeová, como instituição e indivíduos, com o espaço digital.

Na sequência, o artigo “Guerra de Canudos na Revista Ilustrada: a República como discurso”, de autoria de **Yuria Santamaria Pis-mel**, que analisa, a partir das edições da *Revista Illustrada*, fundada por Angelo Agostini no ano de 1876, e que pretende analisar as passagens de 1897, em que é mencionada a Guerra de Canudos.

O quarto artigo dessa edição de Cadernos de Clio, “A Descrição de Jesus Cristo como Mago no Discurso Verdadeiro Contra os Cristão

de Celso (II-III d.C)”, é de autoria de **Breno Teles Pereira**, que analisa como o autor da fonte buscava deslegitimar o líder religioso, tratando-o como mago.

Finalmente, o último título da seção de artigos é “O Paciente Escreve sua História: Produções textuais dos pacientes do manicômio judiciário de São Paulo”, dos autores **Bianca Jaqueline de Moraes Vicente, Gabriela Moreira de Almeida, Gabrielle Ramos da Silva e Guilherme Fernandes de Moura**, que foca em analisar a perspectiva do interno diante da instituição e da sua condição.

Abrindo as resenhas dessa edição da revista, **Mariana Rupprecht Zablonsky** analisa o livro *The suicidal state in Somalia: The rise and fall of the Siad Barre Regime, 1969-1991*, de Mohamed Haji Ingiris.

Na sequência há a resenha de autoria de **Gabriela Isbaes**, que trata do livro *As Múltiplas faces do discurso em Roma: textos, inscrições, imagens*, dos organizadores Gilvan Ventura da Silva e Leni Ribeiro Leite.

A terceira resenha da revista é de **Bruno Ercole**, que analisa o livro *Santa Felicidade: o bairro italiano de Curitiba: um estudo sobre restaurantes, rituais e (re)construção de identidade étnica*, da autora Maria Fernanda Campelo Maranhão.

Por fim, apresentamos a Nota de Pesquisa do PET-História UFPR que tem como título “A Irmandade do Rosário em Curitiba: a obliteração dos negros na história da cidade”. Neste, os autores, **Douglas Figueira Scirea, Luccas Abraão de Paiva Vidal e Maurício Mi-**

hockiy Fernandez Martinez comentam sobre a pesquisa coletiva do PET realizada no ano de 2015.

Esperamos que o segundo número deste sétimo volume da revista Cadernos de Clio agrade aos leitores, sejam eles universitários ou não, consolidando a revista como um espaço de discussão historiográfica de qualidade e espaço de divulgação de trabalhos de graduandos.

Lembramos também que a revista está aberta ao recebimento de artigos, resenhas e notas de pesquisa sob fluxo contínuo.

Boa leitura!

Março de 2017

Lauriane dos Santos Rosa
Lucas Engel Sacht
Mariana Fujikawa

Sumário

Artigos

A EMANCIPAÇÃO RACIONAL DA MULHER: O PERIÓDICO O SEXO FEMININO E A LUTA FEMININA POR DIREITOS SOCIAIS ÀS VÉSPERAS DA REPÚBLICA.....	15
RELIGIÃO DIGITAL: AS IDENTIDADES EM REDE DAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ (2000-2013)	33
GUERRA DE CANUDOS NA REVISTA ILLUSTRADA: A REPÚBLICA COMO DISCURSO.....	63
A DESCRIÇÃO DE JESUS CRISTO COMO MAGO NO DISCURSO VERDADEIRO CONTRA OS CRISTÃOS DE CELSO (II-III d.C.).....	87
O PACIENTE ESCREVE SUA HISTÓRIA: PRODUÇÕES TEXTUAIS DOS PACIENTES DO MANICÔMIO JUDICIÁRIO DE SÃO PAULO (1910-1923).....	107
Resenhas	
INGIRIIS, Mohamed. Haji. The suicidal State in Somalia: the rise and fall of the Siad Barre Regime, 1969- 1991. London: University Press of America, 2016, 383p.....	129
SILVA, Gilvan Ventura da; LEITE, Leni Ribeiro (Organizadores). As Múltiplas Faces do Discurso em Roma: textos, inscrições, imagens. Vitória: EDUFES, 2013.....	137

- MARANHÃO, Maria Fernanda Campelo. Santa Felicidade, o bairro italiano de Curitiba: um estudo sobre restaurantes, rituais, e (re)construção da identidade étnica. Curitiba: SAMP, 2014, 230p.....145

Nota de Pesquisa

- A IRMANDADE DO ROSÁRIO EM CURITIBA – A OBLITERAÇÃO DOS NEGROS NA HISTÓRIA DA CIDADE155
- NORMAS EDITORIAIS.....171

Artigos

A EMANCIPAÇÃO RACIONAL DA MULHER: O PERIÓDICO *O SEXO FEMININO* E A LUTA FEMININA POR DIREITOS SOCIAIS ÀS VÉSPERAS DA REPÚBLICA

EMANCIPACIÓN RACIONAL DE LA MUJER: LA REVISTA *O SEXO FEMININO* Y LA LUCHA FEMENINA POR LOS DERECHOS SOCIALES EN LA VÍSPERA DE LA REPÚBLICA

Soraia Gatti¹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar os principais argumentos, pautas e questionamentos femininos presentes no periódico brasileiro *O Sexo Feminino*, por meio de uma análise dos textos publicados em duas colunas do jornal, “A emancipação racional feminina” e “O casamento”. A tônica emancipacionista e de enfrentamento à sociedade patriarcal brasileira são características que identificam o jornal e que conversam com os ideários do movimento feminista oitocentista europeu e norte americano. A emancipação da mulher pela educação e pela profissionalização era a pauta central do periódico. O periódico representa um profundo processo de redefinição da mulher na modernidade. Num momento em que se encontravam alijadas da participação política e em grande medida excluídas da vida pública, as mulheres encontraram na palavra escrita (e na publicação de suas ideias) uma estratégia de resistência e de luta política.

Palavras-chave: Emancipação feminina; Educação; Profissionalização; Feminismo; Escrita; Resistência.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo examinar los principales argumentos, las directrices y las preguntas femeninas presentes en la

¹ Possui Ensino Médio Técnico em Eletrônica pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Atualmente cursa graduação em História (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Latino-Americana e História das Relações de Gênero.

revista *O Sexo Feminino*, a través de un análisis de los textos publicados en dos columnas del periódico, "La emancipación racional femenina" y "El matrimonio". El tónico emancipacionista y la frente a la sociedad patriarcal brasileña son características que identifican la revista y hablan con los ideales del movimiento feminista europeo y norteamericano del siglo XIX. La emancipación de la mujer mediante la educación y profesionalización fue la idea central del periódico. La revista muestra un profundo proceso de redefinición de las mujeres en la modernidad. En un momento en que fueron excluidas de la participación política y en gran medida excluidas de la vida pública, las mujeres encontraron en la palabra escrita (y en la publicación de sus ideas) una estrategia de resistencia y de lucha política.

Palabras-clave: Emancipación de la mujer; Educación; Profesionalización; Feminismo; Escrita; Resistencia.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo analisar os principais argumentos, teses, ideias, reivindicações e questionamentos femininos presentes no periódico *O Sexo Feminino*, por meio de uma análise dos textos/artigos publicados em duas colunas do jornal, “A emancipação racional feminina” e “O casamento”. O período analisado corresponde ao segundo semestre do ano de 1889, mais especificamente o mês de junho. Foram utilizadas para análise as duas primeiras edições do ano de 1889 (Ano III do periódico), disponíveis para consulta na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. A primeira edição (número 01) data de 02 de junho de 1889; e a segunda (número 02) de 09 de junho de 1889, período que é, portanto, imediatamente anterior à proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Após a mudança para a forma republicana de governo o periódico passou a se autodenominar simbolicamente de *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*.

Selecionamos o periódico *O Sexo Feminino* para discutir a problemática da emancipação da mulher às vésperas da República no Brasil pois sua linha editorial se voltava exclusivamente para as problemáticas sociais, políticas e culturais relacionadas às mulheres. A tônica emancipacionista dada pelo enfrentamento à sociedade patriarcal brasileira faz-se presente e conversa com os ideários do feminismo oitocentista divulgado nos dois lados do Atlântico. Ao propor uma investigação acerca da representação, vinculada por este periódico específico, da figura psicológica, emocional, social, política e cultural da mulher, bem como ao perscrutar as formas de expressão femininas publicadas pelo jornal, este trabalho se insere em um terreno analítico que percebe as mulheres enquanto agentes, dialogando com as abordagens analíticas de gênero.

Outra questão (e também preocupação) que está implícita na elaboração deste artigo é o momento histórico-político-social no qual estes escritos foram produzidos: o ano da proclamação da República. Procura-se investigar, neste sentido, se as teses e reflexões que ocupam as páginas do *Sexo Feminino*, revelam algum tipo de alinhamento político com a causa republicana.

Para começo de discussão, é importante refletir acerca do posicionamento e engajamento feminista do periódico. Neste sentido, torna-se importante historicizar a organização de mulheres e a reivindicação por direitos e autonomia, a fim de localizar e contextualizar a inserção e atuação do *Sexo Feminino* em uma luta social que tinha e tem, invariavelmente, caráter universal.

O feminismo, enquanto movimento social e político, reúne pessoas que compartilham experiências, interesses e demandas comuns em torno da problematização dos direitos e da igualdade e teve suas primeiras expressões ainda na Europa setecentista, particularmente na França e Inglaterra, em meio às múltiplas transformações culturais, sociais, políticas e econômicas provocadas pelo avanço do capitalismo. (SANDENBERG & COSTA, 1994). No Brasil, o pensamento feminista emerge de forma efetiva somente em meados do século XIX, com obras de autoras como Nísia Floresta Brasileira Augusta e a publicação da tradução parcial para o português da obra pioneira do movimento feminista *A Vindication of the Rights of Woman*², de Mary Wollstonecraft, em 1832.

Desde então, o feminismo no Brasil, assim como em diversos lugares no mundo ocidental, vem assumindo diversas e diferentes formas, faces e bandeiras: sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguesa, reformista. *O Sexo Feminino* se apresenta como porta voz do feminismo no Brasil reivindicando o direito à educação e à profissionalização feminina e, após a proclamação da República, passou a defender o sufrágio feminino. Essas demandas e reivindicações, como a ampliação da educação e profissionalização da mulher, são encontradas repetidamente nas matérias publicadas no jornal e constituem o material analisados neste artigo (presentes nas duas primeiras edições de 1889, o Ano III do periódico).

² Publicação original em 1792, Inglaterra.

É importante enfatizar que as lutas feministas no Brasil não constituem um lugar à parte na história social e cultural. O movimento feminista, ao qual o periódico *O Sexo Feminino* incontestavelmente se alinha, é reconhecido pela história das mulheres como engajado e incorporado à dinâmica da sociedade brasileira. Prova disto é o fato já exposto de que, com a República, o periódico aqui estudado passa a se nomear *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Ato simbólico, mas também expressivo e insinuante, que possui claramente uma postura política e demonstra como há um diálogo entre o projeto feminista defendido pelo jornal e as mudanças estruturais pelos quais o Brasil estava passando.

Com a proclamação da República e a extensão do direito ao voto para todos os homens alfabetizados, abria-se a promessa e a possibilidade de uma estrutura política mais igualitária. É neste contexto que começa a luta pelos direitos políticos das mulheres, a começar pelo direito ao voto extensivo às mulheres. Com o advento do período republicano, o *Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, passou a assumir um caráter profundamente sufragista (NASCIMENTO & OLIVEIRA, 2007).

O Sexo Feminino: origens e ideário

O Sexo Feminino foi um periódico criado na cidade de Campanha da Princesa (MG) em 1873, pela educadora Francisca Senhorinha da Motta Diniz, mineira de São João d'El Rei, proprietária, redatora e editora oficial do jornal. Com a mudança de Francisca Diniz para a Corte do Império Brasileiro, o jornal passou a ter sua sede no Rio de Janeiro. As publicações aqui circularam, portanto, naquela cidade.

Ao contrário de um livro, que geralmente possui apenas um autor, os jornais são formados por um grupo de autores que escrevem a partir de uma linha de pensamento comum. No caso do *Sexo Feminino*, as escritoras e jornalistas eram mulheres, muitas intelectuais, que ao se engajarem e se reunirem em torno do projeto da emancipação feminina construíram redes de sociabilidades e contribuições mútuas a fim de delinear uma identificação e postura sólida para o jornal (TEIXEIRA, 2011).

As principais colaboradoras do periódico, segundo Teixeira, eram as três filhas de Francisca Diniz: Amélia, Albertina e Elisa Diniz; além de diversas outras mulheres que eventualmente publicavam, como a jornalista Violante Ataliba Ximenes de Bivar e a poeta Narcisa Amália. Nas duas edições analisadas, *O Sexo Feminino* apresentou-se enquanto um “semanário literário, recreativo e noticioso”, “especialmente dedicado aos interesses da mulher”. As colaboradoras eram, de fato, segundo apresentação do periódico ao início de cada edição, “suas filhas e diversas senhoras”.

Tais declarações inferem o caráter coletivo do jornal: escrever principalmente para mulheres e com a colaboração de diferentes mulheres, que defendiam os interesses e as demandas sociais femininas. Trata-se, portanto, de uma rede de sociabilidade entre mulheres tecida em torno do periódico.

Todos os textos analisados presentes nas duas primeiras edições do ano de 1889, não foram assinados. Pode-se inferir deste fato uma possível intenção e esforço contínuo do periódico em enfatizar o caráter

coletivo do projeto editorial. Os artigos presentes nas colunas analisadas foram, inclusive, escritos em primeira pessoa do plural.

A maioria das escritoras do *Sexo Feminino* era composta por mulheres urbanas, letradas e intelectuais, especialmente ligadas ao magistério primário, com opções e opiniões religiosas diferenciadas, que migraram do interior do Brasil para a Corte. Elas enfrentaram muitas dificuldades para publicar suas ideias, em razão da falta de dinheiro ou mesmo do preconceito social que partia, inclusive, também de outras mulheres de seu tempo. Algumas trabalharam arduamente pela causa abolicionista, embora esta participação feminina seja pouco conhecida e estudada pela historiografia (TEIXEIRA, 2011, p. 05).

A trajetória da fundadora e proprietária do *Sexo Feminino*, Francisca Diniz, é elucidativa para a compreensão das linhas políticas e culturais do jornal, bem como o lugar que ele ocupava no meio cultural da época. Diniz atuou no magistério primário do Rio de Janeiro e de São Paulo, escreveu um romance sobre costumes (*A Judia Rachel*), dirigiu colégios e foi editora e colaboradora de outros periódicos, tais como *A Voz da Verdade* e *A Primavera*. Tendo dedicado boa parte de sua vida ao ensino, nada mais natural que o seu periódico hasteasse a bandeira da educação e profissionalização feminina. O grande inimigo das mulheres, segundo Diniz, era a ignorância, o desconhecimento e a falta de reivindicação dos seus direitos, o que as tornaria escravas e não companheiras em pé de igualdade com os homens. Defendia a tese de que a solução para a subordinação estaria numa efetiva participação da mulher na sociedade (TEIXEIRA, 2011, p. 06). A análise feita neste trabalho

das colunas “A emancipação racional da mulher” e “O Casamento”, presentes nas duas edições selecionadas demonstrou, de fato, que a essência do jornal, sua bandeira principal, era a defesa da independência e emancipação social da mulher pela educação racional.

As duas colunas analisadas figuravam entre a primeira e a segunda página do periódico, que geralmente possuía quatro páginas. *O Sexo Feminino* também publicava poesias, receitas, dicas de moda e beleza, trechos de pensamentos filosóficos e literários diversos referentes à figura feminina. Estes temas, entretanto, eram secundários; a ênfase estava no engajamento social e político em prol da defesa dos direitos das mulheres.

“A Racional Emancipação Feminina” e “O Casamento”

A emancipação racional feminina, conforme enunciada na primeira edição, seria orientada pelos princípios da igualdade, da fraternidade e da liberdade (aqui, temos uma clara referência ao ideário revolucionário, o que demonstra como as ideias geradas na Europa tinham profunda influência e encontravam ressonância na sociedade brasileira de então). Tais princípios se distanciam e até mesmo se opõem profundamente à instituição da escravidão, um grilhão ao verdadeiro aperfeiçoamento moral e intelectual de uma sociedade, segundo o Jornal. O abolicionismo está presente no discurso do jornal como causa de liberdade, à qual as mulheres também deveriam aderir.

O conceito de “civilização da humanidade” é evocado pelo periódico no contexto do século XIX, tido como o século das luzes e da “ba-

talha pela civilização”. Tal momento histórico não podia deixar de conter também a batalha pela racional emancipação da mulher. Esta questão é considerada pelo periódico como o *problema* mais sério e de maior importância a ser resolvido para que a civilização triunfasse com plenitude.

A independência feminina é vista, portanto, como um *problema* de difícil dinâmica, mas que precisava ser enfrentado e superado. Sua resolução, invariavelmente, seria de alcance, e diria respeito, a ambos os sexos. A emancipação seria assim transcendente ao universo feminino, tendo ampla abrangência social. Seria também “um passo fundamental a favor do progresso da humanidade”.

Destes princípios pode-se concluir que o periódico é enfático ao afirmar que enquanto as mulheres não fossem efetivamente livres e autônomas a civilização e o progresso não triunfariam. A evocação de conceitos como “civilização”, “progresso da humanidade” e “século das luzes” demonstra a profunda influência do pensamento liberal e reformatista na visão e percepção que essas mulheres redatoras do *Sexo Feminino* tinham acerca da História, da civilização e da sociedade.

A união feminina, o caráter coletivo, o sepultamento dos preconceitos e, inclusive, a paciência e a perseverança, são elementos que aparecem nos textos como necessários ao enfrentamento das opressões e injustiças sociais. O jornal se apresenta, neste sentido, como o porta-voz da mulher e da defesa de seus direitos, direitos esses “até hoje pouco prezados ou com revoltante injustiça postergados” (pág. 01; edição núm.01).

Em uma época em que a ciência havia estabelecido a igualdade de inteligência entre homens e mulheres, segundo o discurso do periódico, a sociedade moderna deveria educar a mulher não exclusivamente para “a glória ou o ornamento de salões”, mas para também serem úteis à humanidade.

Uma questão interessante, encontrada nos textos analisados, diz respeito à percepção e compreensão da complexidade das “dimensões da vida” pelo jornal. A vida teria dimensão íntima e pessoal, social e pública. As mulheres não poderiam ficar restritas ao âmbito doméstico e privado, elas tinham *direito* a mais, a provarem a diversidade de experiências que a “ciência da vida” proporciona aos indivíduos: “*A vida não é uma causa simples; há a vida física, a moral e a intelectual, e também a vida da família, do indivíduo e da sociedade. O aperfeiçoamento [...] da mulher não é uma utopia: é ideia realizada*” (pág.01-02; edição núm. 01). O periódico defende, portanto, que o aperfeiçoamento da mulher é algo concreto, realizável e que, por isso, precisaria ser perseguido e alcançado. Cabe ressaltar que o jornal defendia, portanto, a ampliação das esferas de atuação das mulheres, uma postura política ousada para a época.

A “regeneração da humanidade” é outro conceito que aparece como dependente da atuação social da mulher e, principalmente, da sua ação na família, vista como a sociedade em miniatura, um microcosmo ou um núcleo fundamental da comunidade civil. Neste sentido, *O Sexo Feminino* assume um discurso reformador. Tal regeneração ou “reforma” da sociedade dependia da educação dos jovens, a qual o jornal de-

fende que devia ser realizada exclusivamente por mulheres e mães, já que “*nem é mais permitido negar-se a sua superioridade [da mulher] na instrução e educação da mocidade*” (pág. 02, edição núm. 01).

Percebe-se a defesa de uma superioridade feminina em relação ao homem: “*Neste século [XIX] a mulher acompanharia passo a passo o progresso intelectual do homem, tendo mesmo provado superioridade no mundo moral e sensível. Para provar o que acabamos de avançar, temos inúmeros fatos tanto na história antiga, como na média e contemporânea.* ” (Pág. 02, edição núm. 01). Para provar tal argumento, a Lei do Ventre Livre de 1871 e a Lei Áurea de 1888, ambas assinadas pela princesa Isabel, representada como uma heroína pelo jornal, são citadas como exemplos da energia, capacidade e iniciativa da mulher.

A princesa Isabel é vista e representada, neste sentido, como a verdadeira responsável pela abolição da escravatura no Brasil e a grande redentora dos escravos: “*Sem a Princesa Imperial D. Isabel, o que seria da misera raça, que há tanto tempo era oprimida pela escravidão?* ” (Pg. 02, edição núm. 01). Neste ponto, é necessário reconhecer que tal visão apresentada pelo periódico a respeito dessas leis abolicionistas é idealista e ignora os conflitos e debates em torno destas questões políticas e econômicas, criando uma representação idealizada e sem ancoragem histórica da Princesa Isabel. No entanto, interpretamos que se tratava de uma estratégia discursiva do jornal, com o intuito de distinguir a ação moral benfazeja das mulheres. Outros elementos historicamente associados à imagem feminina que são contestados nos textos analisados dizem às ideias de fraqueza e tutela. A mulher, pelo contrário, seria

capaz de superar dificuldades muitas vezes irresolutas para os homens: “*Sem Cornellia, o que fariam os Grachos? Quem libertaria do poder do feroz Holofernes o seu povo oprimido senão a meiga Judith?*” (Pág. 02, edição núm. 01). Tais referências, a Cornellia e os Grachos³ e a Holofernes e Judith⁴ ilustram o caráter culto, intelectual e literário do periódico, que reunia contribuições de escritoras letradas.

A emancipação pela educação aparece repetidamente, como na passagem: “*Vejamos, pois, boas mães, o terreno é nosso, não o deixemos sem cultura [...]; a principal ideia é de abrir todas as carreiras ao nosso deprimido sexo por meio da instrução ministrada pela mãe de família*” (pág. 02, edição núm. 01). Observa-se a defesa de que as mães deveriam ser as mais atuantes educadoras de seus próprios filhos e filhas, uma vez que a influência feminina na educação seria fundamental para a formação de uma nova geração de mulheres emancipadas.

As referências bíblicas, à Providência e à figura divina, bem como à instituição da família, são recorrentes no jornal, o que demonstra uma grande influência da religião, especialmente do Cristianismo, sobre o pensamento das redatoras do *Sexo Feminino*.

O patriarcado aparece como o tema central do espaço “A emancipação racional da mulher” na segunda edição analisada, de 09 de junho de 1889. A coluna nesta edição tem como subtítulo “A mulher perante a História”. A crítica direciona-se especialmente ao patriarcado quando o

³ Evocação à obra “Triunfos de Francisco Petrarca” de Luiz de Camões.

⁴ História bíblica que se refere ao povo assírio; há uma famosa pintura, do pintor italiano Michelangelo Merisi de Caravaggio, em que Judith decapita Holofernes, um cruel general assírio que atuava a mando de Nabucodonosor.

mesmo se manifesta e se relaciona com a instituição do casamento e das relações amorosas: “*Que triste a condição da mulher nas eras que chamamos patriarcais! Não era o seu olhar amante que buscava na turba de homens o esposo escolhido de sua alma. O direito de escolha pertencia ao pai ou aos irmãos mais velhos. O seu dever era seguir o esposo designado, embora desconhecido. Simples eram as cerimônias nupciais: a entrega do dote e as dadivas dos parentes constituíam a base do casamento*” (p. 01; edição núm. 02). Tais reflexões demonstram a melancolia com a qual *O Sexo Feminino* percebia a subordinação da vontade da mulher à autoridade masculina nos assuntos afetivos.

A estrutura patriarcal da sociedade e a subordinação da mulher são vistas inclusive como um sintoma de atraso e barbárie: “*A condição social da mulher marca exatamente o grau de civilização de um povo*” (p. 01; edição núm. 02). Notemos a profundidade de tal declaração e posicionamento. A situação da mulher é o ponto de inflexão por meio da qual pode-se avaliar a elevação social e moral de uma sociedade: “[...] onde a mulher é rainha, a sociedade é culta, onde a mulher é escrava, é bárbara a sociedade” (p. 01; edição núm. 02). Tal noção é expressada pelo jornal como uma “verdade”, uma “lei histórica”, observada entre os primitivos aryas (grupo étnico indo-europeu) e na sociedade védica Indiana, por exemplo.

Tal discurso apresenta, portanto, elementos de justificação/comprovação que se baseiam em leituras feitas acerca de fatos históricos e de diferentes sociedades; demonstra também o convicto posicionamento de Francisca Diniz e suas colaboradoras da profunda impor-

tância que a emancipação da mulher assume dentro do conceito de “civilidade” e “progresso” da sociedade. A emancipação feminina pela educação é a grande causa e bandeira do periódico e não estava alheio às dinâmicas políticas, sociais e econômicas, muito pelo contrário, é uma pauta fundamental, pois uma sociedade na qual a condição da mulher é ignorada e que as mulheres não lutam por seus direitos, só podia ser uma sociedade bárbara, atrasada, na qual não havia liberdade, igualdade nem fraternidade.

Os argumentos presentes na coluna “O Casamento” retomam uma série de teses. Os dois espaços analisados, em verdade, se complementam, se confundem: a causa é comum. Também aqui, num espaço do periódico destinado a discutir a condição da mulher dentro do matrimônio, a emancipação da mulher e a igualdade de direitos apresentam-se como as bases fundamentais de legitimidade e justiça desta instituição social.

O casamento, tal como apresentado no *Sexo Feminino* na primeira edição analisada, uniria dois indivíduos, em caráter permanente/eterno, com o fim do aperfeiçoamento mútuo dos indivíduos e da constituição da família (vista como molécula fundamental da sociedade). O matrimônio teria também base religiosa; a religião seria uma “autoridade superior” que guiaria os “movimentos diversos” dos dois cônjuges.

O regimento, ou o ordenamento e dinâmica de uma família (cuja constituição é o objetivo principal do casamento) não pode ser absoluto ou despótico, mas deve ser ilustrado, racional, prudente e moderado. Neste sentido, o texto defende que não deve haver desigualdade de di-

reitos entre o marido e sua esposa: há uma severa crítica ao “império da proeminência marital” e à superioridade concedida pelas leis do código civil brasileiro da época aos maridos. Tal disposição de coisas atentaria contra a dignidade moral da mulher e a impediria de exercer, por exemplo, atividades profissionais como a de escritora ou preceptora sem a prévia autorização do marido. O periódico, com este discurso, mais uma vez enfatiza a importância da educação e profissionalização da mulher como vias racionais para a emancipação feminina, dentro e também fora do casamento.

Na segunda edição analisada, a coluna “O casamento” apresenta essencialmente os argumentos anteriores, que se repetem e ganham reforço. A tutela marital é criticada e considerada sintoma de injustiça. A emancipação é novamente enfatizada: ela não é uma ilusão utópica, é uma necessidade ajustada à realidade. Para sua realização seria necessária uma convicta repressão a todos os obstáculos diretos e indiretos, por meio de uma prudente e reflexiva revisão do código civil, a fim de garantir a igualdade de direitos entre os sexos. A educação, enfim, aparece reiteradamente como o substrato fundamental: “*A razão esclarecida dicta a lei suprema*” (p.01, edição núm. 02). Somente por meio da instrução a mulher poderia se emancipar, conquistar direitos e aperfeiçoar suas capacidades: “*É preciso que as mulheres se vão habilitando a tornarem-se cidadãs úteis, porque são verdadeiros membros do corpo político e interessam diretamente com a ordem social e com o bom regimento dos negócios públicos*” (p. 02, edição núm. 02).

O teor discursivo do periódico mostrou-se combativo e confiante; fazia uma convocatória às mulheres para que reivindicassem seus direitos por meio da via segura da educação, da profissionalização e da razão: “*Ousamos reclamar para o nosso sexo a emancipação. Os tradicionais podem rir a vontade de nossa audácia [...] Isso não nos deterá no caminho que traçamos*” (p. 01, edição núm. 02). “*Avante, pois, amáveis conterrâneas*” (p. 02, edição núm. 01).

Por meio da leitura do periódico e da análise realizada é importante refletir a respeito de uma última pergunta: para quais mulheres, afinal, o jornal se dirigia? A princípio, *O Sexo Feminino* pode ser compreendido como um periódico criado, administrado e escrito por uma elite letrada de mulheres; os textos publicados por elas faziam referências literárias cultas, de difícil acesso para a maioria das mulheres brasileiras de então. Além disso, o discurso dirigia-se, sobretudo, às ditas “mães de família”, haja vista as inúmeras passagens nas quais a instituição familiar é exaltada, ressaltada e vista a partir de uma perspectiva moral cristã.

Contudo, a causa defendida pelo jornal era universal, dizia respeito a uma concepção universal de mulher, o que pretensamente incluía mulheres ricas e pobres, brancas ou negras, religiosas ou não. A emancipação da mulher, por meio da razão e educação, é uma questão que atinge e diz respeito à universalidade do gênero feminino, era o que defendiam suas colaboradoras. Por isso, mesmo que a totalidade do discurso e do pensamento reproduzidos pelo jornal não fosse comprehensível ou acessível em termos intelectuais e culturais à totalidade das

mulheres, defendemos que o ímpeto emancipacionista de sua mensagem era universal e se dirigia a todas as mulheres.

Considerações finais

As análises e reflexões realizadas acerca do discurso feminista presente no periódico *O Sexo Feminino* nos levam a concluir que a emancipação da mulher pela educação e pela profissionalização era a pauta central do periódico, e do movimento feminista de modo geral, naquele momento. A religião e atuação da mulher dentro da família, entendida como sociedade em miniatura e a principal instituição de reforma social, aparecem como elementos complementares no interior da causa central de emancipação racial feminina. A mulher adquire nas páginas do periódico um status de agente civilizatório de fundamental importância, o ponto de inflexão por meio do qual se “mede” o grau de “civilização” de uma sociedade.

Em período impulsionado pelos ideais de progresso, civilização e modernização, as estruturas sociais e políticas do país modificavam-se. O período imediatamente anterior e posterior à proclamação da República, e o ano de 1889 especificamente, exigiu todo um processamento de reengenharias sociais e políticas no Brasil. Tal reestruturação se estendia também à condição social das mulheres. Neste sentido, o periódico *O Sexo Feminino* reflete e representa um profundo processo de redefinição da mulher na modernidade. Num momento em que se encontravam alijadas da participação política e em grande medida excluídas da vida pública, as mulheres encontraram na palavra escrita (e na publi-

cação de suas ideias) uma estratégia de resistência, de entrada na esfera pública e de defesa do protagonismo público e social das mulheres.

Fonte Primária

O Sexo Feminino. Ano III. Núm. 01 e 02. Rio de Janeiro, 1889. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponíveis em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706868&PagFis=0&Pesq> Acesso em: 08/10/2016.

Bibliografia

COSTA, Ana Alice A.; SANDENBERG, Cecília M. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: *Mulher e relações de gênero*. BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro; BINGEMER, Maria Clara L. (Orgs.). São Paulo: Edições Loyola, 1994. Pp. 81-112.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do; OLIVEIRA, Bernardo J (coautor). O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher. In: *Cadernos Pagu*. Julho-dezembro de 2007. pp. 429-457.

TEIXEIRA, Roberta Guimarães. Os lugares e os meios de sociabilidade intelectual do jornal *O Sexo Feminino* (1873-1889): algumas considerações. In: *VI Congresso Brasileiro de História e Educação, 2011, Vitória – ES. Invenção, tradição e escrita da História da Educação no Brasil*. UFES, 2011.

Recebido em: 15/06/2016

Aceito em: 18/10/2016

RELIGIÃO DIGITAL: AS IDENTIDADES EM REDE DAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ (2000- 2013)

DIGITAL RELIGION: THE IDENTITY NETWORK OF JEHOVAH'S WITNESSES (2000-2013)

Vinicius Miro Arruda

Resumo: O presente artigo traz resultados finais de pesquisa de iniciação científica desenvolvida com o apoio do CNPq, entre 2013 e 2014, cuja finalidade fora compreender o envolvimento das Testemunhas de Jeová, como instituição e indivíduos, com o espaço digital. Selecioneamos para isso cinco endereços virtuais diferentes e os exemplares de periódicos publicados pela instituição que organiza o movimento religioso no período de 2000 a 2013. Com isso, pretendemos conjugar as advertências sobre a Internet divulgadas, ao longo da última década, nos impressos institucionais ao conteúdo dos seletos endereços virtuais, enfocando três aspectos: o papel social dado às novas mídias, a relação entre mídia e crítica e o câmbio de identidades a partir dos meios de comunicação, principalmente a Web. Percebemos nessa seleção documental a existência de divergentes usos das mídias de comunicação e formas de se relacionar com a tradição religiosa, a despeito de uma identidade Testemunha de Jeová única e homogênea.

Palavras-chaves: Testemunhas de Jeová; Midia; Identidade Cultural.

Abstract: This article presents final results of undergraduate research developed with the support of CNPq, between 2013 and 2014, the purpose of which was to understand the involvement of the Jehovah's Witnesses as an institution and individuals with the digital space. We selected for that five different websites and copies of periodicals published by the institution that organizes the religious movement from 2000 to 2013. We intend to converge the warnings about the Internet

published over the last decade by the institution with the selected websites' content, focusing on three aspects: the social role given to new media, the relationship between media and critical and the identities exchange from the media, particularly the Web. We realized by the documentation the existence of divergent uses given to media and different ways of relating to religious tradition, in spite of an Witness of Jehovah's single and homogeneous identity.

Keywords: Jehovah's Witnesses; Media; Cultural Identity.

Introdução

Apesar de sua longevidade e dimensão internacional, pode-se atestar que o grupo religioso das Testemunhas de Jeová (TsJ) é objeto de poucos estudos acadêmicos¹. Além disso, não possuem elas expressiva projeção social pelas mídias de massa, em comparação com outros religiosos, como os católicos e evangélicos. Isso quando vivemos numa era *midiática*, em que boa parte do conhecimento das pessoas sobre religião e espiritualidade é adquirido pelos meios de comunicação (Hoover, 2006: 1-7). Tanto que, partindo desse pressuposto, a antropóloga Suzana Bornholdt (2004: 10-12) afirma na *Introdução* de sua dissertação – a única sobre mídia digital e TsJ identificada quando da reali-

¹ A historiografia em língua inglesa, por exemplo, sobre as Testemunhas de Jeová, segundo Zoe Knox, limita-se às produções da própria organização sobre sua história; às memórias de dissidentes, que saem voluntariamente, desassociados, que são expulsos pela congregação, e críticas de pessoas de outras religiões, considerando-a uma seita – materiais sem caráter acadêmico; e, por fim, aos estudos de historiadores sobre os vilipêndios sofridos pelas TsJ durante a Segunda Guerra Mundial. (2011: 2-3) Quando, no Brasil, as pesquisas científicas se dedicam às Testemunhas de Jeová, essas privilegiam, em sua maioria nas áreas de Saúde, o exame da doutrina que proíbe transfusão de sangue entre os membros da associação religiosa. Identificamos somente um estudo de caráter historiográfico, tratando das proscrições políticas sofridas pelo grupo (Castro, 2007).

zação desse estudo – que o intuito inicial dela seria estudar o proselitismo virtual das Testemunhas de Jeová, tentativa que, frustrada pela quase ausência do grupo na mídia digital, desdobrou-se numa problematização do projeto missionário das TsJ a partir da não utilização da Internet. Todavia, uma pesquisa recente em sistemas de busca apresenta uma variedade de espaços digitais relacionados às Testemunhas de Jeová, sejam elas associadas ou desassociadas, além do site oficial da organização. Essa presença pode não ser, generalizadamente, motivada pela vontade de pregação doutrinária, mas contradiz a suposta aversão desses religiosos por tecnologias comunicativas².

Da Religião e suas Mídias

As Testemunhas de Jeová são uma religião cristã que por não ser católica nem evangélica é, por alguns, negativamente considerada uma seita (Barra, 2010: 143); ou então enquadrada, por pesquisadores acadêmicos, em categorias mais sofisticadas como neocristianismo (Ramos-Silva, 2007: 56) ou *novo movimento religioso* (Guerriero, 2010: 105). Suas atividades iniciaram-se em 1872, no estado norte-americano da Pensilvânia, sob o nome de *União dos Inquiridores da Bíblia* (Bornholdt, 2004: 17), ou simplesmente *Estudantes da Bíblia* (Ramos-Silva, 2007: 57). Segundo Suzana Bornholdt, passaram a se chamar *Testemu-*

² Mais que isso, aponta para a preferência dada à Internet, em detrimento de outros meios de comunicação de massa. Com isso, portanto, visamos contribuir para a ampliação do campo acadêmico dedicado ao estudo da religião das Testemunhas de Jeová e dos estudos sobre mídia digital religiosa, escassamente desenvolvidos em nosso país, a despeito de seu amplo uso pelas pessoas e instituições religiosas.

nhas de Jeová,³ e juridicamente *Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados*,⁴ na primeira metade do século XX.

De acordo com Sueli Barra (2010: 145), as Testemunhas de Jeová, para além do uso proselitista, investem em veículos midiáticos próprios – produção de revistas, livros, brochuras, filmes, músicas – como meio de manter seus membros informados sobre o mundo, mas protegidos dele, visto que a informação é dissolvida pelos princípios bíblicos que guiam suas práticas e estruturas de pensamento. Isso devido à ideia de que o comportamento e a ética singulares do grupo são o que garante a salvação; consequentemente, para manter intactos os caminhos dessa fé, tendem ao isolamento social, a intolerância inter-religiosa e a negação de práticas ecumênicas. A missão Testemunha de Jeová estaria mais voltada à conquista de novos membros ao sistema de valores do que à divulgação da mensagem cristã (Bornholdt, 2004: 94).

A rejeição ao uso de mídias de massa seria, assim, conforme Bornholdt, uma forma de preservar os padrões e valores da religião do contato com o extramundo. Essa autora (2004: 84-89), que investiga as razões da ausência missionária das Testemunhas de Jeová na Web, atenta para as recorrentes advertências, no material impresso produzido pelo

³ De acordo com Ramos-Silva (2007: 57-58), o uso do nome *Jeová* para Deus é justificado por um pensamento nominalista segundo o qual a compreensão e aceitação de algo exigem previamente sua nomeação. A denominação *Testemunhas de Jeová* – retirada de Isaías 43: 10-11 – não é um simples nome, portanto, mas uma escolha que melhor define a maneira como o grupo se identifica e quer ser identificado – como aqueles que testemunham em nome de Jeová Deus.

⁴ Em 2004 houve outra alteração, dessa vez para *Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados* (Bornholdt, 2004: 14).

grupo, contrárias ao uso da Internet por seus membros. O que ela interpreta como uma estratégia institucional de contenção de manifestações individuais autônomas, que possam obstruir a imagem totalizante dada pela entidade aos sujeitos que a compõe (Bornholdt, 2004: 76-79). Isto é, por não oferecer mecanismos seguros de vigilância e controle sobre esses membros, a Web é uma ameaça ao projeto de identificação coletiva e institucional comandado pela Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados (ATVBT) e direcionado aos seus associados⁵.

Assim, quanto ao caráter da documentação analisada – meios de comunicação religiosos – é singular a obra de Stewart Hoover, um dos pioneiros na investigação culturalista da relação religião-mídia (Morgan, 2008: 5-6). Nos estudos de comunicação, até os anos de 1990, era frequente ou considerar a religião passiva e negativamente afetada pela mídia de massa, ou meramente a ignorar como objeto de pesquisa. Isso quando prevalecia um modelo de transmissão de informações nesses estudos, observa o historiador David Morgan (2008: 1-2), desconsiderando as subjetividades das pessoas que consomem essas mídias. Para Hoover, no entanto, o foco das análises deve estar nas

⁵ Entretanto, Testemunhas de Jeová podem ser notadas em *blogs*, sites e fóruns de discussão *online* transgredindo as orientações dadas pela instituição. Tal investida é, sobretudo, marcada pela presença de pessoas desassociadas/dissociadas, ou duvidosas quanto à sua associação religiosa, que interrogam e criticam a ATVBT – também presente na mídia digital. Em meados de 2013, fora inaugurado novo site oficial, cujo acesso é indicado – convergindo duas plataformas diferentes de comunicação – aos leitores das produções impressas do grupo, sejam eles TsJ ou não. Interessa-nos, com isso, compreender esse processo de digitalização e suas implicações em projetos concorrentes de identidade religiosa, principalmente aqueles alternativos, quiçá *visíveis* somente pela via virtual.

audiências, na maneira autônoma como são construídas as identidades religiosas por meio das representações nos meios de comunicação – cuja recepção gera respostas e problemas heterogêneos (2006: 1-2). O que envolve a participação dos consumidores, não mais meros expectadores, na produção de bens midiáticos; e, consequentemente, uma negociação conflituosa entre corporações e mídias alternativas, quanto aos seus papéis de produção e consumo, argumenta Henry Jenkins (2009: 29-30). Ainda, na dianteira dessa cultura estaria o ambiente virtual, onde gerações mais jovens catalisam a diversificação e relativização dos discursos tradicionais sobre religião (Hoover, 2008: 5). A digitalização das religiões deve ser entendida como um fenômeno independente, que rege sua dinâmica com base em regras próprias; isto é, a mídia digital não é um mero receptáculo das experiências *offline*, mas um *terceiro* e híbrido espaço – intermediário, mediado, *entre* público e privado, material e conceitual, autoridade e autonomia, individual e institucional, ou seja, como espaço de polarizações que, ao se chocarem, criam situações originais – imprevisível, onde a religião deixa de ser reconhecível de acordo com as pré-concepções que a definiam até então⁶ (Hoover & Echchaibi, 2012: 11-12).

⁶ A fim de melhor entender as conjunturas que estão transformando a tradição religiosa – a identidade cultural e os arranjos sociais – das Testemunhas de Jeová, no século XXI, caberia o conceito de *liquidez* ou *fluidez* de Bauman (2001: 7-8) para caracterizar o estágio recente da sociedade moderna, instável e indefinido. Compreendemos que a relação das TsJ, ex-TsJ e a ATVBT com a Web está situada nessa tendência globalizada, como um fenômeno moderno, que mantém suas especificidades, mas compartilha fatores generalizados. O estágio de liquidez, em contraposição ao mundo sólido institucional, é decorrente de uma crescente individualização, (Bauman, 2001: 9-15) onde as defini-

Levamos em conta essas elucubrações para a investigação da identidade religiosa das Testemunhas de Jeová e ex-Testemunhas de Jeová, heterogêneas e críticas dos discursos da Associação Torre de Vigia. Sendo visíveis a instabilidade e incerteza das categorias criadas no terceiro espaço digital, próprias do estágio recente da modernidade e dos percursos instaurados pela religião midiatizada. Portanto, concentrarmos nossos esforços em analisar os processos de digitalização e individualização entre as Testemunhas de Jeová. Selecioneamos para esse intuito cinco territórios virtuais e duas revistas periódicas impressas⁷.

ções de identidade teriam sido legadas a cada pessoa pelas instituições sociais, não mais dispostas a essa atividade. (Bauman, 2001: 30) Não só as identidades *externas* são abaladas, mas o sentimento pessoal de ser um sujeito, a ideia de indivíduo. (Hall, 2011: 7-9) A identidade só é um problema para discussão quando impera a dúvida e a incerteza. Se o mundo está em transformação para algo chamado pós-modernidade, acrescenta Hall (2011: 10), o indivíduo também é *pós* em relação ao sujeito essencialista e iluminista. A individualização é, portanto, o estabelecimento de uma suposta autonomia (Bauman, 2001: 41-42) pela transformação da *identidade* humana em tarefa a ser cumprida. Isso é algo próprio da modernidade, ter que *se tornar* o que é. Assim como confirmar e provar continuamente o pertencimento a algum grupo social – a ação coletiva é a solução para aqueles que não possuem condições de se auto-affirmar com os recursos individuais que possuem, para tanto são forçados a se adaptar ao nicho que os acolhe. Entretanto, a *reacomodação* não é possível na agenda da modernidade líquida. Todos estão permanentemente *desacomodados* e responsabilizados, como indivíduos, por contradições e problemas produzidos pela sociedade, fazendo da individualização um fardo obrigatório e desagradável – distante da autonomia *real*, capaz de ser produzida e sustentada. Quando a *escolha* já não faz diferença, indaga-se a pertinência de ser livre.

⁷ A partir dessa amostra queremos, primeiro, situar os discursos sobre o uso da mídia digital divulgados na mídia impressa da organização ao longo dos anos 2000-2013, para depois nos atentarmos às performances digitais produzidas por consumidores da produção oficial da Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados. Nisso enfocaremos nas críticas que instituição e indivíduos tecem uns aos outros quanto às prerrogativas identitárias sobre a tradição religiosa – e de

Da Mídia e suas Religiões

Os sites watchtower.org, jw-media.org e jw.org foram reunidos no endereço novo *jw.org*⁸, para dar *testemunho* àqueles que não servem a Jeová, mas também para o benefício das próprias Testemunhas de Jeová, aconselhadas a *se familiarizarem* com o acesso (NMDR, 12/12/2012: 3). Além dele, a ATVBT possui duas revistas periódicas: *A Sentinela* e *Despertai!*, ambas impressas⁹ e também disponíveis para *download* no site da organização – são financiadas por donativos e não são vendidas. Como consta no *jw.org*, a primeira revista tem uma tiragem de mais de 42 milhões de exemplares, a maior circulação no mundo, enquanto a tiragem de *Despertai!* é de 41 milhões. Distribuídas em 236 países e territórios, *A Sentinela* é publicada, sem interrupção desde 1879, em mais de 190 idiomas, e a outra, em mais de 80. O objetivo da primeira é explicar ensinamentos bíblicos, especialmente o que a Bíblia diz sobre o *Reino de Deus*. *Despertai!* trata de assuntos gerais, desde 1919, mas também destaca o papel da Bíblia na vida cotidiana.

Uma *biblioteca sem bibliotecários* é a imagem usada para explicar a rede mundial de computadores em um artigo sobre os seus *perigos*,

que modo as plataformas midiáticas limitam ou potencializam essa disputa. Faremos isso também privilegiando os espaços de diálogo dentro dos endereços eletrônicos – como as seções de contato e perguntas, os comentários em postagens, os tópicos de discussão típicos de fóruns *online* – visando alcançar a recepção que esses conteúdos alternativos possuem. Além de inferir possíveis *convergências* entre as plataformas impressa e digital, como no caso do site oficial das Testemunhas de Jeová que, remanejado, alterou a estrutura das revistas periódicas estudadas.

⁸ Em: <<http://www.jw.org/pt/>>. Acesso em Novembro de 2014.

⁹ O autor possuindo em seu acervo pessoal as edições que não constam no site oficial.

publicado na seção *Os Jovens Perguntam...* da *Despertai!* de 22 de Janeiro de 2000 (p. 19-21). Apesar de sua utilidade enquanto acervo de informações, não existem controle ou mediação nos infindáveis recursos virtuais, afirma a revista. Os perigos a que estão expostos, sobretudo os jovens, seriam de teor sexual: pornografia *online*, salas de bate-papo com adultos pervertidos e mesmo jovens que falam sobre sexo nesses *chats* – somente em uma nota de rodapé, o artigo atenta para o perigo *sutil* de associação com pessoas *insidiosas* e *desonestas*, apóstatas com ideias antibíblicas infiltradas em conversas para cristãos. De fato, ao abordar temas como as novas mídias ou a globalização, *Despertai!* parcialmente relaciona esses fenômenos com aquelas pessoas chamadas de *apóstatas*. Um artigo de 22 de Maio de 2005 (p. 12-14), também da seção *Os Jovens Perguntam...*, trata da desonestidade como um problema em relacionamentos virtuais. Junto de pedófilos, estupradores e presidiários que fingem ser adolescentes, filhos que enganam seus pais e escondem esses namoros *online*, e jovens que ocultam detalhes de sua real identidade, estão as pessoas que alegam falsamente ser *verdadeiros cristãos*. *Despertai!* pondera nesse texto que, embora não seja desonesto usar a internet e tampouco seu uso torna alguém desonesto,¹⁰ aparente-

¹⁰ Apesar dos riscos e perigos, “a internet é uma ferramenta útil”. (*Despertai!*, 8/6/2000: 7) A própria revista publica informações retiradas de páginas virtuais, (*Despertai!*, 22/1/2000: 28; 8/8/2001: 4; 22/1/2004: 7; 9/2007: 21) e recomenda pesquisas na internet, como buscas por seguradoras confiáveis (22/2/2001: 6) ou informações sobre epidemias locais antes de viajar. (22/5/2003: 9) Ainda, apresenta, de forma positiva, iniciativas como o uso de computadores por idosos em asilos (22/7/2000: 29), a possibilidade de visitar túmulos de entes queridos em um site japonês (22/3/2002: 28) ou sites de instituições que assistem mães carentes. (6/2009: 7) Em um artigo de 8 de Dezembro de 2004 (21) é,

mente ela facilita a desonestidade e a dissimulação. Na mesma seção, porém cinco meses depois, outro artigo de *Despertai!* (22/10/2005: 17-18) atenta para esses *falsos* cristãos em salas de bate-papo. Como essas costumam ser temáticas, existindo algumas para agregar pessoas de determinada religião, pode ser interessante para uma Testemunha de Jeová, principalmente as mais jovens, conhecer outros concrentes, *irmãos sinceros* da congregação. Todavia, isso seria um engano de risco: um jovem citado relata que pensava participar de uma conversa com Testemunhas de Jeová até que alguns participantes começaram a falar mal das crenças do grupo, o que ele identificou como *apostasia*. Pessoas com essa atitude já eram um problema detectado pelos primeiros cristãos,¹¹ continua o texto, e suas sutilezas nas salas de bate-papo virtuais são denunciadas frequentemente pelas publicações das Testemunhas de Jeová. Assim, nessa retórica, alguém que participa desses *supostos chats* para concrentes está, *no mínimo*, negligenciando a orientação bíblica.

A Sentinela de 15 de Maio de 2006, (p. 20) na seção *A Palavra de Jeová é Viva*, tem publicado um artigo, que visa estudar parte do livro de *Salmos*, que também aconselha como sensato evitar pessoas que escondem sua identidade em salas de bate-papo, colegas de escola ou trabalho que fingem ser amigos, apóstatas que fingem ser sinceros, ou quem têm uma vida dupla, ao interpretar *Salmo 26: 4*. Os meios de comunicação em massa, como a internet, seriam usados para propaganda

inclusive, admitido que os sites perigosos são minoria entre as possibilidades da Web e a maioria dos usuários não tem graves problemas com eles.

¹¹ Menção aos *falsos* e *sorrateiros* irmãos a que os apóstolos Paulo (*Gálatas 2: 4*) e Judas (*Judas 4*) se referem.

de informações falsas sobre as Testemunhas de Jeová, alerta o texto (*A Sentinela*, 1/5/2000: 10) que critica a curiosidade por informações da mídia secular – embora nem tudo na mídia secular seja desconfiável (*A Sentinela*, 1/9/2004,: 17). A *dúvida* é a principal força motriz usada por Satanás, por meio da mídia e dos seus servidores, deturpando com mentiras os ensinos cristãos e o *povo de Jeová*. Os que são seduzidos por essas histórias falsas, ou críticas às lideranças congregacionais¹² e conceitos *permissivos* das leis divinas deixam de praticar o que aprenderam da Palavra de Deus. O espírito crítico ou questionador é repudiado,

¹² Os líderes congregacionais, ou anciões, são responsáveis por discernir algo como prejudicial ou não, visto que nem todas as ideias seculares, ou humanas, são incompatíveis com o modo de vida cristão. Para isso precisam ter paciência e não se precipitar em julgar uma ideia ou um irmão como apóstata, porque os cristãos podem falar *irrefletidamente*. Entretanto, se os maus hábitos – propaganda apóstata, sabedoria secular ou conversa fútil – persistirem, o bem da congregação deve ser prezado. (*A Sentinela*, 1/5/2000: 10-12) Fundamentada por Deus e Jesus, essa autoridade deve ser respeitada, (1/8/2000: 6-7; 15/4/2008: 6) e se não for, os transgressores devem ser repreendidos pelos anciões com o apoio dos congregantes. (15/10/2002: 31; 1/1/2003: 30) Da mesma forma, as mulheres piedosas não assumiriam autoridade sobre os homens. (15/5/2003: 16) Além disso, a apostasia é definida mais claramente como o desejo pessoal por mudanças doutrinárias ou organizacionais, o que *A Sentinela* (1/9/2000: 13; 1/2/2001: 17-18) distingue como presunção e impaciência, uma vez que essas coisas são feitas no tempo de Deus e por meio do *escravo fiel e discreto* de Jesus, identificado coletivamente como o grupo de ungidos da organização das Testemunhas de Jeová. (15/2/2004: 27) Portanto, a hierarquia regida por Deus deve ser obedecida, com Jesus à chefia e abaixo dele as *estrelas* ou *anjos* mencionados em *Revelação*, seus superintendentes, o *escravo fiel e discreto* que fornece *alimento espiritual no tempo certo*. (15/3/2008: 4) E mesmo que em alguns momentos as decisões e ensinos da *classe-escravo* não sejam muito compreensíveis, é sensato esperar humildemente uma resolução em Jeová, a retornar aos auspícios de Satanás por rejeição, (15/8/2008: 6) posto que não basta dizer que adora Deus e crê na Bíblia: tem que aceitar a organização terrena de Jeová (15/2/2004: 16).

mesmo que algo tenha ofendido, o melhor é resolver o possível e deixar o resto nas mãos de Jeová, visto que qualquer *tribulação mundana* é temporária. (A Sentinel, 15/9/2002: 15-20) Comparados a doentes, os apóstatas devem ser evitados¹³ para não haver *contágio*; isso inclui não acessar seus sites, não comentar em seus *blogs* e não assistir suas aparições na televisão, postula artigo que em nota de rodapé define *apostasia* como “renúncia da adoração verdadeira, afastamento, deserção, rebellião, abandono”. (A Sentinel, 15/7/2011: 15) Um jovem que deu atenção às *verdades* apóstatas por meio de um site achou que deveria se afastar da *organização de Jeová*, relata artigo de 15 de Fevereiro de 2011 (A Sentinel: 19), mas descobrindo que os *astuciosos* usavam informações *fora de contexto*, arrependido, ele voltou à congregação.

¹³ Contatar os ensinos desses opositores, de *espírito prejudicial*, (A Sentinel, 15/7/2000: 18) é tão nocivo quanto acolher essas pessoas em casa – para se proteger, melhor é evitar qualquer contato. (1/5/2000: 10) Clérigos são definidos, igualmente, como opositores que acusam as Testemunhas de Jeová sob falsos pretextos, como o de *cultos perigosos*. Autoridades religiosas e políticas em vários países não as reconhecem como religião ou como cristãos, continua a revista (1/4/2000:20-21) argumentando que, na verdade, nenhuma fé é tão piedosamente cristã como a delas. *Filosofias humanas e alto criticismo*, também nocivos, devem ser desviados com dedicação de tempo à obra de fazer discípulos, por meio do estudo pessoal da Bíblia e ida às reuniões cristãs. (15/1/2002: 27) Os próprios apóstatas querem fazer discípulos *entre os cristãos*, não se contentando em somente abandonar a fé verdadeira, colocando a vida daqueles ao seu redor *em risco*. (1/9/2005: 30) A reação dos irmãos, sempre retirada da Bíblia, é evitar, portanto, os raciocínios daqueles, divulgados por *via impressa ou virtual* – em fidelidade a organização que, mesmo sendo *imperfeita*, apresenta-os as verdades *preciosas* de Jeová. Mesmo ouvir ou ler as ideias de um apóstata para poder discutir é um *engano*, (15/2/2004: 28; 15/6/2009: 17) posto que uma consciência marcada com ensinos *mentirosos e desencaminhantes* deixa de alertar o cristão contra situações que afetam a sua fé. (15/11/2006: 23) É mais sábio evitar a transgressão em vez de testar os limites do pecado. (15/5/2012: 26)

Essa fronteira, no entanto, entre *apostasia* e *adoração verdadeira* não é tão simples e hermética como pode parecer pela leitura dos periódicos. Uma Testemunha de Jeová contata os colaboradores do *web site Mentes Bereanas*¹⁴ – cuja abordagem crítica, segundo ela, não é *raivosa* nem *afetada* – para esclarecer uma questão,¹⁵ visto ser impossível um diálogo franco com o *pessoal do clube*, que encaram qualquer dúvida ou divergência como *traição punível*. Felipe, outra Testemunha de Jeová, enviou e-mail relatando que uma pessoa desistiu de estudar o livro *O Que a Bíblia Realmente Ensina*, com ele, depois de visitar a página

¹⁴ O endereço *Mentes Bereanas* congrega Testemunhas de Jeová *ativas* e *inativas* desde oito de dezembro de 2004. Incentivam seus leitores e visitantes à crítica racional e bíblica de toda informação religiosa ofertada. O nome do site, como eles mesmos atentam em sua apresentação, é uma alusão aos cristãos da cidade antiga de Bereia (*Atos 17: 10-11*) que investigavam nas Escrituras a veracidade de tudo que Paulo de Tarso lhes dizia. Tal trabalho de esclarecimento é motivado, notadamente, pelas postulações incisivas da Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, acusada de cercear a liberdade de pensamento e reflexão dos seus adeptos, e de ter uma postura de *arauto divino* autoritária e infalível, quando é uma organização humana fadada ao erro – nunca assumido notoriamente, afirmam. Referenciam obras escritas por pessoas identificadas como *eruditos cristãos dissidentes*, sobretudo estrangeiros, em seus artigos.

¹⁵ Qual seja, a opinião dos colaboradores do *Mentes Beranas* sobre a série de artigos de *A Sentinela* (artigos de estudo, 15/7/2013: 3-20), onde o *escravo fiel e discreto* é definido como sendo somente o *Corpo Governante*. Os colaboradores respondem que, há anos, a interpretação sobre o *escravo fiel e discreto* como uma classe de pessoas vinculada a *Torre de Vigia* é equivocada, e que sempre foi subentendido que essa classe seria o Corpo Governante, estando agora *A Sentinela* apenas oficializando um arranjo que não é bíblico. No final, eles declararam respeitar qualquer autoridade religiosa, pois o uso de linguagem *sarcástica, difamatória, e meias-verdades* não combinam com o *espírito bíblico*. Embora isso não queira dizer que concordem com esses elementos, mas que, por aceitarem que algumas pessoas acatem a opinião de líderes religiosos, esperam respeito àqueles que têm como líder apenas o Filho de Deus. Em: <<http://www.mentesbereanas.org/escravofielecg.html>>. Acesso em Junho de 2014.

Mentes Bereanas. Por essa razão ele resolveu ler os artigos do site, a fim de convencer o estudante de que cometia um erro – mal sucedido, o rapaz conclui que muitos *dissidentes* têm razão sobre a *Torre de Vigia*.¹⁶ Porém, as Mentes Bereanas (MB) ponderam existir vários tipos de dissidentes, em resposta a outro leitor,¹⁷ desde os que se opõe fervorosamente a Torre de Vigia até aqueles que rejeitam a religião e Deus, o que elas identificam como *extremos*. Ainda que critiquem religiões institucionalizadas, devido a comum tendência de os líderes monopolizarem a *verdade*, não dando liberdade para o estudo bíblico independente, as MB são favoráveis a fé cristã.¹⁸ Querem ajudar as pessoas desiludidas

¹⁶ O equilíbrio, a moderação, sem raiva, das *Mentes Bereanas* são elogiados por Felipe como motivo de o ter atraído. Ele admite ser mais fácil obedecer regras impostas a exercitar a consciência treinada na Bíblia, no que se refere a obtenção da salvação, e que as Testemunhas de Jeová se tornaram dependentes da organização, confundindo, inclusive, lealdade aos líderes com lealdade ao próprio Jeová. Apesar disso, o desejo dessas pessoas de servir a Deus não pode ser julgado nem por ele e pelas Mentes Bereanas, críticos que se preservam como TsJ ainda, nem por aqueles que saíram; todos dissidentes. Ele ainda declara que a desassociação por *apostasia* é uma prática arbitrária e autoritária. Em: <<http://www.mentesbereanas.org/felipeh.html>>. Acesso em Junho de 2014.

¹⁷ Em:
<<http://www.mentesbereanas.org/posicionamentosdoutrinarios.html>>. Acesso em Junho de 2014.

¹⁸ Questionados se são uma religião ou incentivados a se tornar uma, os colaboradores respondem que não são uma *seita*, seu nome não tem *consequências doutrinárias*, e que uma *ex-Testemunha de Jeová* não precisa de nova religião para estar na *congregação cristã* – que envolve pessoas tanto em *igrejas tradicionais*, como as TsJ, quanto pessoas que se reúnem em família ou entre amigos. (Em: <<http://www.mentesbereanas.org/leitoraana.html>>; <<http://www.mentesbereanas.org/leitorfrankmar.html>>. Acesso em Junho de 2014) Mesmo em outra religião, nenhum colaborador vai advogar por essa escolha pessoal no site, pois acreditam que o pensamento crítico e a Bíblia são

com qualquer liderança religiosa, mas para isso não podem ser como os *irados, amargos e desonestos* que *criticam por criticar*, às vezes piores que as autoridades religiosas.¹⁹ Uma vez que os colaboradores têm ou já tiveram envolvimento com a *organização* das Testemunhas de Jeová, sua ajuda está baseada nessa experiência e se reporta especialmente a esses concretos, por isso a maioria deles, mesmo críticos, ainda mantêm vínculos com essa religião²⁰ – as chances de informar os irmãos TsJ

mais importantes que autoridades religiosas humanas – respeitam as pessoas sinceras, mas não as doutrinas. (Em: <<http://www.mentesbereanas.org/mbnovareligiao.html>>. Acesso em Junho de 2014) O *vai e vem* doutrinal faz parecer que Deus e a Bíblia são instáveis, e mesmo concordando que algumas doutrinas da Torre de Vigia são bíblicas, as Mentes Bereanas afirmam que essa e seu Corpo Governante se comportam como *amos autoritários e reguladores*, quando deveriam *aconselhar* e ser *colaboradores* de seus membros. (Em: <<http://www.mentesbereanas.org/leitoremenciano.html>>; <<http://www.mentesbereanas.org/leitorcaio2.html>>. Acesso em Junho de 2014) Essa atitude cria seguidores incapazes de respeitar quem não concorda com os ensinos de sua religião, resultando nas várias mensagens ofensivas às MB recebidas por e-mail (Em:<<http://www.mentesbereanas.org/possedaverdade.html>>. Acesso em Junho de 2014).

¹⁹ Em: <<http://www.mentesbereanas.org/leitorcassio.html>>. Acesso em Junho de 2014.

²⁰ Entretanto, é muito difícil fingir estar de acordo com a organização por muito tempo, e mesmo que tenha levado anos, alguns deles se desvincularam, sem, todavia, se submeter a *desassociação*, que para eles é *antibíblica*. (Em resposta a um ancião Testemunha de Jeová, não mais crente na organização, que desabafa ser um consolo ter encontrado esse site, pois se sentia sozinho em sua *infeliz hipocrisia*: <<http://www.mentesbereanas.org/leitorroberto.html>>. Acesso em Junho de 2014) Os trechos da Bíblia que embasariam o comportamento em relação a desassociados são interpretados de maneira equivocada: *1Coríntios 5: 9-11* faria referência a não conviver com irmãos cristãos falsos, o que não impede de cumprimentar, ao menos; *2João 10: 11* estabelece que a falta de cordialidade estaria restrita a opositores que visitassem a reuniões cristãs na casa de alguém. De qualquer forma, pelo exame de algumas publicações,

são maiores se não confrontarem com os líderes e, sendo expulsos, passassem a ser evitados e descreditados.²¹

No fórum *Ex-Testemunhas de Jeová*²², um dos administradores abre um tópico²³ para discutir técnicas que visem atingir melhor os obje-

é concluído que evitar um desassociado seria uma forma de incentivar o seu regresso para o grupo – o que nem todas as TsJ levariam à risca. Confrontar parentes esquivos, no entanto, pode ser uma má ideia, acarretando em acusações de apostasia, mesmo se feito com argumentos da Bíblia. É preferível aguardar com paciência e tolerância uma mudança de opinião da parte dessas pessoas ingênuas, que apenas agem de acordo com o que pensam ser a *verdade*. (conselhos a Josefina, uma ex-Testemunha de Jeová que pede conselhos para confrontar seus parentes TsJ, que a evitam, e causam tristeza a ela e sua mãe, em: <<http://www.mentesbereanas.org/leitorajosefina.html>>. Acesso em Junho de 2014) *Justos* são desassociados, afirmam, para esconder as *fallhas doutrinais* da Torre de Vigia (Em: <<http://www.mentesbereanas.org/leitorservio.html>>. Acesso em Junho de 2014).

²¹ Em: <<http://www.mentesbereanas.org/lidandocommagoa.html>>. Acesso em Junho de 2014.

²² O fórum *Ex-Testemunhas de Jeová* – administrado *exclusivamente* por ex-TsJ, que não têm vínculo com nenhuma instituição religiosa, desde trinta de outubro de 2008 – é aberto à participação de qualquer pessoa. Registra ter 5 304 membros, 14 844 tópicos e 299 236 mensagens; possuindo perfil no *Google+* e página no *Facebook*. O objetivo do fórum é expor informações *verídicas* sobre a entidade jurídica que representa e dirige as Testemunhas de Jeová, além de dar apoio àqueles que se sentiram prejudicados por ela, particularmente *ex-membros* discriminados. Esses seriam, após julgados por uma *comissão judicativa* formada por *anciões*, desassociados quando tentam informar outros irmãos das contradições da Torre de Vigia ou não se arrependem de ter conhecido *material crítico*. As *pessoas sinceras* se dedicariam a essa religião por não saber a verdadeira história dela, afirmam os administradores.

²³ Publicado em 8 de Setembro de 2009, em: <<http://extestemunhasdejeova.net/forum/viewtopic.php?f=11&t=2991>>. Acesso em Junho de 2014. Abenildo, esse administrador, traça perfis com comportamentos padrões para as Testemunhas de Jeová que visitam o site. O *desassociado ou dissidente consciente* que já conhece alguns erros da Torre e fica entusiasmado com o *movimento da apostasia brasileira*, subdividido em xiita, exaltado em sua oposição, geralmente acalmado pelo fórum; *sequelado*, com danos

tivos do site: libertar as TsJ, amparar aqueles que saíram e *ferrar* com a Torre. Ele inquere, para debate, o que levaria uma Testemunha de Jeová a estar num fórum apóstata.²⁴ Em resposta, outro administrador, *pasco-alnaib*, pondera que são poucas as TsJ na Web, seja por que estão sendo bem *vigiadas* pela ATVBT ou pelo perfil econômico que não possibilita

de personalidade e de conduta, problemas psicológicos não resolvidos pelo fórum; e *paz e amor*, tranquilo e equilibrado, a quem o *Ex-Testemunhas de Jeová* concede um *sentimento de militância*. O *Tj curioso*, que só quer conhecer o *proibido*, mas que recebe a *pílula vermelha* da dúvida. As *Madalenas Arrepentidas*, ou desassociados que sentem culpa por sair da Torre de Vigia, para quem o fórum mostra a possibilidade de ser mais feliz agora, fora da organização. E, finalmente, a *Testemunha de Jeová Cascuda, Pioneiros da Net* que vêm defender a Torre, contra as recomendações do Corpo Governante – são os melhores, rendendo ótimos debates. Para *Linus Torvalds*, em outro tópico, aqueles preocupados com a estrutura da organização e com o sucesso e destaque dentro dela seguem a Torre como um *deus*, no que o usuário desativado *De olhos abertos* conclui que a *Testemunha de Jeová*, nesse esquema, é uma futura apóstata. Publicado em 12 de Abril de 2011: <<http://extestemunhasdejeova.net/forum/viewtopic.php?f=20&t=8099>>. Acesso em Junho de 2014.

²⁴ Noutro tópico, em que o *forista* que cria a conversa argumenta não ser um apóstata, visto não ter abandonado sua fé em Deus, instaura-se uma discussão sobre o significado do termo. A maioria se considera apóstata, *orgulhosos*, ponderando que o simples fato de estar naquele fórum é uma apostasia; outros relativizam, dizendo que são apóstatas em relação ao Corpo Governante das Testemunhas de Jeová, assim como dissidentes de outras religiões em relação à antiga instituição de que eram membros. Um dos foristas reflete estar em apostasia em relação a *verdade* de Deus quem segue o Corpo Governante; e um outro estabelece níveis de apostasia entre religiosos e ateus – esses últimos totalmente apóstatas. Publicado por um forista português em 14 de Outubro de 2009, em: <<http://extestemunhasdejeova.net/forum/viewtopic.php?f=11&t=3282>>. Acesso em Junho de 2014.

acesso. No tópico²⁵ *Nosso Fórum no boca-a-boca das TJs*, o moderador *Poltergeist* comemora ter ouvido dois anciões e outra Testemunha falarem sobre o fórum, pela repercussão atingida e pela congregação dessas *tejotinhas* ser *humilde*, onde poucos acessariam a internet. Em outro tópico,²⁶ sobre um *blogger* que recebeu comentários hostis de TsJ em um post seu, *pascoalnaib* reflete que a internet possibilita discussões menos unilaterais, que não privilegiam só a opinião das Testemunhas de Jeová. O próprio fórum congrega pessoas que discordam entre si: foristas pagãos, ateus, cristãos, budistas ou candomblecistas, além daqueles que não são categorizáveis, argumenta *Rogério*,²⁷ por reunirem mais de uma identidade ou nenhuma. Entretanto, a identidade do fórum, seus objetivos, são questionados. *Helena*, uma forista, no tópico²⁸ *Luta contra a Torre ou Luta contra Deus?*, denuncia a formação de um *centro de*

²⁵ Publicado em 11 de Dez. de 2010, em: <<http://extestemunhasdejeova.net/forum/viewtopic.php?f=16&t=6841>>. Acesso em Junho de 2014.

²⁶ Publicado em 26 de Jul. de 2009: <<http://extestemunhasdejeova.net/forum/viewtopic.php?f=15&t=2611>>. Acesso em Junho de 2014.

²⁷ Respondendo a um *Troll* desativado que abre um tópico para questionar qual *verdade* estaria sendo revelada pelo fórum, e o que fazer depois de tomar conhecimento dessa, mesmo que parcial, mas suficiente para ensejar uma atitude. Ele elucuba que os foristas, em sua maioria, têm três atitudes: tornam-se ateus, desistem da religião em prol de crenças pessoais e/ou fuçam coisas sobre as TsJ constantemente. Um usuário desativado, *kooboo*, responde, depois de Rogério, que esses três critérios não sintetizam o fórum, melhor definido pela palavra *diversidade*. Publicado em 22 de Junho de 2011, em: <<http://extestemunhasdejeova.net/forum/viewtopic.php?f=11&t=8895>>. Acesso em Junho de 2014.

²⁸ Publicado em 6 de Jan. de 2011, em: <<http://extestemunhasdejeova.net/forum/viewtopic.php?f=11&t=7057>>. Acesso em Junho de 2014.

ateísmo, daqueles que acreditam no *não-deus*, no acaso, atacando *cruelmente* a fé cristã e os que creem nela, distorcendo o fórum num campo de guerra entre *crentes* ateus e teístas. A forista *Sherazade* contrapõe dizendo ter espaço para todos no fórum, tópicos para ateus e tópicos para crentes, se for o caso, não havendo necessidade de contenda quando *juntos* devem superar os *traumas* e *sequelas* causados pela Torre.²⁹

Naquele tópico em que o administrador Abenildo pergunta por que uma TsJ estaria no *Ex-Testemunhas de Jeová*, um forista chamado *RAL28* responde ser *TJ ativo*, porém com inclinação *pró-reforma*, como ele supõe também ser *jBrother*. Usuário desativado,³⁰ *jBrother* é o responsável pelo blog³¹ *Reflexões de uma Testemunha de Jeová*. Em um

²⁹ No tópico *O que é “Ser TJ”*, entre as definições dadas pelos foristas, ser TJ é uma coisa vergonhosa, ser esquisito, acreditar em *americanos idosos* com quem jamais conversou, passar a vida no *stand by*, sentir remorso depois, repudiar o *rock*, é muito chato, não viver, *furar* greve e se beneficiar dos méritos dos trabalhadores, dar voltas no quarteirão sem falar com nenhum morador, acreditar em tudo que uma gráfica norte-americana publica, acreditar em *correntes* de e-mail, não ter identidade, entrar num site apóstata para se defender e ficar com dúvidas depois. Publicado em 23 de Nov. de 2010, em: <<http://extestemunhasdejeova.net/forum/viewtopic.php?f=11&t=6689&st=0&sk=t&sd=a&start=10>>. Acesso em Junho de 2014.

³⁰ No tópico referido anteriormente, no qual um *blogger* apresenta comentários hostis que recebeu de TsJ, *jBrother* responde receber mensagens hostis também, xingando-o de apóstata *maldito* e *tonto cego*, além de e-mails. Acha nisso ironia, posto que os irmãos o *paparicavam* quando pioneiro especial, superintendente e orador de congressos.

³¹ *jBrother* é Testemunha de Jeová desde os anos de 1980 e seu desejo com o blog é se expressar livremente a respeito do que pensa, positiva e negativamente, sobre a organização religiosa de que é filiada *ativamente* ainda. Em seu primeiro *post*, de 13 de dezembro de 2008, afirma não praticar *apostasia*, mas como seus *irmãos* não entendem isso, mantém anonimato.

*post*³² nesse blog, ele explica que se inscreveu no fórum para entender por que algumas pessoas abandonam a organização de Jeová, visto já saber a opinião institucional sobre elas. Se Jeová fez a todos *diversos e plurais*, jBrother acha necessário amar aqueles com quem não concorda, exercitar a tolerância para poder amar a Deus – uma vez maltratado em outro fórum, ele reflete que o anonimato na internet causa a *sensação virtual* de distanciamento entre pessoas que podem estar intimamente próximas. Uma anônima, entretanto, comenta, em outro post,³³ que a leitura de depoimentos apóstatas a *desanimou*, e tentar um *sentimento de mente bereana* foi um desacerto do propósito de Jeová. Ela afirma que a

³² Publicado em 21 de Fev. de 2009, em: <<http://www.reflexoestj.blogspot.com.br/2009/02/tj-leais.html>>. Acesso em Junho de 2014. Essa postagem relata a participação do blogueiro num grupo de discussão com informativos e mensagens positivas sobre as TsJ, onde, por não se sentir *estimulado* pelo conteúdo, o princípio só observava. Até que mandou uma única mensagem e teve como resposta uma acusação de apostasia. Um membro ameaça sair do grupo visto que, após pesquisar no *Google*, constatou que *jbrother* é um forista apóstata com *blogs* críticos às TsJ. Nisso o blogueiro teria respondido que suas críticas, *quando existem*, reportam-se a nós mesmos, uma vez que ele não se exclui como Testemunha de Jeová. Como fora retirado do grupo antes de conseguir enviar sua resposta, ele lamenta a atitude *desamorosa* e *grosseira*, passando a explicar por que se inscreveu no fórum e que não tem nenhum blog além desse onde ele escreve. Em outro post essa acusação é relembrada, junto de outras recebidas por e-mail, quando questionando a si mesmo, jBrother reflete acerca da legitimidade em se identificar como *Testemunha de Jeová*. (Publicado em 19 de Dezembro de 2009: <<http://reflexoestj.blogspot.com.br/2009/12/sera-que-sou-testemunha-de-jeova.html>>. Acesso em Junho de 2014).

³³ Em que jBrother questiona quem seriam, de fato, os apóstatas, com base num excerto de *A Sentinela* (15/4/2009: 6) e vários depoimentos de desassociados e Testemunhas de Jeová insatisfeitas retirados de um fórum online. Publicado em 2 de Março de 2009, em: <<http://www.reflexoestj.blogspot.com.br/2009/03/o-que-e-esta-tal-de-apostasia.html>>. Acesso em Junho de 2014.

apostasia é advinda da vaidade em querer uma prerrogativa alheia, isto é, interpretar a Bíblia quando essa não é a função da pessoa na organização. Quem é Testemunha, ela aconselha, não deveria questionar a *Organização*, nem fazer *tropeçar* aqueles que, *alegres* com a *Verdade*, estão começando a fazer mudanças em sua vida. Mas “porque uma TJ pode criticar outras religiões e não pode criticar a sua própria? Qual o problema da crítica?”³⁴ indaga jBrother, que está vivendo um momento de mudança e recomeço em sua vida, sem se submeter a vontade alheia, seja de religião ou de alguém. Quem o ama poderia lhe respeitar, pede o blogueiro.³⁵

Mais do que criticar, o próximo blog³⁶ emula e reivindica o papel da instituição religiosa. Em uma postagem³⁷ de 7 de Janeiro de 2012,

³⁴ Em, 14/5/2009: <<http://www.reflexoestj.blogspot.com.br/2009/05/sou-testemunha-de-jeova-quero-liberdade.html>>. Acesso em Junho de 2014. Aqui ele insiste que não está incentivando nenhuma apostasia, apenas fazendo críticas sinceras ao que considera errado – como a *corrupção* dos irmãos mexicanos quanto ao alistamento militar e a posicionamentos políticos, e o acobertamento de pedófilos entre as Testemunhas de Jeová. Em um parágrafo são citados questionamentos feitos por homens da Bíblia – Abraão, Moisés, Cristo, seus discípulos diretos, Paulo – para justificar que pessoas maduras debatem. O direito de saber o que acontece na organização é reclamado, sem ser por meio de *terceiros*, a mídia ou aqueles que saem do grupo; da mesma forma que o direito de questionar e não concordar com a *organização*, sem que isso signifique duvidar de Jeová.

³⁵ Publicado em 28 de Julho de 2010, em: <<http://reflexoestj.blogspot.com.br/2010/07/deu-louka-no-jbrother.html>>. Acesso em Junho de 2014.

³⁶ Assim como o *Reflexões de uma Testemunha de Jeová*, o blog *Testemunhas dos Deuses Santos* é mantido por uma Testemunhas de Jeová cuja identidade não é revelada. Ambos se afirmam e comprovam ser críticos da instituição a qual ainda são membros. *Testemunhas dos Deuses Santos* é mantido por um perfil paulistano chamado *Apóstolo TDS*, que se apresenta como uma equipe de

assinada com amor cristão pelo *Corpo Governante das Testemunhas dos Deuses Santos*, é dito que essa equipe se reuniu para decidir o tema de *A Continela* do próximo mês, qual seja, os fins dos muitos mundos, cujo conteúdo teria sido revelado pelo *espírito dos deuses santos*.³⁸ Em 20 de Março de 2012, é dito que o *Corpo dos Governantes* das Testemunhas de Jeová, desviado do *caminho*, teve suas prerrogativas revogadas, agora Jeová revelando as novas verdades aos seus servos *pequeninos*.³⁹ Esses cristãos ungidos divulgam as novidades, primeiramente às

Testemunhas de Jeová e outros interessados pela Bíblia, todos Testemunhas dos Deuses Santos. Cada post é dedicado a apresentação de uma nova edição da revista *A Continela – Anunciando o Reino dos Deuses Santos*, disponível por e-mail ou para leitura online. Embora seu primeiro post date de 28 de novembro de 2011, a equipe alega sua existência desde dezembro de 2010, nesse blog.

³⁷ Em: <http://tds-org.blogspot.com.br/2012_01_01_archive.html>. Acesso em Junho de 2014.

³⁸ Conforme post de 6/12/2011, tal espírito lança luz sobre a revista. Em: <http://tds-org.blogspot.com.br/2011_12_01_archive.html>. Acesso em Junho de 2014.

³⁹ Assinam esse post os irmãos do *Corpo de Apóstolos e Anciões das Testemunhas dos Deuses Santos*. Nos comentários, Wandrey Suárez – Apóstolo para as Redes sociais e Blogs da Internet, quem assina autoria do post de 7 de Fevereiro de 2012 – reclama o atraso em publicar esse trabalho santo, uma vez que ele já tinha acabado sua parte nele há algum tempo; mas também agradece aos envolvidos. Em resposta a João Rodrigues, que questiona o projeto do blog, o Apóstolo TDS explica que a grande multidão, incluindo ele e sua equipe, não quer mais líderes humanos fazendo decisões sobre sua fé – e prediz que em 2017, sete anos depois da primeira publicação no site, o Corpo dos Governantes será exonerado por Jeová, que nunca deu legitimidade a esses homens maus, a menos que eles peçam perdão por seus pecados a Deus ou se auto-exonerem. (Em: <<http://tds-org.blogspot.com.br/2012/03/continela-abril-de-2012-quem-e-jeova.html>>. Acesso em Junho de 2014) Homens maus, assim como outros líderes religiosos, posto que dividem as religiões cristãs em inimizade, como amos da fé, proprietários de algo que não lhes pertence. (Aos 18 de Novembro de 2012, em: <<http://tds-org.blogspot.com.br/2012/11/fe-genuina-e-sua-propriedade.html>>. Acesso em Junho de 2014)

TDS, por meio do periódico *A Continela*, apresentada como parceira de *A Sentinela*,⁴⁰ mas publicada estritamente por via *eletônica*, para que nenhuma árvore seja derrubada. (*A Continela*, Janeiro de 2012: 2) *Descoberta* uma nova tecnologia, a antiga deve ser abandonada, argumentam, e o uso da mídia digital, *aldeia global* e *milagre das ciências humanas*, é aprovado pelos Deuses Santos, eles mesmos detentores de uma tecnologia mais avançada, *no mundo deles*,⁴¹ qual um dia será descoberta também. (*A Continela*, Janeiro de 2012: 31-32) Enquanto as lideranças *religionistas* demonizam a internet, pela divulgação de conhecimento científico evolucionista, as TDS, por ter só os *Deuses santos* como líderes, não se privam em analisar alguma utilidade para esse saber; o que, em detrimento de *A Sentinela*, é feito por meio do periódico publicado pela *Associação Torre de Monitoramento de Bíblias e Tratados do Brasil*.⁴² Além disso, a internet é onde estão reunidas todas as pessoas

⁴⁰ Em 28 de Novembro de 2011: <<http://tds-org.blogspot.com.br/2011/11/continela-anunciando-o-reino-dos-deuses.html>>. Acesso em Junho de 2014.

⁴¹ Segundo uma publicação no blog em 30 de Maio de 2012, há seis mil anos, com o *pré-homem* morto após um fim de mundo, uma aeronave, das *profundezas do mar cósmico*, pousou sobre a água e foi identificada como *espírito dos Deuses*. (*Gênesis 1: 2*) A partir de resquícios *enterrados no pó* e conhecimento sobre *manipulação de genomas*, os tripulantes da nave recriaram o mundo. Quanto ao *homem*, perceberam sua *aptidão* entre os demais e, recriando-o, deram-no um espírito, *impulso intelectual evoluído*. (*Gênesis 1: 26*) No mesmo post, *samuk* pergunta, nos comentários, se o blogueiro é apóstata, no que o Apóstolo TDS responde ser Testemunha de Jeová *batizada* e de *boa moral*, convidando-o para conhecer a *verdade faltante*, uma vez que esta não é definida, estando sempre em *evolução*. Em: <<http://tds-org.blogspot.com.br/2012/05/arvore-da-vida.html>>. Acesso em Junho de 2014.

⁴² Em 29 de Julho de 2012: <<http://tds-org.blogspot.com.br/2012/07/a-vida-veio-existencia-aqui-antes-dos.html>>. Acesso em Junho de 2014.

para se pregar as *boas novas* dos Deuses santos,⁴³ pelos blogs dos irmãos e em *redes de relacionamento*.⁴⁴

Todavia, o blog *Testemunhas dos Deuses Santos* ainda apresenta um *link* que redireciona para o site oficial das Testemunhas de Jeová, como *web site TJ* e *nossa outro web site*. Tal qual o *tds-org*, o *jw.org*, mais do que divulgar, converge-se com seus periódicos – e demais publicações. No editorial de *A Sentinela*⁴⁵ de 1 de Janeiro de 2013 (p. 3) é avisado que, a partir de então, alguns artigos dessa revista serão publicados *online* somente. As seções regulares *Para os Jovens* e *Minhas Primeiras Lições da Bíblia*, para crianças de 3 anos ou menos, não serão mais impressas, diminuindo o tamanho da revista, de 32 para 16 páginas.⁴⁶ Esses ajustes – motivados pelos *novos tempos* e suas *tendências*,

⁴³ Conclui o Apóstolo TDS em comentário ao post de 22 de Outubro de 2013, em: <<http://tds-org.blogspot.com.br/2013/10/noticias-do-reino-traducao-dos-deuses.html>>. Acesso em Junho de 2014.

⁴⁴ Em post que inaugura a publicação da nova revista *Cempertai!*, onde ainda é dito que as matérias postadas nesses blogs podem ser publicadas na companheira de *A Continela*. 26 de Dezembro de 2013, em: <<http://tds-org.blogspot.com.br/2013/12/revista-cempertai-uma-novidade-ha-muito.html>>. Acesso em Junho de 2014.

⁴⁵ Já na seção *Para os Jovens* de 1 de Julho de 2012 (p. 30-31), dessa revista, o *jw.org* é indicado, ao final do texto, para leitura da Bíblia online e *download* do artigo. Na edição de 1 de Setembro de 2012 (p. 4), o *watchtower.org* deixa de ser a referência para acessar uma lista de endereços físicos das sedes filiais das Testemunhas de Jeová, sendo agora o *jw.org* recomendado. E *jw.org/pt* na seção *Para os Jovens* de 1 de Outubro de 2012. (A Sentinela: 30-31)

⁴⁶ Ainda que a *Despertai!* não tenha publicado um editorial como esse, ela também teve, a partir de Janeiro de 2013, suas páginas diminuídas pela metade e suas seções para os jovens e crianças suprimidas, incluindo a *Os Jovens Perguntam...*, agora acessadas apenas virtualmente. A edição de Dezembro de 2012 (*Despertai!*: 32) se limita a anunciar um novo projeto gráfico e novas seções, quais sejam, *Ajuda para a Família*, *Entrevista*, *Países e Povos* e *Lições*

em que as pessoas preferem se informar pela internet, e que incluem a reformulação do site oficial⁴⁷ – pretendem aumentar o alcance da mensagem bíblica, pela via online e impressa. Desse modo, as edições de 2013 de *A Sentinel* indicam, em seus índices, o site oficial para que o leitor faça contato e para que saiba mais a respeito das TsJ pela seção online *Perguntas Frequentes*. O jw.org, além de disponibilizar os artigos retirados de suas revistas, as revistas e outras publicações para download ou leitura online, também divulga vídeos que complementam os artigos ou estudam a Bíblia em língua de sinais, além de notícias sobre as TsJ ao redor do mundo.

Considerações

Bornholdt (2008: 94) diz que o *ethos* missionário das Testemunhas de Jeová é a iniciativa de angariar mais pessoas para um *modo de vida* que garante a salvação – negando tudo que seja exterior a ele, desde comportamentos e instituições até indivíduos, como as *ex-Testemunhas de Jeová*, pessoas que de alguma forma agrediram a norma, e passam a ser evitadas, excluídas do convívio social, a menos que se redimam e voltem ao grupo. A própria internet seria, de acordo com o trabalho de Bornholdt, (2008: 131-135) uma ameaça à ordem interna das Testemunhas de Jeová. Entretanto, a partir dos dados obtidos, per-

do Passado. As 12 edições de 2013 recomendam o site oficial, em seus índices, para acessar artigos aos jovens e crianças, e em todos os textos recomenda, no rodapé da página, o jw.org para mais informações acerca do tema abordado.

⁴⁷ Em uma postagem no site, divulgando um vídeo onde pessoas em vários países relatam as facilidades de pregação com os recursos online, é definido que o relançamento do endereço jw.org ocorreu em 28 de

cebemos o obstáculo virtual ser contornado pela, não só reformulação do site oficial, mas importância que ele recebe desde então – com potencial de transformar os pilares da identidade do povo de Jeová, seu proselitismo e os periódicos que sustentam o contato dessa gente com o mundo: seu sistema cultural (Jenkins, 2009: 41-42).

Por outro lado, destacamos como as ex-Testemunhas de Jeová se imbricam e se conectam, citando umas às outras, seja pela participação de *jBrother* no fórum ou pela menção a um *sentimento de mente bereana* fora do Mentes Bereanas, criando a imagem de uma comunidade – não necessariamente homogênea, mas que compartilha alguns elementos, como a crítica a uma autoridade normativa (Bauman, 2001: 30-34). Assim como o desejo de emancipação individual imediata, a despeito da emancipação coletiva prometida pela ATVBT, a futura salvação religiosa, questionada quanto ao seu caráter institucional – reclamam que as Testemunhas de Jeová poderiam se constituir enquanto cristãs de maneira autônoma, sem um Corpo Governante *ungido* e autoritário. Não concordam com o estigma de *apóstata* dado a atitude crítica – com exceção dos foristas, os demais negam categoricamente ser apóstatas. Para esses dissidentes, desassociados, críticos ativos e inativos ou apóstatas, no entanto, as prerrogativas da ATVBT e das associadas ainda seriam uma referência à gestão de suas identidades – como um *centro* derradeiro, ou utópico, para um sujeito *pós-Torre* diante de uma modernidade que não cessa de *derreter* (Bauman, 2001: 9-15; Hall, 2011: 17-18).

A solução – ou o problema – para os projetos e intentos dos agentes estudados aqui fora a internet. A crítica, sobretudo, constituiu o mote

de *quase* todas as ações, ainda que seja possível pensar no *jw.org* como uma resposta a essas afrontas, como uma retomada de autoridade e, mais ainda, controle. De toda maneira, a mídia digital permitiu a manifestação e registro dos anseios e opiniões dessas pessoas com ímpetos e perspectivas particulares, como refletiu um administrador do fórum online estudado, fez do debate menos unilateral⁴⁸. Pudemos notar, assim, um processo de individualização por meio da mídia, de pessoas que não anulam a influência institucional, mas se apropriam dela, ou do que dela lhes interessam. Nem a ATVBT, nem suas associadas e muito menos suas desassociadas, ou outras categorias entre uma e outra, estão alienadas aos meios de comunicação e às *tendências* do mundo globalizado. A seu modo conversam com as mídias, preferindo a virtual. E nessa conversa escancaram ser a cultura religiosa das Testemunhas de Jeová plural.

Bibliografia

⁴⁸ Elas próprias observam como são empoderadas pela mídia digital, deslocando a ideia de *Testemunha de Jeová* e criando novas e únicas realidades (Hoover & Echchaibi, 2012: 11-12). Podemos pensar a respeito do desenvolvimento de mídias alternativas e populares em contraposição às corporativas e institucionais, (Jenkins, 2009: 30) numa desconfiguração dos papéis de consumidor e produtor (Morgan, 2008: 3). Por meio das publicações disponibilizadas no blog *Testemunhas dos Deuses Santos*, sobretudo, mas também dos *oráculos* das *Mentes Bereanas*, da comunidade do *Ex-Testemunhas de Jeová* e do diário de jBrother. E nos meandros desses espaços, a contraditória individualização de Testemunhas de Jeová contra os críticos e em defesa de sua organização, ainda que *desobedientes* a essa última.

A SENTINELA. São Paulo: Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 2000-2012. Watchtower Library 2012 – Edição em Português. São Paulo, 2012. CD-ROM.

A SENTINELA. São Paulo: Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 2013.

BARRA, Sueli R. *Movimentos Religiosos contemporâneos na América Latina: O Movimento Religioso das Testemunhas de Jeová*. Sacrilegens – v. 7, n. 1, dezembro de 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução: Plínio Dentzen. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001.

BORNHOLDT, Suzana Ramos Coutinho. “*Proclamadores do Reino de Deus*”: *Missão e as Testemunhas de Jeová*. 2004. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BORNHOLDT, Suzana Ramos Coutinho. “*A Internet e seus perigos*”: *Individualismo, Missão e Poder entre as Testemunhas de Jeová*. Contemporanea – Revista de Comunicação e Cultura, v. 6, n. 1, 2008.

CASTRO, Eduardo Goes de. *A torre sob vigia: as Testemunhas de Jeová em São Paulo (1930-1954)*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DESPERTAI! São Paulo: Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 2000-2012. Watchtower Library 2012 – Edição em Português. São Paulo, 2012. CD-ROM.

DESPERTAI! São Paulo: Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 2013.

GUERRIEIRO, Silas. Há algo de novo no campo religioso brasileiro. In: BELLOTTI, Karina Kosicki; SILVA, Eliane Moura & CAMPOS,

Leonildo Silveira (orgs.). *Religião e Sociedade na América Latina*. SP: Ed. Umesp, 2010.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11^a edição, Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOOVER, Stewart M; ECHCHAIBI, Nabil. The Third Spaces of Digital Religion. In: HOOVER, Stewart M.; ECHCHAIBI, Nabil (ed.). *Finding Religion in the Media: Work in Progress on the Third Spaces of Digital Religion*. Colorado, USA: The Center for Media, Religion and Culture, 2012.

HOOVER, Stewart M. *Media and Religion* (White Paper). Colorado, USA: The Center for Media, Religion and Culture, 2008.

_____. *Religion in the Media Age*. London: Routledge, 2006.

JENKINS, Henry. *Cultura da Convergência*. Tradução: Susana Alexandria. 2^a edição, São Paulo: Aleph, 2009.

KNOX, Zoe. *Writing Witness History: The Historiography of Jehovah's Witnesses and The Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania*. Journal of Religious History – v. 35, n. 2, June 2011.

MORGAN, David. Introduction. Religion, media, culture: the shape of the field. In: MORGAN, David (ed.). *Key Words in Religion, Media and Culture*. NY: Routledge, 2008.

NOSSO Ministério do Reino. Livro. São Paulo: Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 12 de Dezembro de 2012. Watchtower Library 2012 – Edição em Português. São Paulo, 2012. CD-ROM.

RAMOS-SILVA, Sueli. *O Discurso de divulgação religiosa materializado por meio de diferentes gêneros: dois ethé, duas construções do Céu e da Terra*. 2007. 360 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Recebido em: 09/10/2016
Aceito em: 13/12/2016

GUERRA DE CANUDOS NA REVISTA ILLUSTRADA: A REPÚBLICA COMO DISCURSO

LA GUERRA DE CANUDOS EN LA REVISTA ILLUSTRADA: LA REPÚBLICA COMO DISCURSO

Yuria Santamaria Pismel¹

Resumo: A partir das edições da *Revista Illustrada*, criada por Angelo Agostini em 1876, pretende-se analisar as passagens de 1897, em que é mencionada a Guerra de Canudos. A proposta é identificar os elementos do discurso dos editores da revista sobre o conflito, em seu último ano, 1897. A *Revista Illustrada* era editada no Rio de Janeiro, centro político, militar e cultural do período, evocando um discurso que se coloca contra o movimento popular de Canudos. Pretende-se analisar tal posicionamento, considerando o contexto social, cultural e político da revista. O recorte temporal escolhido deve-se à complexidade dos acontecimentos, em que saíram vitoriosas as forças militares oficiais, quando em outubro de 1897, o arraial foi arrasado e incendiado. Buscar-se-á compreender a análise da revista em relação à Guerra de Canudos, como difusora do discurso oficial.

Palavras-chave: Guerra de Canudos; *Revista Illustrada*; Angelo Agostini; Primeira República.

Resumen: A partir de las ediciones de la *Revista Illustrada*, creada por Angelo Agostini en 1876, se pretende analizar los pasajes de 1897, en que es mencionada la Guerra de Canudos. La propuesta es identificar los elementos del discurso de los editores de la revista sobre el conflicto, en su último año, 1897. El destaque de Rio de Janeiro como centro político, militar y cultural del periodo justifica el hecho de escoger la *Revista Illustrada*, que se coloca en contra el movimiento popular de Canudos.

¹ Aluna de graduação em História – licenciatura e Bacharelado na Universidade Federal do Paraná. Orientada pelo Professor Doutor Marcos Gonçalves. Endereço para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5502232500135724>

Se pretende analizar tal posición, considerando el contexto social, cultural y político de la revista. El recorte temporal escogido se debe a la complejidad de los acontecimientos, en que salieron victoriosas las fuerzas militares oficiales, cuando en octubre de 1897 Canudos fué destruído e incendido. Se buscará comprender el análisis de la revista en relación a la Guerra de Canudos, como difusora del discurso oficial.

Palabras clave: Guerra de Canudos; *Revista Illustrada*; Angelo Agostini; Primera República.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar o relato produzido pela *Revista Illustrada*² sobre o último ano da Guerra de Canudos, 1897. Foram selecionadas as passagens das edições do mesmo ano que expressam o posicionamento da revista e seus argumentos centrais, expostos através de informações escritas ou pictóricas. Portanto, pretende-se discernir os principais elementos recorrentes no discurso dos editores sobre o conflito. Serão consideradas as particularidades dos editores e do local em que a revista era produzida, bem como o contexto histórico, social e político que marcou a última década do século XIX, como um período de instabilidade característico do processo de consolidação da Primeira República.

A *Revista Illustrada* circulou na imprensa carioca de 1876 a 1898. Inicialmente, era uma publicação semanal, em que veiculavam notícias políticas retratadas em um tom satírico. Angelo Agostini, seu fundador,

² Jornal Revista Illustrada. Periódico editado por Angelo Agostini (1876-1889) e Pereira Neto (1889-1898). Rio de Janeiro, 1876-1898. Edições 00727(jan.-1897), 00728(fev.-1897), 00729(mar.-1897), 00730(abr.1897), 00731(set.1897), 00733(out.1897), 00734(nov./dez.?1897). Disponível online para consulta na Hemeroteca Digital Brasileira/ Biblioteca Nacional Digital.

após participar como colaborador em diversas revistas de São Paulo e do Rio de Janeiro, decidiu criar em 1876 uma publicação própria, com o intuito de divulgar suas interpretações acerca do cenário político brasileiro. Os temas centrais em seus primeiros anos eram a defesa da abolição e a crítica à monarquia, traços que marcaram o discurso da revista em todo o seu percurso. A revista passou por duas fases. Na primeira, de 1876 a 1889, esteve sob o comando de Angelo Agostini, período em que alcançou seu auge e reconhecimento. Em 1889, com o retorno de Agostini para a Itália, a revista ficou a cargo do cartunista Pereira Neto, embora Agostini continuasse a contribuir esporadicamente. Durante essa segunda fase, não ocorreram grandes transformações na abordagem dos temas. Sob o comando de Pereira Neto, a revista passou a aceitar anúncios, a partir de janeiro de 1889.

A partir da seleção das fontes documentais, pretende-se analisar o discurso da revista sobre os sertanejos de Canudos em oposição à República, personificada nas ilustrações como uma figura feminina esbelta, contrastando com o retrato rústico de Antônio Conselheiro. A figura assemelha-se, nos traços e na postura, à Marianne, representante da República Francesa, principalmente à obra “A liberdade guiando o povo”, de Eugène Delacroix. A utilização da alegoria feminina aos moldes neoclássicos para representar a República é analisada por José Murilo de Carvalho (Carvalho, 2009: 75-96), em sua obra “A Formação das Almas”. Segundo o autor, na França, o uso da imagem feminina associada à República opunha-se à imagem do rei e da Monarquia. A figura feminina republicana, popularizada na França durante a Terceira República

com a denominação de Marianne, trazia consigo o ideal de liberdade, revolução e cidadania, inspirando artistas e intelectuais da época. Portanto, os republicanos brasileiros apropriam-se desse símbolo para representar a República recém fundada no Brasil. De acordo com José Murilo de Carvalho (Carvalho, 2009: 75-96), tal apropriação republicana deu-se inicialmente através do trabalho dos cartunistas da imprensa periódica, que sendo em sua maioria simpatizantes do novo regime, auxiliaram a criar símbolos que definissem a República. O próprio autor ressalta o caso de Angelo Agostini e Pereira Neto na *Revista Illustrada* como exemplos da construção dessa imagem, no que tange ao trabalho artístico realizado pelos cartunistas em 1888 e 1889. Carvalho destaca ainda a *Revista Illustrada* enquanto estabelecadora de um modelo que serviu às outras revistas do mesmo período, no que se refere à representação feminina republicana. Apresenta-se um paralelo entre os valores libertários promovidos pela República Brasileira, recém-inaugurada, e a República Francesa. O contraste entre a figura feminina e a representação de Antônio Conselheiro, denota a oposição entre os próprios valores republicanos e monárquicos expressa na *Revista Illustrada*, bem como um posicionamento dos editores do periódico. Tratando dos aspectos historiográficos, vale relembrar que a pesquisadora Jacqueline Hermann (Hermann, 2003: 121-160) aponta que somente a partir da década de 1960 os movimentos messiânicos brasileiros passaram a ser estudados como objeto de análise. Nesse sentido, são recentes os estudos que atentam para a relativização da oposição entre o soldado legalista e o sertanejo, recurso que auxilia na definição do movimento de Canudos como

uma manifestação social antirrepublicana, restauradora e fanática. Como discussão inicial, levamos em consideração a análise da pesquisadora Janice Theodoro (Theodoro, 1997: 119-133) e de uma прédica de Antônio Conselheiro de 1895 (Bonavides; Amaral, 2002: 445-450).

Janice Theodoro afirma que Antônio Conselheiro soube utilizar-se da oratória para criar um discurso que transformasse a República em “uma espécie de demônio que deveria ser combatido” (Theodoro, 1997: 126), mas que esse não era o tema central de seu discurso. Embora as críticas à República sejam evidenciadas no discurso, a preocupação central de Conselheiro girava em torno da manutenção da religião. O caráter profético de suas pregações carregadas de citações bíblicas e sua visão milenarista dos fatos auxiliou na repercussão do movimento. A comunidade proposta por Antonio Conselheiro pretendia mais um distanciamento que uma aproximação às causas monárquicas. É o que afirma a autora, que propõe a relativização ao considerar o movimento de Canudos como restaurador e antirrepublicano, na medida em que é necessário levar em conta a religiosidade da população como um elemento aglutinador e promotor de uma identidade.

A crítica de Antônio Conselheiro à República presente em um de seus discursos de 1895 exemplifica tais questões (Bonavides; Amaral, 2002: 445-450). O tema assume centralidade no decorrer do discurso, devido à preocupação em defender uma moral religiosa católica. Já no primeiro parágrafo, a República é tratada como “um grande mal para o Brasil”, pois trouxe o “extermínio da religião”, sendo, portanto, “o ludíbrio da tirania para os fiéis” (*Ibid.*: 445). O discurso de Conselheiro

aponta para a importância de preservar a “santa religião”, sendo o novo regime o inimigo a ser combatido, já que provocara a desestruturação dos princípios básicos religiosos. Nesse sentido, cabe destacar as menções ao casamento civil, visto por Conselheiro como uma afronta ao poder divino que reflete com clareza a incredulidade dos republicanos, já que o casamento é de responsabilidade da santa igreja. Em tom profético, Antônio Conselheiro afirma:

A República há de cair por terra para confusão daquele que concebeu tão horrorosa ideia. Convençam-se, republicanos, que não hão de triunfar porque a sua causa é filha da incredulidade [...] Dá a Deus o que é de Deus, dá a César o que é de César. Mas este sublime sentimento não domina no coração do presidente da República, que a seu talante quer governar o Brasil. (*Ibid.*: 448-449)

Portanto, o discurso de Antônio Conselheiro, baseado em argumentos de proteção à fé cristã, assume a crítica ao novo regime como principal prerrogativa para combater os infiéis da santa religião, assumindo um caráter social e popular. A ênfase no caráter antirrepublicano e monarquista dos sertanejos feita pelo governo oficial, pode ser compreendida como uma resposta republicana às críticas ao novo regime. Considerando a instabilidade social da Primeira República, o rápido crescimento territorial e populacional do arraial de Canudos é visto pelo governo oficial como uma ameaça ao próprio regime, ainda em processo de consolidação.

A *Revista Illustrada* como documento histórico de uma época

A imprensa contemporânea à reação de Canudos interpretava o movimento como uma grave ameaça à República, alegando sua tendência monarquista no sertão baiano. Não havia um espaço na imprensa dedicado às causas de Antônio Conselheiro, como afirma Gilberto Maringoni (Maringoni, 2006: 221-239). O autor relata que particularmente no Rio de Janeiro, a imprensa do final do século XIX adquiriu um caráter acentuado de aversão às causas populares de Canudos. Como centro político, econômico e administrativo do Brasil, o Rio de Janeiro representava um polo importante de irradiação, e, tratando-se da imprensa, como centro difusor de um imaginário social modernizador.

De acordo com Nicolau Sevcenko (Sevcenko, 1998: 7-48), nas últimas décadas do século XIX, a tentativa de disseminar o avanço capitalista, modernizador e civilizador causou um impacto sobre as sociedades tradicionais, desestabilizando-as. No Brasil, a geração intelectual dos anos 1870, busca novas bases ideológicas inspiradas nas diretrizes europeias e estadunidenses, tais como o cientificismo, o darwinismo social e o positivismo. A Abolição, a Proclamação da República e a entrada de imigrantes estrangeiros mobilizavam as elites intelectuais a repensar os aspectos econômicos e sociais a partir da nova configuração do trabalho e dos debates sobre a identidade brasileira. Com base nos preceitos da modernização em ascensão no Brasil, as mudanças jurídico-institucionais promovidas pelo governo abalaram as sociedades tradicionais, que não eram representadas pelo novo regime.

Rodrigo Lacerda (Lacerda, 1997: 21- 39) reforça essa ideia afirmado que com a República e o aumento da autonomia dos estados,

uma parcela maior dos impostos passou a ser direcionada aos municípios. A arrecadação de forma direta abalou as comunidades de classes sociais mais pobres, como é o caso da região do sertão baiano. A reação das sociedades tradicionais aos impulsos modernizadores é entendida pelo governo republicano como uma aversão à República, como é possível perceber pelo discurso da revista. A imagem construída dos conselheiristas como conspiradores monarquistas coloca-se como uma justificativa para acirrar as investidas contra a população de Canudos. Ao serem tratados como “fanáticos religiosos”, os conselheiristas apresentavam-se como uma ameaça não só para o Estado, mas também para a hegemonia da Igreja Católica.

Inserido nessa estrutura política, social e intelectual, encontra-se o caricaturista Angelo Agostini. Por ser ele o fundador e criador das bases ideológicas, políticas e sociais que norteavam a revista, enfocaremos na análise de Agostini mais profundamente, em oposição à Pereira Neto, que, ao dar continuidade à revista, conservou a maioria das propostas ideológicas da revista, como explica Marcelo de Souza Magalhães (Magalhães, 2007: 1-29). O italiano conviveu com a nova elite intelectual brasileira e desenvolveu suas ideias alinhadas com o pensamento abolicionista de Joaquim Nabuco, embora faça “uma campanha com roteiro próprio, nas páginas de sua revista”, como afirma Maringoni (Maringoni, 2006: 226). Em seu artigo intitulado *Angelo Agostini e o Massacre de Canudos*, o autor buscou explicar como Agostini, sendo defensor das causas abolicionistas, opôs-se aos conselheiristas. O autor constata que o caricaturista era defensor da causa abolicionista por um viés elitista e

racista, em prol do desenvolvimento da República. Portanto, apesar do seu posicionamento a favor da abolição ser frequentemente associado à construção de uma imagem como defensor das causas populares, o seu projeto abolicionista gira em torno da libertação dos escravos, e não na preocupação de inserção destes na sociedade no contexto de pós-abolição.

José Murilo de Carvalho ressalta em seu livro “Os Bestializados” (Carvalho, 1991: 15-41) as transformações e turbulências pelas quais passou o Rio de Janeiro na primeira década da República. Além de ser a capital da República, era a maior cidade, bem como um centro importante no que tange ao aspecto econômico, político e cultural. Portanto, segundo Carvalho, as transformações recorrentes do processo de abolição e da proclamação da República fizeram-se sentir, transparecendo as dificuldades e entraves da nova realidade. Os posicionamentos políticos criaram diversas vertentes ideológicas, influenciadas pelas correntes intelectuais provenientes da Europa, como o positivismo, o liberalismo e o anarquismo, sendo que os tensionamentos políticos e sociais geraram diversas rebeliões e inquietações, não só na capital, mas em diversas regiões do país, e que repercutiram na capital. É o caso do movimento de Canudos, em que os preceitos modernizadores e republicanos entram em choque com uma conjuntura social e ideológica estabelecida, gerando um conflito social, cultural e político. Além do conflito entre as sociedades tradicionais e o Estado republicano, como destaca Jacqueline Hermann (Hermann, 2003: 121-160), apresentava-se o conflito religioso

entre o catolicismo rústico, que mesclava tradições e ritos populares à crença, e o catolicismo oficial.

Nesse sentido, a escolha do recorte espacial a ser analisado, no caso, a *Revista Illustrada* enquanto periódico em circulação no Rio de Janeiro, justifica-se pela tentativa de compreender a construção do discurso defensor da República, ainda em processo de consolidação, em oposição ao passado monárquico representado nas retratações dos conselheiristas. A escolha de um periódico do Rio de Janeiro deve-se ao papel decisivo da cidade na Guerra de Canudos, que como centro administrativo concentrava as principais forças do exército, e enviou tropas ao sertão baiano, em suas investidas para combater os “inimigos da República”. As inovações estilísticas e estéticas, principalmente o efeito visual das caricaturas de Angelo Agostini, e posteriormente, Pereira Neto, são comentadas por Carlos Costa (Costa, 2012: 315-363). A reportagem enquanto recurso aparece como uma das marcas de Agostini, em oposição ao jornalismo praticado no período. Já na primeira edição da revista, em 1876, é interessante observar a utilização de um jogo audiovisual nas caricaturas, bem como a presença de duendes e arlequins, que segundo Costa, personificam os ajudantes dos editores. Costa enfatiza *Revista Illustrada* como “recordista de vendas na América Latina”, demonstrando assim sua repercussão e aceitação.

Com a Abolição e a Proclamação da República, os principais eixos temáticos deixaram de ser tão debatidos no cenário político, e, portanto, aos poucos a revista foi perdendo espaço e leitores, o que conduziu ao encerramento de suas atividades em 1898. Em seu livro *A revista*

do Brasil do século XIX, Carlos Costa (Costa, 2012: 315-363), afirma que em seus últimos anos de existência, a revista foi perdendo credibilidade e importância, em partes, pois as discussões acerca da liberdade de imprensa e da monarquia deixaram de ser veiculadas. Embora as causas abolicionistas e antimonárquicas tenham deixado de ocupar a posição central no cenário político, continuaram a orientar politicamente as publicações. A periodicidade da revista diminuiu gradativamente, passando a ser publicada mensalmente (ao invés de semanalmente), como é o caso do ano em 1897. A revista possuía em média de sete a oito páginas cada edição, tratando de acontecimentos políticos e cotidianos por um viés satírico e caricaturado. A primeira página apresenta um tema e uma ilustração em destaque. Nas páginas seguintes, há uma mescla entre notícias comentadas, cartas de opinião, contos, capítulos de romances, charges, caricaturas, ilustrações e retratos de personagens considerados politicamente importantes no contexto republicano.

Desde 1885, a revista constituía-se como uma publicação semanal com oito páginas em média, veiculando charges e textos, contando com 739 números até 1898, quando encerrou suas atividades. Nem todas as seções da revista eram permanentes, embora fosse respeitada uma estrutura. Merece destaque o Editorial, que dava continuidade ao assunto da capa, e costumava apresentar textos concisos e doutrinários, na medida em que expunham as visões dos autores. É recorrente uma seção reservada aos comentários sobre a *Revista Illustrada* veiculados em outros periódicos, bem como agradecimentos às menções. Quanto aos valores, Carlos Costa (Costa, 2012: 315-363) afirma:

A seguir, os preços das assinaturas: 16\$000 anual; 9\$000 semestral; e 5\$000 trimestral. Nas províncias, o preço sobre para 20\$000 anual; 11\$000 semestral; e \$500 o número avulso. Como já se disse, o preço do exemplar avulso era praticamente o mesmo praticado por todas as semanais ilustradas do período [...] comparado com o preço dos jornais diários.” (COSTA, 2012, pág. 332)

Atentamos que nem todas as caricaturas e ilustrações contidas possuem assinatura do seu autor. Como assinala Marcelo de Souza Magalhães (Magalhães, 2007: 1-29) em seu artigo *Crônicas da vida na cidade: o cotidiano da política nas charges da Revista Illustrada (1892-1898)*, tratando-se da década de 1890, os traços de Angelo Agostini e de Pereira Neto se confundem, e pela falta de identificação, não é possível confirmar a autoria de cada ilustração. O autor ressalta que Pereira Neto assinou muito poucas caricaturas na sua carreira profissional na revista. Contudo, considerando que em 1895 Angelo Agostini lança uma nova revista denominada *Don Quixote*, presume-se que as publicações a partir da *Revista Illustrada* tenham sido produzidas principalmente por Pereira Neto. Quanto aos artigos, nem todos possuem assinatura. As publicações escritas que estão assinadas aparecem muitas vezes com as siglas dos nomes. Considerando a proposta de análise do presente trabalho como a tentativa de estabelecer uma relação entre a Guerra de Canudos e a visão da revista sobre o conflito, tal questão não será tratada com profundidade. O enfoque será em entender o conflito pelas imagens que a *Revista Illustrada* construiu sobre os sertanejos nas publicações de 1897.

A Guerra de Canudos na *Revista Illustrada*

Já na primeira edição do ano de 1897 (Edição 727, Ano 22 - Jan. 1897), fica perceptível a oposição entre o governo republicano e seus adeptos, e o movimento de Canudos. Na página 3, o coronel Moreira César, que se preparava para comandar a Terceira Expedição oficial contra Canudos, é apresentado como exemplo de “herói da República”. A continuidade do discurso ocorre na página seguinte, com a apresentação de uma caricatura em forma de quadrinhos. Antonio Conselheiro é representado como um senhor barbudo e de traços rústicos “pintando o diabo”, expressão contida na legenda. A construção da imagem de Conselheiro se dá através da sua representação como um indivíduo que atua com violência sem precedentes, radical e fanático. A legenda exemplifica: “[...] atirando-se como gato a bofes a todos aquelles que não comungam com as suas idéias fanáticas”. A imagem de Conselheiro é construída como defensor de um “engrossamento restaurador” do antigo regime monárquico. Na sequência, a terceira imagem sobre Canudos estabelece o embate com a República, no qual Antonio Conselheiro é acusado de dirigir-se à República com as seguintes palavras “- Alto lá! d'aqui não passarás...”. No final da legenda, ainda é necessário destacar a atitude do governo frente a essa “ameaça”, com a menção à Terceira Expedição que tinha como líder Moreira César. O general e os oficiais do exército mais uma vez são vistos como os defensores e heróis em prol da causa republicana.

Na terceira página da edição de fevereiro (Edição 728, Ano 22 - Fev. 1897), em uma breve nota, é criado um discurso satírico sobre An-

tônio Conselheiro, em que a revista se refere a ele, ironicamente, com a expressão “o herói de Canudos”. Na página seguinte, novamente a ironia aparece juntamente com um humor disfarçado, agora através de uma ilustração que retrata Antonio Conselheiro entre quatro canhões que apontam para ele. A revista assume o tom confiante e encorajado frente aos esforços de preparação da Terceira Expedição. Conselheiro é chamado de “fanático sebastianista”³, em uma associação do arraial de Canudos com o messianismo religioso. Na mesma página, na imagem ao lado, como que contrastando e colocando em embate as duas questões, foi colocada a Homenagem à República e ao sexto aniversário da Constituição Federal.

Dando continuidade à questão religiosa, na página 6, é mencionada a Missão de Frei Monte Marciano pelos sertões da Bahia rumo às terras de Conselheiro, notícia veiculada originalmente no periódico denominado *República*, o que mostra o diálogo entre as duas publicações. Portanto, alude-se ao fato de Canudos enquanto um movimento que ameaçava simultaneamente a hegemonia da Igreja e do Estado. Como afirma Jacqueline Hermann (Hermann, 2003: 121-160), com o início da República, a Igreja passou por um processo de adaptação às novas imposições feitas pela nova ordem vigente. Por outro lado, a perda de poder das autoridades religiosas trouxe dificuldade em lidar com as reações populares dos ditos “movimentos messiânicos”, como definido

³ Sobre o processo de formação do sebastianismo enquanto um movimento profético, consultar: HERMANN, Jacqueline. No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

pela autora. Portanto, a missão religiosa que se dirigiu até Canudos, citada pela revista, insere-se nesse contexto de adaptação da Igreja ao novo regime, e consequentemente, à tentativa de fortalecer a autoridade eclesiástica abalada.

Na primeira página da edição de março (Edição 729, Ano 22 - Mar. 1897), coloca-se em destaque uma ilustração, que é explicada na legenda que a acompanha: “A República contempla o heroísmo dos seus defensores, na jornada de 4, nos sertões da Bahia, em luta homérica contra os inimigos da Patria e offerta-lhes uma corôa de louros.”. Para compreender e analisar o discurso textual e pictórico aqui representado é importante destacar o fracasso da Terceira Expedição oficial. Com a morte de Moreira César já no início de março, o exército oficial é obrigado a retroceder. Em relação à charge mencionada, José Murilo de Carvalho (Carvalho, 2009: 75-96) atenta para a belicosidade da personagem feminina apresentada em destaque, sendo o aspecto belicoso recorrente na arte de cartunistas do período. Na imagem que serve de capa a esta edição, a República aparece em primeiro plano portando, na mão esquerda, uma espada e uma bandeira, oferecendo uma coroa de louros com a direita, como indicado pela legenda. As expressões faciais e corporais demonstram o caráter imponente da República, personificada pela figura feminina. Em segundo plano observa-se um soldado morto, e em terceiro plano, oficiais legalistas e conselheiristas em combate. A representação do soldado morto dialoga com o trecho da legenda em que os defensores da República são novamente associados à figura de heróis e mártires. De acordo com Hermann (Hermann, 2003: 121-160),

o desfecho inesperado da Terceira Expedição auxiliou a criar um imaginário de que os sertanejos de Canudos pareciam invencíveis. A apreensão por parte das autoridades oficiais tendo em vista o crescimento do arraial apresenta-se na revista com um discurso em busca de explicações, assim como para divulgar a imagem de uma República forte e capaz de se sustentar e combater os “inimigos da República”.

A página seguinte auxilia a compreender as questões levantadas por Hermann (Hermann, 2003: 121-160). É redigido um artigo, assinado por “L.M.”, em formato de carta ao então presidente Prudente de Moraes, em que o autor aponta que um dos grandes erros do seu governo foi a anistia dos rebeldes, que propiciou a disseminação de ideais monárquicos. E para contrapor essa ideia, merece destaque o trecho a seguir:

[...] Irão outros, mais outros, muitos outros para o campo de batalha, provar a S Ex. que os heróes não morreram na nossa pátria, que a República é inatacável, que os corações brasileiros pulsam no mesmo unísono, no mesmo entusiasmo pelas instituições de que S. Ex. foi um dos mais gloriosos paladinos. Que importa! os cadáveres de Canudos são a semementeira de uma nova era. (*Revista Illustrada*, edição 729: 2)

Com a iminente derrota das forças oficiais, percebe-se uma mudança no discurso da revista, procurando acentuar as diretrizes ideológicas e políticas que a norteiam. A exaltação dos combatentes oficiais como heróis torna-se clara, seja pelo discurso escrito, ou pela disposição dos elementos presentes na ilustração. O diálogo entre os elementos escritos e pictóricos aponta para a ênfase dada à República enquanto

protetora dos combatentes oficiais, sendo estes defensores da mesma. A personificação da República enquanto uma figura feminina demonstra uma relação de reciprocidade entre ambos. Em comparação com as edições anteriores, quase não são mencionados os “fanáticos religiosos” do sertão baiano. Nesta edição, a revista silencia as críticas acirradas aos conselheiristas, buscando ressaltar o valor da atuação dos soldados republicanos. Entretanto, a oposição entre “defensores da Pátria” e “inimigos da Pátria” continua sendo tocada.

Na página 3, o breve texto em homenagem à Moreira César, assinado por “Xavier Pinheiro”, exemplifica a tentativa de construir um discurso através da memória dos grandes feitos dos “heróis republicanos”. Na página 4, o retrato do coronel Moreira César aparece acompanhado da legenda, que reforça essa ideia:

Heroico commandante da expedição contra as hordas fanáticas e sebastianistas de Antonio Conselheiro, nos sertões da Bahia, victimado pelos inimigos da Patria, no seu posto de honra, em defesa da Republica. (*Revista Illustrada*, edição 729: 3)

Na edição de abril (Edição 730, Ano 22 - Abr. 1897), o próprio título do artigo “Não há sebastianistas!”, na página 2, representa uma ironia que no decorrer do texto é desconstruída: “A verdade é que sempre houve sebastianistas, que os há (estão ahi à vista de todos) e que deve haver-os. [...] Guerra pois a esses mascarados, a esses camaleões, a esses inimigos da Patria.”. O artigo é assinado por J. Marcio. Nas páginas 3 e 6, são publicadas duas homenagens ao general Arthur Oscar e ao

Major Febronio, destacados como bravos combatentes durante o conflito de Canudos, o que demonstra a tentativa criar uma aproximação entre o público alvo do periódico e os “heróis da República”.

Em uma breve nota da página 7, é interessante destacar o anúncio sobre a venda do retrato em avulso de Moreira César em edição especial, devido ao esgotamento da edição 729 da revista, na qual este havia sido publicado primeiramente. Uma breve análise da repercussão social a partir desses dados demonstra a resposta do público frente ao discurso veiculado. Portanto, elucida-se a partir da análise da documentação o público para o qual a revista se destinava: membros de uma classe social elitizada e politizada, por ser uma revista que reproduzia o discurso oficial.

Após essa edição, há um lapso de tempo de quatro meses em que não são lançadas novas edições. Na edição de setembro (Edição 731, Ano 22 - Set. 1897), na página 2, é emitida uma nota dirigida aos leitores, em que os editores explicam os motivos pelos quais suspenderam novas edições durante esse período, dentre eles, a mudança de endereço e “outras dificuldades”. A seguir, os artigos buscam atualizar os eventos dos últimos quatro meses, narrando os acontecimentos na política, bem como em relação à Guerra de Canudos. Sobre o conflito, a revista informa que ainda é uma questão preocupante para as autoridades, referindo-se aos conselheiristas como fanáticos, e ressaltando as investidas violentas dos mesmos contra os soldados legalistas. Afirma que Conselheiro continua “resistindo aos ataques de um exército regular há três meses diante do seu reduto”, e que as investidas do governo contra Ca-

nudos estavam se fortificando com a participação do ministro da guerra no conflito. O artigo termina com as seguintes palavras:

Enfim, o que os verdadeiros patriotas devem desejar neste momento é que essa desgraçada lucta termine quanto antes e pela extinção desse covil de bandidos para o qual só podem olhar com carinho os inimigos das instituições do paiz. (Revista Illustrada, edição 731: 2)

Portanto, percebe-se um discurso mais carregado, tratando os conselheiristas não só como “inimigos da Pátria”, mas agora também como “bandidos”. Nesse sentido, evidencia-se novamente o fato de que o discurso da revista é moldado pela realidade social em que estão inseridos seus editores, enquanto membros de uma elite intelectual.

Por outro lado, podem ser problematizadas as causas que levaram o fechamento da revista durante quatro meses. A revista alega claramente tratar-se de complicações devido à mudança do endereço, porém, não aborda as outras questões às quais somente mencionou. A revista já se encontrava em sua reta final de existência, considerando que foi definitivamente fechada em 1898. Portanto, pode-se questionar que a posição ocupada pelos seus editores no campo da imprensa estava sofrendo alterações, considerando a entrada de inovações tecnológicas na área, e que disputavam a audiência com a *Revista Illustrada*.

Curiosamente, a edição de outubro (Edição 733, Ano 22 - Out. 1897) trata pouco sobre a Guerra de Canudos, citando somente, na página 3, o sucesso do concerto realizado do teatro Lírico em homenagem

às vítimas da Guerra de Canudos. A edição concentra-se em outros assuntos políticos que os editores julgam merecer destaque.

Na última edição da revista para consulta do ano de 1897, não é possível identificar o mês de publicação. Trata-se da edição 734, que, considerando as informações descritas num artigo dedicado a Canudos e numa ilustração, bem como a sequência da numeração das edições, provavelmente foi publicada em novembro ou dezembro. Na página 5, a ilustração vem acompanhada pela legenda: “Homenagem da “Revista Illustrada” aos gloriosos vencedores de Canudos”. A imagem representa a República, novamente como uma figura feminina, lembrando Marianne, figura alegórica da República Francesa, posicionada altivamente e contemplativa, enquanto homenageia um membro do exército oficial, em destaque. A República parece envolver o homem com o braço direito que segura uma folha de palmeira, enquanto o outro braço segura outra folha, uma faixa e uma coroa de louros. Na parte inferior da imagem, observam-se dois grupos de soldados. Enquanto um comemora a vitória levantando uma bandeira do Brasil, o outro grupo apresenta-se em fase de luta. No canto inferior direito, chama a atenção que um dos soldados levanta uma arma em direção a um homem caído e provavelmente ferido ou morto, que parece ser um sertanejo, devido às suas vestes. A imagem possui uma grandiosidade tipicamente utilizada para representar e comemorar uma ilustre vitória. Com o término do conflito em 4 de outubro de 1897 com a realização da Quarta Expedição oficial, quando o arraial foi incendiado e devastado, o discurso da revista apresenta uma mudança considerável. Pode-se deduzir que essa mudança se

justifica como uma tentativa de criar um distanciamento com o passado recém-vivido e que ameaçava destruir a República. Nesse sentido, a revista parece construir uma memória histórica baseada nos feitos dos que define como heróis, em detrimento dos sertanejos de Belo Monte, os inimigos indesejáveis antirrepublicanos. O simples fato de proclamar a vitória da República parece elucidar o fim de um conflito, parece marcar uma página virada da história.

No artigo da página 6, o discurso toma um viés tradicionalista ao lamentar as “perdas tão preciosas e sentidas para a família brasileira”. Segundo a revista “está enfim sucumbida essa horda de bandidos que fizera do arraial de Canudos o seu quartel general, levantando a bandeira do fanatismo religioso e da restauração monarchica contra a civilização e as instituições republicanas”. Realizando um breve balanço e uma análise parcial dos acontecimentos, a revista ressalta que antes da formação do arraial de Canudos, ninguém imaginara

que um ignorante miserável, um fanático imbecil, pudesse reunir tantos elementos de resistência, tão grande numero de bandidos [...] Antonio Conselheiro tudo conseguiu, oferecento uma resistência tenaz, embora os seus partidarios manejassem a arma formidável da trahição, como o assassino que na estrada de emboscada fere sua victima sem ser visto. (*Revista Illustrada*, edição 734: 6)

A revista ainda aponta o caráter desigual da luta travada, considerando “a vantagem dos bandidos”, já que estes conheciam as condições climáticas e topográficas da região. E afirma: “apesar disto a civilisação triumphon sobre a barbárie, a Republica venceu a restauração”, termi-

nando o texto de maneira triunfal: “Honra, pois, ao nosso patriótico exercito! Viva a Republica!”. Evidencia-se assim a criação de um fim ao conflito sendo declarada a “vitória” republicana, enfatizando assim o viés elitista, racista e excludente da revista.

Considerações finais

A partir da análise dos documentos foi possível estabelecer um panorama do discurso defendido pela *Revista Illustrada*, que é carregado de tendências políticas, inseridas num contexto histórico, social e temporal específicos. Sendo a revista destinada a um público citadino do Rio de Janeiro, que de certa forma, beneficiara-se com o processo modernizador da República, é importante acrescentar a essas questões outros elementos de análise à fonte, transformando a oposição entre os soldados “heróis” da República, e os sertanejos “bandidos”, em uma concepção discursiva a ser historicizada. No presente trabalho, buscamos entender essas novas possibilidades de abordagem que vem sendo discutidas pela historiografia, realizando a partir da análise da alguns trechos selecionados da *Revista Illustrada* referentes a Canudos, uma análise do discurso republicano da mesma. Tendo em vista a oposição entre diversas tendências republicanas e monarquistas no período da Proclamação, atentamos para a possibilidade de dar continuidade a esses estudos para compreender a complexidade intelectual do período, e que influenciaram a reprodução em vários casos um discurso estigmatizado do movimento.

Bibliografia básica

BONAVIDES, P.; AMARAL, R. Textos políticos de história do Brasil. Volume 3. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 445- 450.

CARVALHO, José Murilo de. “O Rio de Janeiro e a República”. In: CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo: Editora Schwarcz/ Companhia das Letras, 1991. p. 15- 41.

CARVALHO, José Murilo de. “República-Mulher: entre Maria e Mari-anne”. In: CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. São Paulo: Editora Schwarcz/ Companhia das Letras, 2009. p. 75- 96.

COSTA, Carlos. “O auge das revistas semanais ilustradas: 1876-1878”. In: COSTA, Carlos. *A revista do Brasil do século XIX. A história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012. p.315 a 363.

HERMANN, Jacqueline. “Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado”. In: FERREIRA, Jorge ; Lucília de A. N. DELGADO (Orgs.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.121- 160.

LACERDA, Rodrigo. “Sobrevoando Canudos”. In: ABDALA Jr., Benjamin; ALEXANDRE, Isabel. (Org.). *Canudos: Palavra de Deus, Sono da Terra*. Editora Senac; Boitempo Editorial, São Paulo. 1997. p. 21- 39.

MARINGONI, Gilberto. “Angelo Agostini e o Massacre de Canudos”. In: *Revista Projeto História*, São Paulo, vol. 32, jun. 2006. p. 221-239, disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2425/1515> , acesso em 7 de maio de 2015.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. “Crônicas da vida na cidade: o cotidiano da política nas charges da Revista Ilustrada (1892-1898)”. In: *Urbana*, ano 2, v. 2. Dossiê: Cidade, Imagem, História e Interdisciplinaridade. CIEC/UNICAMP, 2007. p. 1-29.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. “O prelúdio republicano, astúcias da ordem do progresso”. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral) *História da vida privada no Brasil*. Vol. 3. República: da Belle époque à era do rádio. SEVCENKO, Nicolau (Org. do vol.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 7-48.

THEODORO, Janice. “Canudos 100 anos depois”. In: ABDALA Jr., Benjamin; ALEXANDRE, Isabel. (Org.). *Canudos: Palavra de Deus, Sonho da Terra*. Editora Senac; Boitempo Editorial, São Paulo, 1997. p. 119-133.

Recebido em: 07/02/2016
Aceito em: 03/10/2016

A DESCRIÇÃO DE JESUS CRISTO COMO MAGO NO DISCURSO VERDADEIRO CONTRA OS CRISTÃOS DE CELSO (II-III d.C.)

THE PORTRAYAL OF JESUS CHRIST AS A MAGICIAN IN THE TRUE DISCOURSE AGAINST THE CHRISTIANS OF CELSUS (II-III A.D.)

Breno Teles Pereira¹

Resumo: A partir de meados do II séc. d.C., alguns locais no Império Romano presenciaram perseguições - iniciadas primeiramente por cidadãos romanos - que resultaram em levas de execuções e martírios de cristãos. Com uma doutrina ainda em construção, mesclando teorias filosóficas grecorromanas e traços de originalidade cristã, o cristianismo se encontrava em processo de expansão, inclusive em meio às várias escolas filosóficas que se concentravam principalmente em Roma e Alexandria. Em provável resposta a isso, Celso escreve a obra *Discurso Verdadeiro Contra os Cristãos*, tratando de várias querelas que incluem a falta de originalidade do cristianismo, a quebra de raízes com o judaísmo e, alvo de nossa exposição, a descrição do fundador do cristianismo, Jesus Cristo, como um mago, almejando assim expor a hipótese de que a deslegitimização do líder desse movimento encaixava-se em um contexto de intolerância à magia.

Palavras-chave: Celso, Jesus Cristo, Império Romano, Cristianismo, Magia.

Abstract: Beginning in the middle of II century A.D., some places in the Roman Empire witnessed persecutions – firstly started by roman citizens – that resulted in waves of executions and Christian martyrdom. With a doctrine still in development, mixing philosophical Greco-

¹ Graduando de História na Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História; bolsista PIBIC com pesquisa em História Antiga.

Roman theories and traits of Christian originality, Christianity found itself in an expansion process, even in the middle of the multiple philosophical schools that were focused mainly in Rome and Alexandria. Likely responding to this, Celsus writes his work *True Discourse Against the Christians*, dealing with various contests that includes the lack of originality of Christianity, the breaking of roots with Judaism and, object of our exposition, the portrayal of the founder of Christianity, Jesus Christ, as a magician, aiming therefore to show the hypothesis that the delegitimization of the leader of this movement fits in a context of intolerance to magic.

Keywords: Celsus, Jesus Christ, Roman Empire, Christianity, Magic.

Celso destaca-se como o primeiro polemista a compor um texto sistematizado contra os cristãos. As argumentações anteriores no I e II séc. d.C., que relegavam-se majoritariamente em acusações de imoralidade, seguindo o *topos* de que os cristãos participavam de seitas que banhavam-se em sangue de infantes e praticavam rituais orgânicos, são deixadas de lado pela crescente necessidade de se combater os mesmos em um âmbito mais profundo: o da doutrina. Infelizmente, sua obra se perdeu e, apenas no séc. XIX, através do *Contra Celso* de Orígenes, é que as tentativas de reconstrução da mesma iniciam-se. Isso é possível devido às citações literais de Orígenes que, ao tentar refutar os dizeres de Celso, percebe esse método como o mais apropriado para fazê-lo.

Antes de adentrarmos a especificidade da proposta, começemos nossa exposição a partir dos dizeres de Orígenes em *Contra Celso*, para traçarmos o possível da biografia de Celso:

Por isso devo lamentar que alguém possa acreditar em Cristo com uma fé capaz de ser abalada por Celso, que se-

quer vive a vida comum entre os homens, **mas morreu há muito tempo** [...] (ORÍGENES, *Contra Celso*, Prefácio, 4, grifo nosso).

Um fato a ser lembrado é que a obra foi solicitada a Orígenes por Ambrósio², patrístico contemporâneo do mesmo, que se interessava por sua perspectiva e por seus escritos já de grande proporção³ na época. Provavelmente, o conhecimento de quem foi Celso foi repassado brevemente por Ambrósio, deixando assim Orígenes à mercê de obras de contextos passados para reconstruir parte da vida de Celso. A primeira ideia exposta acima é a morte que ocorreu há tempos; tal frase é uma das hipóteses que levará estudiosos de Orígenes e Celso a especularem sobre a data de sua obra. Aprofundando sua pesquisa, Orígenes elenca alguns pensamentos; é o que notamos, em sequência, na seguinte explanação:

Reconhecemos aqui o **epicureu** de seus outros escritos; aqui, como sua acusação contra o cristianismo há de pare-

² Ambrósio de Alexandria (ca. 212 - ca. 250 d.C.) foi conhecido de Orígenes, primeiramente membro da seita valentiniana, posteriormente reconduzido à ortodoxia através de Orígenes. É devido a pedidos dele que Orígenes compôs o *Contra Celso*. Orígenes dedica a ele a *Exortação ao Martírio*, pois, Ambrósio foi perseguido sob Império de Maximino o Trácio (235 d.C.). Segundo Jerônimo, Ambrósio morre antes de Orígenes, porém, sua data de nascimento é especulada. Ver: CROUZEL, Henri. *Ambrósio*. In: DI BERARDINO, Angelo (org.). *Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs*. Petrópolis: Vozes & Paulus, 2002. p. 83.

³ Eusébio de Cesaréia elenca 2 mil livros de Orígenes, baseando-se em Jerônimo. Já o próprio Jerônimo coloca apenas 800 livros. Não podemos nos esquecer, claro, que livros para eles não significa o mesmo que para nós. Atualmente, o termo se pareceria mais com “capítulos”. Ver: ORÍGENES. *Contra Celso*. Trad. Orlando dos Reis. São Paulo: Paulus, 2004. p. 17.

cer mais plausível não professando as teses de Epicuro [...]. Sabia bem que, declarando-se epicureu, não teria crédito nenhum em sua acusação contra aqueles que de algum modo admitem uma providência e imaginam um deus acima do universo. Mas **ouvi dizer que existiram dois Celso epicureus**, um no império de **Nero**, e este, no império de **Adriano** e mais tarde. (ORÍGENES, *Contra Celso*, I, 8, grifo nosso)

A primeira hipótese apresentada aqui por Orígenes demonstra que sua leitura progressiva do *Discurso Verdadeiro* lhe dá uma noção de quem seria Celso. Tendo definido previamente que o autor seria epicureu, procura referência a “Celos epicuristas” em épocas anteriores. Encontrando as duas possibilidades, dá continuidade às suas refutações. Como veremos, sua ideia será colocada em dúvida posteriormente no livro:

Vamos então discutir um pouco estes pontos, e provar que ele dissimula sua opinião epicuréia, ou talvez se diga que ele a abandonou por **melhores doutrinas**, ou mesmo, se poderia dizer, que ele é homônimo de Celso epicureu. (ORÍGENES, *Contra Celso*, IV, 54, grifo nosso)

É interessante perceber que com “melhores doutrinas” o autor possivelmente se refere à platônica; corroboramos essa alegação também com descrição de Orígenes no mesmo tópico, que escreve: “Na passagem de Celso que citei, que é uma paráfrase do *Timeu*⁴, encontramos certas expressões...” (ORÍGENES, *Contra Celso*, IV, 54).

⁴Obra de Platão (séc. IV a.C.).

Deduz-se através de Orígenes, portanto, que: Celso está morto há muito tempo; é epicurista; possivelmente do Império de Adriano e adiante; provavelmente platônico. Assim, define-se superficialmente por intermédio de Orígenes e de nossa análise do *Contra Celso* as possibilidades de quem poderia ser Celso. Iniciemos as outras propostas, começando pelo século XIX.

Charles Bruhl, em uma tese brevíssima, provavelmente o primeiro trabalho específico sobre Celso, se baseia apenas na polêmica anti-cristã e tenta reconstruir o conhecimento sobre cristianismo do polemista.⁵ O livro do autor, como descrito pelo título de um dos capítulos, tratará primariamente de um resumo da polêmica de Celso (BRUHL, 1844: 4). Após isso, adentra o conhecimento de Celso sobre o cristianismo, demonstrando algumas possíveis referências indiretas do autor sobre o Novo Testamento (BRUHL, 1844: 17). Posteriormente, analisa o provável motivo de Celso ao escrever seu *Discurso Verdadeiro* e suas características (BRUHL, 1844: 20, 24) – Bruhl (1844: 28) julga que Celso escreveu-o para defender a religião de seus compatriotas – e, ao fim, conclui seu trabalho dizendo que, por mais que a polêmica possa ser apreciada, não é possível compará-la à grandeza invencível do cristianismo na resposta de Orígenes. O autor, portanto, foca primariamente na obra em si, e não delonga nas possibilidades de quem foi Celso.

Cerca de 30 anos depois, Elisée Pelagaud escreve o trabalho subsequente ao de Bruhl - com referências no texto a ele; Pelagaud não

⁵São 36 páginas no total; a abordagem a Celso ainda era totalmente baseada na leitura direta da obra de Orígenes. Ver: BRUHL, Charles. *La Polémique de Celse Contre le Christianisme*. Strasbourg: Frédéric-Charles Heitz, 1844.

ousa especular sobre as origens do autor, pois, sabe que são escassas de referências – e, devemos levar em consideração a falta de bibliografia sobre o tema em sua época. Aparentemente, como citado no livro, a reconstrução do *Discurso Verdadeiro* já estava em andamento, sendo feitas as primeiras⁶ tentativas pelo teólogo Karl Theodor Keim (1873) (PELAGAUD, 1878: XVII, XVIII) e, posteriormente, por Paul Kutschau (1899). Tal empreitada influenciou futuras traduções e análises sobre Celso no século XX e XXI.

Theodor Keim, em seu livro *A Verdadeira Palavra de Celso*⁷, é o fator principal de influência da maioria das diretrizes acadêmicas sobre o *Discurso Verdadeiro* no séc. XX; o autor defende veementemente que as afirmativas de Orígenes estavam corretas e que Celso deveria ser identificado com o amigo epicurista de Galeno e Luciano de Samósata, que, de acordo com Luciano, “estudou o assunto de magia e mágicos suficientemente, apresentando amplo material que colocaria juízo em quem quer que o lê-se” (*Alexandre o Falso Profeta*, I)⁸. Apesar do texto

⁶ Na realidade, antes de Keim possuímos um trabalho mais amplo, de 1830, que possui excertos dos três anticristãos que mais tiveram repercussão: Celso, Porfírio e o Imperador Julian. Não julgamos como a primeira tentativa, pois, não se trata de um trabalho sistemático de reconstrução de toda a obra de Celso, e sim de pequenas partes dela. Ver: CELSUS; POPHYRY; JULIAN. *Arguments of Celsus, Porphyry, and the Emperor Julian, Against the Christians; also extracts from Diodorus Siculus, Josephus, and Tacitus, relating to the Jews*. Trad. Nathaniel Lardner. London: Thomas Rodd, 1830.

⁷ Tradução nossa do título em alemão *Celsus' Wahres Wort*.

⁸ Duas fontes indicam esse Celso: Galeno (ca. 129 – ca. 215 d.C.) e Luciano (ca. 125 – ca. 185 d.C.). Galeno menciona ter enviado uma carta a um “Celso o Epicureu” e Luciano inicia seu livro “Alexandre, o Falso Profeta” dizendo que dedica-o a um “Celso”. Encontra-se a referência direta no trabalho de Luciano,

não refletir tal afirmativa de Keim, o qual coloca Celso como um platônico eclético, que não era ao mesmo tempo um “epicurista completo”⁹, Keim afirma que é quase cego o estudioso que não percebe o amigo de Luciano no Celso do *Discurso Verdadeiro* (KEIM, 1873: 278).

Adentrando o século XX, há a retomada da recomposição do texto por Otto Glöckner (1924) e Robert Bader (1940), em grego. Os tradutores possuem preferência por, em paralelo com as tentativas de reconstruções, utilizar das diversas traduções do *Contra Celso*¹⁰, justificando que se tornou amplamente aceita a ideia das omissões e abreviações de Orígenes em relação ao *Discurso Verdadeiro*. Na introdução dessas traduções¹¹ do *Discurso Verdadeiro* e do *Contra Celso*, os autores se dedicam a exibir suas teorias sobre quem foi Celso.

em: LUCIAN. Alexander the False Prophet. In: LUCIAN. *In Eight Volumes*: Lucian vol. IV. Trad. A. M. Harmon. Harvard: Loeb, 1925.

⁹ ORIGEN. *Contra Celsum*. Trad. Henry Chadwick. Cambridge: University Press, 2003, XXV.

¹⁰ Das mais antigas às mais recentes, citemos algumas: ORIGEN. *Against Celsus*. Trad. James Bellamy. London: s.n., 1660 (inclui apenas os dois primeiros volumes); ORIGÉNE. *Traité D'Origéne Contre Celse*. Trad. Ellie Bouhéreau. Amsterdam: s.n., 1700; ORIGENES. *Origenes Werke*. Trad. Paul Koetschau. Leipzig: s.n., 1899 (essa obra trata de outras de Orígenes e dos primeiros quatro volumes do *Contra Celso*); ORIGEN. *Contra Celsum*. Trad. Henry Chadwick. Cambridge: University Press, 2003 (a tradução de Henry Chadwick para o inglês é a mais utilizada nos dias atuais; foi feita em 1953, primeiramente, e revisada em 1965); ORIGENES. *Contra Celso*. Trad. Orlando dos Reis. São Paulo: Paulus, 2004.

¹¹ Temos conhecimento de cinco traduções do *Discurso Verdadeiro*, apesar de acesso a três delas: CELSE. *Logos Aléthès*. Trad. Louis Rougier. Paris: s.n., 1965 (francês); CELSUS. *On the True Doctrine: A Discourse Against the Christians*. Trad. Joseph Hoffmann. Oxford: University Press, 1987 (inglês); CELSO. *El Discurso Verdadero Contra los Cristianos*. Madrid: Alianza, 2009 (espanhol). As duas restantes são: KELSOS. *Die Wahrelehre*. Trad. Albert

Henry Chadwick(in ORIGEN, 2003: XXIV-XXVI) refuta as especulações sobre epicurismo de Keim e coloca sua opinião – baseando-se no respeito aparente de Celso por Platão, por meio de partes da fonte – de que ele seria somente um platônico eclético; utiliza, em seguida, das referências de Keim a “duas dúzias de Celsos” nos três primeiros séculos para demonstrar, dessa maneira, que uma aproximação da real identidade de Celso se torna impossível. Posteriormente, conclui que Celso possuía afinidades claras com o médio platonismo e que é inconcebível que fosse um epicurista, afirmando que não podemos saber, na verdade, nada sobre o oponente de Orígenes se não o que o texto nos remete.

Joseph Hoffmann(in CELSUS, 1987: 30-31), em um tópico denominado “A Identidade de Celso”, faz comparativos com um dos “Celsos” citados por Orígenes; em específico, o Celso do tempo do Imperador Adriano, que seria o mesmo escritor de vários tratados contra a magia. Em relação ao epicurismo, Hoffmann (apud WILKEN, 1987: 31) cita outro autor, Robert Wilken, que exprime que tachar Celso como epicurista é fazer a tarefa de criticá-lo como mais fácil. Entretanto, apesar da referência, tende a concordar em sua conclusão que a possibilidade de Celso ter sido o conhecido de Luciano não perde forças, podendo ele ter mudado seu viés filosófico para médio platonismo quando próximo de compor seu *Discurso Verdadeiro* (HOFFMANN in CELSUS, 1987: 32-33).

Wifstrand. Lund: C.W.K Greelups, 1942 (sueco); KELSOS. *Die Wahre Lehre*. Trad. Horace E. Lona. Freiburg: Herder, 2005.

Serafín Bodelón, na tradução mais recente, descreve que o Celso do *Discurso Verdadeiro* é o mesmo para o qual Luciano direciona seu trabalho; Bodelón articula que, para exercícios de retórica e combates ideológicos, o autor poderia recorrer a quaisquer ferramentas ao alcance: assim, Celso escolheria o médio-platonismo, pois, o mesmo era o viés filosófico mais utilizado pelos alvos de seu *Discurso Verdadeiro*, os cristãos (BODELÓN in CELSO, 2009: 18, 28-29).

A visão mais breve é de dicionário, escrita por Adalbert Hamman, que apresenta que ele foi um filósofo platônico eclético, de provável origem egípcia, que passou um tempo em Roma, se informando assim dos movimentos de ideias de sua época e que escreveu sua obra sob império de Marco Aurélio (de 161 a 180 d.C.) (HAMMAN, 2002: 278).

Expostas as diversas opiniões, percebe-se que as tendências mantêm-se ainda em conflito, entre um Celso platônico eclético e um epicurista: pelo lado platônico eclético, os autores recorrem ao fato de aparentar ser a opção que corresponde melhor à própria personalidade de Celso que o *Discurso Verdadeiro* reflete e se adequar às indicações e posteriores dúvidas de Orígenes em seu *Contra Celso*; pelo epicurista, por outro lado, têm-se as atestações que fontes próximas oferecem, propiciando maior autenticidade, porém, sem se encaixar realmente no que o texto nos passa. O único consenso seria o provável local de vida do autor: Alexandria. Essa atestação se produz por Celso ter conhecimento amplo das várias escolas filosóficas - algo verificável em seu trabalho.

A exibição do manuscrito de Celso segue uma proposta em que, primeiramente, deve-se descreditar a vida de Jesus e seus milagres para,

posteriormente, prosseguir na desconstrução das doutrinas que por meio desses fatores se frutificaram. O autor, assim, analisa tanto os judeus quanto os cristãos, colocando os judeus como “viciados em magia, assim como suas escrituras mostram que Moisés era...” (CELSO, *Discurso Verdadeiro*, II, 64-66). Ataca, em seguida, o cristianismo e mostra que o mesmo nada mais é que uma seita dissidente, que baseia-se em uma religião que por si só não possui originalidade.

Na Introdução do *Discurso Verdadeiro Contra os Cristãos*, encontramos a seguinte passagem:

Quem não ouviu falar da fábula do nascimento de Jesus de uma virgem, ou as histórias de sua crucifixão e ressurreição? E por essas fábulas os Cristãos estão prontos para morrer – de fato, para morrer (CELSO, *Discurso Verdadeiro*, I, 37-40).

Celso, após expor algumas reflexões sobre o sigilo suspeito das seitas cristãs e seus clamores pela originalidade de seus mitos e doutrinas, critica o fanatismo dos cristãos, dispostos a seguir o que o Imperador Marco Aurélio chama de uma superstição irracional que recorre à morte por “pura revolta” (MARCO AURÉLIO, *Meditações*, XI, 3). Tais homens, por meio da prática de martírio, procuravam por reencenar o julgamento e morte de Jesus Cristo, buscando uma valorização maior desse episódio, em detrimento dos ensinamentos de Jesus como mestre sábio, que pregava a paz (THOMPSON, 2002: 50).

Ao falar sobre o nascimento de Jesus de uma virgem, Celso (II, 80-84) imagina um judeu – ou, quem sabe, um filósofo – que colocasse

a seguinte pergunta a Jesus: “Não é verdade, bom senhor, que você fabricou a história do seu nascimento de uma virgem para aquietar os rumores sobre a verdadeira e execrável circunstância da sua origem?”. Continuando sua exposição, articula que, na verdade, Jesus nasceu em uma cidade pobre de uma mulher que ganhava a vida tecendo, que engravidou de um soldado romano de nome Pantera, e foi acusada pelo marido carpinteiro de ser adúltera. Em sua desgraça, ela vagou para longe de casa, parindo a criança em silêncio e humilhação; após isso, conta que Jesus, tornando-se homem, seguiu até o Egito, contratado como operário, e lá aprende o uso da magia e utilizou-se disso para vanegiar-se perante seu povo (II, 85-97).

Nada de diferente, dessa forma, se faz de mitos passados, que são semelhantes. Para provar que o fato de Jesus reivindicar que era proveniente de uma concepção entre um deus e uma mortal era absurda, Celso (II, 160-165) aponta uma contraposição, através dos mitos dos gregos que atribuem nascimentos divinos a Perseu, Minos, dentre outros, que são igualmente evidências atestáveis de seus feitos heroicos em prol da humanidade e, certamente, não possuem menor plausibilidade do que a de Jesus.

Além de seu nascimento, outro fato importante é a ressurreição de Cristo. Celso opõe a tal afirmativa as seguintes atribuições:

Assumamos, presentemente, que ele previu sua ressurreição. Vocês são ignorantes das multidões que inventaram contos similares para desencaminhar ouvintes simplórios? É dito que Zalmoxis, servo de Pitágoras, convenceu os Ci-

tianos¹² que ele ergueu-se dos mortos, tendo se ocultado em uma caverna por vários anos; e que tal Pitágoras na Itália! – ou Rampsinito no Egito(CELSO, *Discurso Verdadeiro*, III, 235-242).

Possuímos, portanto, a tentativa de Celso de deslegitimar um fato que atraia multidões, algo mal recebido por Roma desde tempos anteriores à expansão como Império; adentramos, dessa forma, um outro âmbito da discussão: a *religio* e a *superstitio*. L. F. Janssen (1979:150) demonstra que a *religio* possuía papel principal na parte oficial da magistratura romana, enquanto que a *superstitio* deveria ser combatida como um inimigo do Império. O termo latim *religio*, inicialmente, expressava a ideia e a qualidade entre os latinos de ser precisos e escrupulosos em relação às práticas religiosas, que acabava por designar, também, os responsáveis pela escolha ritual adequada (AGNOLIN, 2013: 225). Em relação ao Império Romano, a *religio* oferecia uma fonte poderosa para legitimar decisões políticas; permeando todas as áreas da sociedade, as práticas religiosas fizeram parte da realidade cultural, extravasando um possível confinamento das mesmas a templos e festivais. Por meio de rituais, a comunicação com os deuses demonstrava publicamente esse ato de religar, que pressupunha que os mesmos participavam ativamente dos âmbitos social e político (RÜPKE, 2007: 4-7).

Em relação oposta à *religio*, a *superstitio* significava, em associação à *cives* – cidadania –, o ato de se sujeitar o bem comum em prol do indivíduo. Antes do cristianismo, por exemplo, os cultos báquicos foram

¹² Provenientes da Cítia.

reprimidos no séc. II a.C. na *res publica* romana, quando os iniciados desses ritos foram perseguidos e mortos, já que essa manifestação religiosa estava atraindo inúmeros aderentes para práticas que as autoridades religiosas da época julgaram como ilícitas e não cumpridoras dos requisitos de observância pública. Nas palavras de Janssen (1979: 138), *superstitione* era como uma “doença infecciosa”, que espalhava-se mais e mais; por meio de sua própria forma contagiosa, tornou-se um verdadeiro risco à humanidade. Como observamos, em seguida, nas cartas do Governador Plínio o Jovem (X, 96, 9) ao Imperador Trajano, no início do séc. II d.C., o cristianismo era visto como uma perigosa *contagio* – infecção, influente – que disseminou-se por várias vilas e distritos rurais de sua província, trazendo consigo a deserção de diversos templos e dos ritos sagrados.

A partir do exposto anteriormente, notamos que os cristãos em sua ligação com o Império não possuíam vinculação real; a vida e alma de um cristão não pertenciam ao Imperador, mas a Cristo. Eles eram, verdadeiramente, cristãos, não romanos. Ao negar os cultos e sacrifícios aos deuses romanos, repudiando sua existência, os cristãos recusavam o cerne da cidadania romana; ao professar Cristo como seu guia, eles renunciavam a participação no Império e, consequentemente, tornavam-se inimigos da *res publica*. A crença cristã era, certamente, uma *superstitione* autêntica: prometia felicidade eterna e a participação em um Reino dos Céus aos seus seguidores, se eles decidissem seguir Jesus; os governadores terrenos pereceriam perante o fogo e espada, e apenas aqueles que colocassem sua fé em Cristo sobreviveriam, tornando-se *superstes* –

sobreviventes. E após isso, no fim dos tempos, Jesus retornaria à Terra para fundar seu eterno reino de paz (JANSSEN, 1979: 153).

Suetônio, em seu manuscrito *Vida dos Doze Césares*, em um tópico que descreve o governo de Nero, possui uma passagem que ratifica o que Janssen intenta demonstrar:

Sob seu governo, várias práticas foram reprovadas e sujeitas a restrições e muitas novas leis foram sancionadas. [...] Punições foram impostas contra os Cristãos – seguidores de uma nova e **perigosa superstição** (SUETÔNIO, *Vida dos Doze Césares*, Nero, 16, 2, grifo nosso).

Em latim, “perigosa superstição” consta como *maleficasuperstitione*. O que ligava a *superstitio* aos cristãos eram as acusações de prática de magia; tais atos foram sempre reprovados e punidos como ofensas ao Império, principalmente quando a prática de profetizar a morte era direcionada à família imperial e ao Imperador (JANSSEN, 1979: 157).

Em relação a este assunto, Andrzej Wypustek (1997: 280), em seu artigo nomeado “Magia, Montanismo, Perpétua, e a Perseguição dos Severos”¹³, levanta o debate acerca do qual montanistas seriam tachados como praticantes de magia – eles eram, na época, ainda uma seita cristã, que seria futuramente relegada à heresia. O ato de profetizar aflições vindouras se torna uma afronta aos olhos de governantes do período dos Severos, uma vez que interferiam no âmbito político. Montanistas compilaram vários escritos com esse teor profético, rotulados como escrita

¹³ WYPUSTEK, Andrzej. Magic, Montanism, Perpetua, and the Severan Persecution. *Vigiliae Christianae*, Leiden, v. 51, n. 3, p. 276-297, 1997.

mágica, algo combatido no período de Septímio Severo. De acordo com pagãos, como apresenta o autor, o nome de Cristo era utilizado em fórmulas mágicas, com intuito de praticar exorcismos, curas, adivinhações e criar proteções mágicas. Em conjunto a isso, os mártires montanistas eram vistos como pessoas que retinham força sobre-humana; todos esses fatores implicariam em uma visão de que os cristãos montanistas eram praticantes de feitiçaria (WYPUSTEK, 1997: 282-283). É o que corroboramos com uma das alegações de Celso, quando disserta que

Os Cristãos dizem poder adquirir alguma forma de poder ao pronunciar nomes de demônios, ou ao dizer certos encantamentos, sempre incorporando o nome de Jesus e uma curta história sobre ele na fórmula. Até essa prática é dada como velha: o próprio Jesus era visto fazendo milagres utilizando-se de magia e encantamentos. Ele sabia que outros segui-lo-iam nessas práticas, contudo ele pareceu expulsar de sua sociedade aqueles que o fizeram. Talvez essa seja a origem da hipocrisia pela qual os Cristãos são tão bem conhecidos: estava ele certo de afastá-los por copiá-lo? Sendo ele mesmo culpado de feitiçaria ele não possuía razão para acusar outros, nem eles poderiam ser vistos como homens ruins por seguir seu líder (CELSO, *Discurso Verdadeiro*, I, 53-54).

Com uma releitura do provável decreto¹⁴ de Septímio Severo contra as práticas de proselitismo cristãs e judaicas, Wypustek (1997: 285)

¹⁴Entre dois artigos correlacionados, há a divisão - entre as autoridades no assunto - de que: 1) T. D. Barnes expressa que as fontes analisadas para responder tais perguntas (Eusébio de Cesaréia e Sulpício Severo) falsificaram acontecimentos - ou foram alteradas posteriormente - para legitimar ações anticristãs de Imperadores passados (Septímio Severo, no caso desse debate), demonstrando assim as repressões dos ditos pagãos contra os cristãos; 2) W. H. C. Frend,

propõe que, ao invés da proibição das conversões de pagãos às religiões citadas, a chave para a compreensão desse decreto é percebê-lo como um ato de supressão das práticas de magia e profecia, que se tornam, consequentemente, formas de superstições que acrescentam seguidores às religiões citadas; ademais, diferenciar acusações entre judeus e cristãos até meados do III séc. d.C. não é visto como uma afirmativa plausível, sendo a maioria destas perseguições ocasionadas principalmente por práticas de magia.

Como último ponto marcante de seus milagres, temos a apoteose de Jesus. Celso sobre isso, denota que:

Ao nascer, ele partilhou das fragilidades da carne que os próprios Cristãos consideram abomináveis. Eles dissertam, entretanto, que ele deixou de lado essa carne em favor de uma outra, e assim tornou-se um deus. Mas se apoteose é a marca de divindade, porque não então Asclépio, Dionísio, ou Héracles, cujas histórias são muito mais antigas? Eu ouvi um Cristão ridicularizar aqueles em Creta que mostram a turistas a tumba de Zeus, dizendo que esses Cretanos não possuem razão para fazer o que fazem. Talvez o seja; ainda

por outro lado, ressalta que o período sob governo de Septímio Severo experimenta várias perseguições aos cristãos, as quais só cessam quando o Imperador parte em expedição para reconquistar o que seria, no tempo presente, as Terras Baixas na Escócia. Vale lembrar que as obras de Eusébio e Sulpício (*História Eclesiástica* e *História Sacra*, respectivamente) são feitas contemporâneo a ou posterior ao Édito de Milão, em 313 d.C, que torna a religião cristã como legal ante o Império Romano. Ver: BARNES, T. D. Legislation Against the Christians. *The Journal of Roman Studies*, Oxford, vol. 58, parts 1 and 2, p. 32-50, 1968; FREND, W. H. C. Open Questions Concerning the Christians and the Roman Empire in the Age of the Severi. *Journal of Theological Studies*, Oxford, vol. XXV, part 2, p. 333-351 October 1974.

assim os Cristãos baseiam sua fé em um que ergue-se de uma tumba (CELSO,*Discurso Verdadeiro*, IV, 115-126).

Como intenta demonstrar Celso em sua obra, todos os fatos expostos por si pretendem evidenciar aquilo que propalava o cristianismo em sua época: a fácil aderência de suas falácia nas mentes daqueles que são ignorantes, estúpidos, deseducados, dentre outros. O ato de se admitir que tais pessoas eram dignas do seu deus demonstrava a habilidade cristã de convencer apenas aos tolos, desonrosos e ineptos (CELSO, *Discurso Verdadeiro*, IV, 130-136). Firmamo-nos conforme relata Dion Cássio em sua *História Romana*, escrita no III séc. d.C., por meio da qual podemos perceber o desafeto à magia como algo muito anterior e que já era visto como um problema a ser endereçado com importância, através da citação a seguir de Mecenas ao Imperador Otávio Augusto:

Profetizar, para se ter certeza, é uma arte necessária, e você deveria de qualquer forma indicar alguns homens para serem adivinhos e áugures, para os quais aqueles que querem consulta-los em qualquer assunto recorrerão; mas **de forma alguma devem haver praticantes da magia**. Pois tais homens, dizendo a verdade às vezes, mas geralmente mentiras, frequentemente encorajam muitos a tentarem revoluções(DION CÁSSIO, *História Romana*, LII, 36, 2, grifo nosso).

Figura central da qual o próprio movimento religioso toma o nome, para os cristãos primitivos Jesus Cristo figurou como realizador de milagres e tornou-se um exemplo, tanto de grande sábio, quanto de alguém que lidou com a morte de uma maneira que os mesmos julgavam como gloriosa. Celso, analisando tais histórias sobre esse líder, percebeu

que tentar demonstrar que esses milagres não passavam de práticas de magia e que muitos outros nomes conhecidos já haviam empreendido tarefas e feitos de equivalente grandiosidade propiciaria a tarefa de deslegitimá-lo e, similarmente, àqueles que seguiam a sua doutrina, fazendo sua obra tornar-se, dessa forma –propositadamente ou não –, um documento que justificasse as perseguições e a rotulação de *supersticio* quanto ao cristianismo em sua época.

Fontes

CELSE. *Discours vrai contre les Chrétiens*. Tradução de Louis Rougier. Paris: Jean-Jacques Pauvert, 1965.

CELSO. *El Discurso Verdadero Contra losCristianos*. Tradução de Serafín Bodelón. Madrid: Alianza, 2009.

CELSUS; PORPHYRY; JULIAN. *Arguments of Celsus, Porphyry, and the Emperor Julian, Against the Christians; also extracts from DiidorusSiculus, Josephus, and Tacitus, relating to the Jews*. Tradução de Nathaniel Lardner. London: Thomas Rodd, 1830.

CELSUS. *On the True Doctrine: A Discourse Against the Christians*. Tradução de Joseph Hoffmann. Oxford: University Press, 1987.

DIO CASSIUS. *Roman History*: In Nine Volumes: vol. VI. Tradução de Earnest Cary. London: William Heinemann, 1955.

KELSOS. *Die Wahre Lehre*. Tradução de Albert Wifstrand. Lund: C.W.K Greelups, 1942.

KELSOS. *Die WahreLehre*. Tradução de Horace E. Lona. Freiburg: Herder, 2005.

LUCIAN. *In Eight Volumes*: Lucian vol. IV. Tradução de A. M. Harmon. Harvard: Loeb, 1925.

MARCUS AURELIUS. *Meditations*. Tradução de Martin Hammond. London: PenguinClassics, 2006.

ORIGEN. *Contra Celsum*. Tradução de Henry Chadwick. Cambridge: University Press, 2003.

ORÍGENES. *Contra Celso*. Tradução de Orlando dos Reis. São Paulo: Paulus, 2004.

SUETONIUS. *Lives of the Caesars*. Tradução de Catharine Edwards. Oxford: University Press, 2008.

Bibliografia

AGNOLIN, Adone. *História das Religiões: Perspectiva histórico-comparativa*. São Paulo: Paulinas, 2013.

BARNES, T. D. Legislation Against the Christians. *The Journal of Roman Studies*, Cambridge, vol. 58, parts 1 and 2, p. 32-50, 1968.

BEARE, Frank W. Books and Publication in the Ancient World. *University of Toronto Quarterly*, Toronto, v. 14, issue 2, p. 150-167, 1945.

JANSSEN, L. F. ‘Superstitio’ and the Persecution of the Christians. *Vigiliae Christianae*, Leiden, v. 33, n. 2, p. 131-159, jun. 1979.

WYPUSTEK, Andrzej. Magic, Montanism, Perpetua, and the Severan Persecution. *Vigiliae Christianae*, Leiden, v. 51, n. 3, p. 276-297, 1997.

BRUHL, Charles. *La Polémique de Celse Contre le Christianisme*. Strasbourg: Frédéric-Charles Heitz, 1844.

DI BERARDINO, Angelo (org.). *Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs*. Petrópolis: Vozes & Paulus, 2002.

KEIM, Theodor. *Celsus' Wahres Wort: Aeltestestreitschrift Weltanschauung gegen das Christentum vom Jahr 178 n.Chr.* Zürich: s.n., 1873.

PELAGAUD, Elisée. *Un conservateur au second siècle*. Lyon: Louis-Benoit Perrin & Alfred-Louis Perrin, 1878.

RÜPKE, Jörg. Roman Religion – Religions of Rome. In: _____ (ed.). *A Companion to Roman Religion*. Oxford: Blackwell, 2007. p. 1-9.

Recebido em: 08/10/2016

Aceito em: 07/02/2017

O PACIENTE ESCREVE SUA HISTÓRIA: PRODUÇÕES TEXTUAIS DOS PACIENTES DO MANICÔMIO JUDICIÁRIO DE SÃO PAULO (1910-1923)

THE PATIENT WRITES HIS HISTORY: TEXTUAL PRO-
DUCTIONS OF PATIENTS IN JUDICIAL ASYLUM OF
SÃO PAULO (1910- 1923)

*Bianca Jaqueline de Moraes Vicente
Gabriela Moreira de Almeida
Gabrielle Ramos da Silva
Guilherme Fernandes de Moura*

Resumo: Este artigo é resultado de uma parceria entre o grupo PET-História UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo) e o APESP (Arquivo Público do Estado de São Paulo), que é responsável pela salvaguarda do acervo do qual se vai tratar aqui. O artigo teve seu desenvolvimento entre os anos de 2013 a 2015 e a partir de produções textuais dos internos do Manicômio Judiciário de São Paulo, datadas de 1910 a 1923. O artigo busca analisar a perspectiva do interno diante da instituição e da sua condição. Em outras palavras, examinar quais eram e como se manifestavam suas concepções acerca dos diagnósticos e da doença; percepções sobre o funcionamento da própria instituição e sobre sua existência dentro dela. Assim, pretende-se dar voz ao interno que estava submetido àquele ambiente e refletir sobre a instituição enquanto lugar de exercício de poder. Portanto, escritos dos internos permitem questionar a pretensa passividade, cujo protagonismo pretendemos ressaltar.

Palavras-chave: Produções textuais; Prontuários; Manicômio Judiciário.

Abstract: This article is the result of a partnership between PET-History Unifesp group (Federal University of São Paulo) and the State of São Paulo Public Archive, responsible for safeguarding the collections which will be discussed here. The article had its development between the years 2013-2015 and from textual productions of the Judicial Asylum of São Paulo internal, dated between 1910-1923. This article search for analyze the perspective of the internal against of the institution and its condition. In other words, examine what they were and how to manifest their views about the diagnosis and disease; perceptions about own institution and of your existence within it. Thus, we intend to give voice to the internal, which was subject to that environment, and think of the institution as a place of exercising power. Therefore, these writings of internals allow us to question the alleged passivity, whose role we seek to emphasize.

Keywords: Textual Productions, Medical Records, Judicial Asylum.

Introdução

Este artigo surgiu de um projeto envolvendo os estudantes vinculados ao Programa de Educação Tutorial (PET) História da Universidade Federal de São Paulo. Em parceria com o Arquivo Público do Estado de São Paulo, que custodia o acervo de prontuários do Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo, sistematizamos dados desses documentos em uma planilha, a fim de construir uma ferramenta de pesquisa.

A instituição teve sua origem no Hospício Central do Juquery, inaugurado em 1897, no município de Juquery (atualmente denominado Franco da Rocha). Em 1927, parte do complexo passou a abrigar o Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo, designado para o tratamento e custódia de criminosos diagnosticados com alguma doença mental. Em 1988, o Manicômio passou a ser chamado de Hospital de Custódia e, hoje, o órgão está ligado à Secretaria de Administração Penitenciária,

oficialmente, nomeado por Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Professor André Teixeira Lima¹.

Na virada do século XX para o XXI, um incêndio no Hospício do Juquery destruiu parte dos prontuários existentes em seu arquivo. Dos que restaram, 2.252, foram transferidos para o Arquivo Público do Estado de São Paulo, com datas limites entre 1897 e 1952, considerando a data de internação do paciente. Devido à vasta quantidade da documentação, foi estipulado pelo grupo um recorte temporal de 1899 até 1930, para finalização da coleta de dados, com o objetivo de buscar temas a serem trabalhados a partir da documentação.

O presente artigo visa investigar a perspectiva do paciente do Manicômio Judiciário a partir dos dados da planilha e da análise das fontes. Para isso, serão privilegiados os documentos textuais escritos pelos próprios pacientes, ou seja, as poesias e cartas anexadas aos prontuários e que nunca chegaram aos seus destinatários. Encontramos esse tipo de fontes no recorte temporal de 1910 a 1923.

A criação de um hospital onde se pudesse estabelecer um tratamento específico da loucura ocorreu durante o Brasil oitocentista, momento em que os métodos e procedimentos para lidar com a questão buscavam inspiração na Psiquiatria francesa. Era o momento em que se estabelecia a conquista de um espaço próprio para o tratamento psiquiátrico, que foi, durante muitos anos, deixado de lado pela Medicina, surgindo dali o reconhecimento da loucura como doença para a qual deve-

¹ Sobre a história do Juquery, ver CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espe-lho do mundo: Juquery, a história de um hospício*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ria haver tratamento específico. Além disso, o tratamento psiquiátrico foi também uma conquista simbólica, em que se estabelecia uma relação de poder do médico em relação ao paciente (Oliveira, 2013).

Antes mesmo de existir uma psiquiátrica científica, era adotada a assistência mental através do isolamento – já que, de acordo com a Psiquiatria francesa, a grande causa da loucura do indivíduo estaria em suas relações, familiares ou não (Oliveira, 2013). Assim, o surgimento do hospício significou a existência de um local próprio e com infraestrutura para tratar a doença, onde se daria a ruptura entre o indivíduo e suas relações cotidianas.

Isolando determinados grupos de indivíduos, a Psiquiatria no Brasil seguiu moldando comportamentos e estabelecendo padrões. Aos poucos, o hospício deixava de ser apenas uma instituição assistencial, adotando então o pressuposto de atender interesses regionais, individuais e das elites de moldar uma sociedade ideal, com padrões determinados a partir de um modelo higienista: os que se encontravam fora deste modelo não estariam aptos para viver em sociedade (Oliveira, 2013). A instituição tornou-se, um lugar para descartar os que não se encaixavam nos padrões sociais, um ambiente de limpeza e reabilitação do indivíduo, isolando os males sociais.

Os hospícios consolidam-se inicialmente como espaços destinados à cura, à regeneração e às tarefas de “assistir, tratar e consolar” um tipo especial de enfermos da razão incompatibilizados com as disciplinas requeridas pela ordem burguesa. Constitui, em outras palavras, um espaço médico

destinado a indivíduos que já não cabiam na ordem social, sob o comando de “especialistas” de uma modalidade médica que não então se inaugurava. (Cunha, 1989).

Os prontuários da instituição são fontes importantes para entender diversos aspectos do tratamento psiquiátrico entre os séculos XIX e XX no Brasil e da sociedade da época. O prontuário é o documento por meio do qual os médicos acompanham o tratamento do paciente. Nele, são fichados dados importantes sobre os pacientes, tais como o nome, nome dos pais, gênero, cor, condição (geralmente réu, por se tratar de um manicômio judiciário), diagnóstico, profissão e nacionalidade, entre outros. Através deles sabemos também a quais exames os pacientes foram submetidos, que remédios foram prescritos, qual o tratamento aplicado, como o paciente reagiu e qual o comportamento deste, na visão do médico.

No prontuário, existe ainda um espaço destinado à anexação de cartas, o “serviço social”. Ali, encontramos principalmente cartas de familiares, que não são o objeto deste trabalho². As produções textuais analisadas neste trabalho estão presentes no em outras seções dos prontuários e, portanto, não eram tratadas como “serviço social”, mas como pertencente ao prontuário em si, ou seja, eram importantes para atestar a condição de saúde mental do paciente.

²Ver BARBOSA, Vinícius; FOGAÇA, Thaís Aparecida; LIMA, Larissa Alves de; PAFFILE, Vitor. “Na expectativa de breve resposta”: uma análise da comunicação epistolar entre o Manicômio Judiciário de São Paulo e a família do interno (no prelo).

O paciente e a instituição

Instituições como os manicômios, são consideradas lugares onde estão representadas as formas de exercício do poder sobre os indivíduos e sobre a sociedade, tema abordado por Michel Foucault (2002).³ Tipos sociais são selecionados direta ou indiretamente para pertencerem a cada gênero de instituição, a qual desenvolve mecanismos para classificar e moldar os comportamentos individuais, de acordo com os preceitos do saber médico psiquiátrico.

Para além das instituições e dos saberes científicos, este texto busca transpor as grades dessa “instituição total” (Goffman, 1974) e dos discursos em torno dela. Nessa busca, a vida dos pacientes e as histórias desses sujeitos são o foco central do texto. Embora o prontuário seja um documento produzido pela instituição e para o seu uso, não buscaremos uma análise do Manicômio por ele mesmo, ou seja, pela documentação e discursos produzidos pela administração institucional ou por médicos. No prontuário, buscamos as palavras dos próprios pacientes em relação às vivências no lugar onde se encontravam, ao diagnóstico que receberam e aos médicos com quem lidavam.

Não analisar o Manicômio por meio da sua própria leitura e definição é o desafio deste trabalho. Sabemos, no entanto, que as cartas foram inseridas nos prontuários da própria instituição e, portanto, passaram por uma seleção. Médicos anexaram tais escritos aos prontuários com o propósito de atestar a loucura do paciente ou de impedir que ele

³ Há também um conjunto de obras de Foucault pautadas neste conhecimento, entre elas *História da loucura na idade clássica*, 5^a ed., São Paulo: Perspectiva, 1997 e *O poder psiquiátrico*, São Paulo: Martins Fontes, 2006.

transmitisse informações a respeito de seu tratamento para a família (Cunha, 1989).

Também não se pode deixar de levar em consideração que os pacientes escreviam de dentro do Manicômio e, portanto, influenciados diretamente pelo que acontecia na instituição. A compreensão da existência dos escritos anexados aos prontuários é parte da análise pretendida neste trabalho, em que tentamos verificar em que medida a vivência na instituição influenciava o comportamento dos pacientes.

Essa visão está presente na historiografia sobre a loucura e a Psiquiatria, que consiste em dar voz aos pacientes de instituições manicomiais. Uma referência desse tipo de análise está presente nos trabalhos da historiadora Yonissa Marmitt Wadi. Ela observa, a partir da década de 1990, uma nova tendência, que dispensou atenção a novas formas de análise e fontes – no caso, as cartas produzidas pelos pacientes dos manicômios (Wadi, 2011). Ao levar em conta novas fontes e novas perguntas sobre o manicômio, é possível tentar enxergar a instituição pela visão dos pacientes. Os escritos que em sua maioria fornecem a base para esse tipo de análise possuem uma grande riqueza, de acordo com Wadi:

Alguns dos internos delinearam em seus escritos o processo de sua enfermidade, os tratamentos buscados (antes e depois da internação), seu encontro com as práticas e o poder médico; alguns outros se limitaram a reivindicar sua condição de *não louco*, condição atestada por médicos, psiquiatras (ou não) quando da internação nas instituições; outros ainda rememoram suas vidas até o momento da internação, ora no sentido de defenderem-se da *acusação* de serem loucos, ora *acusando* outrem (especialmente familiares,

amantes, inimigos etc.) pela imputação da loucura a eles dada (WADI, 2010:331-362).

Para a análise dos escritos dos pacientes do Manicômio Judiciário de São Paulo, é preciso entender as possibilidades e limitações das fontes. Estas poderiam ser escritas por diversos motivos, como contatar a família, pedir notícias de familiares e também como modo de resistência à instituição.

Os médicos tinham o controle sobre estas produções textuais. Na avaliação e no diagnóstico final, consideravam o conteúdo e a forma escritos pelos pacientes. Dessa maneira, é possível encontrar alguns pacientes que exerciam a escrita em benefício próprio, cientes de quem seria, de fato, o leitor de suas cartas e que informações gostariam de passar a este, jogando assim, com a prática de vigilância por parte da instituição. Parafraseando Joan Scott, “escrever é reprodução, transmissão – a comunicação do conhecimento conseguido através da experiência” (SCOTT, 1999:3), ou seja, a escrita serviu de respaldo para transportar outros diálogos que ocorriam no manicômio e que ultrapassavam o discurso institucional. Dessa forma, a escrita possibilitava ir além do que era a imposto àqueles internos.

Para Scott, os sujeitos são construídos através da experiência. A autora demonstra, então, a imensidão de discursos sobre a maneira de ver o sujeito, não inferiorizando ou enfatizando uma maneira específica, mas sim dando abertura para a leitura e discussão. Para a historiadora,

Eles não são indivíduos unificados, autônomos, que exercem o livre arbítrio. Mas, ao contrário, são sujeitos cujo agenciamento é criado através de situações e posições que lhes são conferidas. Ser um sujeito significa estar “sujeitado a condições de existência definidas, condições de designação de agentes e condições de exercício. (SCOTT, 1999:16).

O intuito deste artigo dialoga com a ideia da autora: dar voz ao paciente, antes ocultado pela própria instituição manicomial, sendo esta uma possibilidade de compreensão e uma amostragem dos discursos ali existentes.

Considerando as limitações da fonte, é preciso entender que as produções textuais existentes nos prontuários são uma seleção cujos critérios desconhecemos. Não sabemos se tudo o que foi escrito acabou anexado aos prontuários. Alguns textos podem ter sido enviados, outros descartados. Na leitura, enfrentamos a falta de entendimento do contexto de produção da fonte para além de terem sido escritas na instituição psiquiátrica e se referirem a um sujeito de quem só podemos nos aproximar por meio dos documentos produzidos sobre ele, mas quase nunca por ele, e sempre à revelia dele.

Optamos, assim, por uma análise que atentará para os silêncios do documento. Tal silêncio não se limita à ausência de explicações no prontuário; temos que lidar também com um silêncio que não descobrimos por interpretação ou por imaginação histórica. Há dados que a fonte não é capaz de dizer – por exemplo, qual era a eficácia da repressão institucional ao longo do período recortado.

Em sua maioria, as cartas encontradas nos prontuários são destinadas à família do paciente ou aos próprios funcionários da instituição. O conteúdo destas são, geralmente, sentimentos e pedidos de seus remetentes:

A partir de Bourdieu, pode-se falar que as cartas fazem parte de e expressam *habitus*, ou seja, comportamentos, regidos por valores próprios de uma dada época ou grupo social no qual se inserem ações individuais, num jogo entre indivíduo e contexto que constitui a dimensão da individualidade. Na individualidade, a coerência, a coesão, as ações e relações facilmente inteligíveis não podem ser buscadas como regra metodológica. O historiador poderá selecionar *momentos significativos*, as conexões que dão coerência à vida de uma pessoa e, assim, construir uma continuidade de atos que são descontínuos, justapostos, imprevistos e aleatórios (MALATIAN, 2009:195-221).

Durante o trabalho de organização dos prontuários realizado pelo grupo, foram encontradas seis cartas e três poemas, escritos entre os anos de 1910 e 1923. Não será feita uma análise quantitativa e serial desses escritos; prestaremos atenção ao evento singular, valorizando o indivíduo, o que se insere na mudança de perspectiva de análise ao lidar com as cartas observadas por Teresa Malatian (2009: 195).

Aqui, os escritos são o meio para entender a perspectiva dos indivíduos internados no Manicômio Judiciário acerca da instituição e da sua própria existência, uma vez que a carta constitui “a singularidade do indivíduo numa dimensão coletiva” (Malatian, 2009: 200). Uma análise complexa, levando-se em conta o tipo de fonte, o contexto e o lugar em

que o indivíduo vivia e o contexto da época. Assim, entende-se que o trabalho do historiador aqui será de prospecção e levantamento de possibilidades, levando em consideração a dificuldade de supor uma coerência e continuidade de atitudes, sentimentos ou opiniões nas cartas, conforme afirmou Malatian.

O protagonismo do paciente

A instituição psiquiátrica buscava, por métodos variados, conter e controlar o comportamento do paciente e tratá-lo não como sujeito de sua própria história e individualidade, mas como uma peça manipulável. Aos pacientes não se colocava o direito individual de terem suas cartas enviadas, como acontece com as cartas de indivíduos “normais”, não institucionalizados.

No contexto manicomial, uma produção textual do interno possui outros significados e usos distintos das cartas de indivíduos não internados. Ela pode potencialmente tornar-se uma peça do prontuário médico do seu autor e ser usada para atestar algum tipo de comportamento desviante (Wadi, 2005). No entanto, o poder do manicômio não é total sobre o indivíduo, pois ele consegue ser lido pelo menos pelo médico ou enfermeiro, sujeitos que raramente lhes dão voz.

J. C. N.⁴ escreveu uma carta com a intenção de ser lido por alguém no Manicômio Judiciário. Sua carta foi endereçada para o “Exce-

⁴Sempre serão usadas apenas as iniciais do nome do paciente, para manter em sigilo sua identidade e, eventualmente, as de seus familiares.

lentíssimo Senhor Dr. Franco da Rocha”⁵. Na primeira página do prontuário, J. C. N. dizia ter 26 anos à data de sua internação, em 7 de dezembro de 1912. Branco, funcionário público, casado, católico, brasileiro, nascido no interior de São Paulo, ele entrou no Manicômio na condição de réu acusado de homicídio. Foi diagnosticado com sífilis e “demência precoce” e, na documentação, não consta a data de sua saída. É provável que tenha deixado a instituição por óbito, como inúmeros prontuários deixam claro.

Em uma carta escrita em 31 de dezembro de 1912, pouco depois de dar entrada no Manicômio, o interno reconhece seu crime como um erro e apresenta seus motivos para sair da internação/prisão. Um sujeito que passou por intenso processo de desindividualização busca meios para resistir às tantas barreiras que lhe eram impostas. Reconhecer o crime e considerá-lo em erro poderia ser uma forma de usar os mesmos padrões vigentes no Manicômio, buscando motivos para sua cura, e, consequentemente, para sair da instituição.

Não faz sentido para o historiador investigar se, de fato, o paciente internado sofria de alguma doença mental. De todo modo, ele demonstrava ter consciência de sua condição e afirmava querer agir diante dela: “(...) acho-me agora de boa saúde e capaz de guiar-me por mim próprio”⁶.

⁵ Francisco Franco da Rocha fora médico psicanalista, e um dos percursores no tratamento de doenças mentais no país. Em 1896 fundou o Hospício de Juquery aonde se aposentou como diretor no ano de 1923.

⁶ Arquivo Público do Estado de São Paulo, Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo, caixa 5, prontuário DAP 239.

A julgar pela visão dos pacientes, o Manicômio é um lugar onde eles não gostam de estar, já que, nas cartas, o pedido é sempre para sair dali. Na mesma carta citada, o paciente diz querer ir embora para tratar dos seus negócios. O argumento era importante na ordem social "normal", pois o trabalho era considerado um valor moral desejável e o paciente, nesse caso, usou tal argumento a seu favor, lidando com os valores e ideais projetados pela instituição. A fim de tratar da saúde do paciente, eram usados métodos como a laborterapia⁷ e outras orientações morais, de forma que a instituição tentava se apoderar não só da condição biológica do paciente, mas também da sua individualidade e consciência.

Em outra carta do mesmo paciente, escrita em 13 de outubro de 1913 e dirigida ao “Exelentissimo Senhor Doutor”, ele diz ser “perseguido pelas correntes Magnéticas” e relata “a V. E^{xa}. o estado em que me acho e ao mesmo tempo pessso a V. E^{xa}. o favor acima dito: [...] peço que mande-me para qualquer dependencia deste Hospicio pois assim as correntes me esquecem”. Ele especifica que deseja ir “para as fazendas ou para uma das colônias”. Na carta, ele informa ainda que tem uma família que muito o estima.

Podemos verificar que o paciente tinha noção de sua condição, porque sabia em que lugar do manicômio estava e para onde queria ser transferido. Ele destina sua carta diretamente ao médico, mostrando

⁷ O “tratamento moral” foi proposto por Philippe Pinel na França do século XVIII. A laborterapia era um desses tratamentos, que impunha trabalhos aos pacientes na agricultura e na pecuária como forma de atestar a sua normalidade ou não. Ver: TARALOW, Gustavo Querodia. **Entre comas, febres e convulsões:** os tratamentos de choque no Hospital do Juquery (1923-1937). São Paulo: UFABC, 2013

saber a que cargos ele estava submetido e conhecer sua condição de paciente. Dessa forma, J. C. N. tentava interferir no tratamento, no tempo de internação e no funcionamento da instituição por meio das cartas. A princípio queria sair, depois desejou ser transferido; refletia, portanto, sobre sua condição dentro do Manicômio, pretendendo melhorá-la.

Além de um ser lugar difícil para se viver, podemos supor outra ideia sobre o Manicômio, expressa por Marmitt Wadi ao narrar o caso de Ulysses, que encontrou na instituição um espaço tranquilo para se expressar por meio da escrita (Wadi, 2011). De modo similar, F. encontrou no Manicômio um lugar em que era possível escrever. F. tinha 72 anos ao ser internado: era italiano, branco, viúvo e procedente de Santa Rita de Passa Quatro.

Não sabemos se para F. escrever foi uma atividade fácil de realizar no Manicômio. Entre sua entrada (em junho de 1923) e a data de seu falecimento (agosto de 1926), ele escreveu três poemas de cunho romântico, em que diz como ele se sentia. Assim, percebemos que ele existia enquanto indivíduo e não só como um paciente passivo e submetido às condições impostas pelos doutores do Manicômio.

F. escreveu três poemas: um intitulado “*Beijos*”, que trata, de forma romantizada, de um beijo; outro chamado “*O gondoleiro do amor*”, também de teor sentimental, exaltando o amor relacionando aos elementos da natureza e com menção à Itália, sua terra natal; por fim, “*O Ignoto*”, em que o autor se dirige a uma donzela e diz que não pode contar quem ele é porque é uma pessoa “já cansada de tanto sofrer”:

“[...] Quem sou eu, não pergunte, donzella
Quem eu sou, não indague por Deus;
Sou um pobre isolado no mundo,
Quase a morte distante dos meus! [...]”
(APESP/MJ, caixa 18, prontuário DAP 154.)

Podemos ver nesses poemas que o autor tinha certa sensibilidade para o romance. Além disso, podemos cogitar que a dor e a melancolia expressas em “*O Ignoto*” se referem à sua própria existência dentro Manicômio. Além dos poemas, o mesmo paciente escreveu duas cartas que foram anexadas ao seu prontuário. Em uma, ele se dirige a um funcionário da instituição, de cargo não informado, pedindo, em tom de apelo, a absolvição do crime (também não informado) a que fora condenado:

[...] Sei que fostes sorteado para servir na 2ª Sessão do Jury desta feliz Comarca e como, durante Ella, serei julgado por um crime que inconscientemente pratiquei, venho de mãos postas, não perdi-vos façais justiça, porque esta já estou certo que a vossa consciência fará, mal rogar-vos tenhais compaixão de mim, pobre velho de mais de setenta anos, asthmatico e alquebrado, à mercê de um destino que me tem sido cruel[...].” (APESP/MJ, caixa 18, prontuário DAP 154.)

Dizendo acreditar na bondade do coração do destinatário, lembra-o de que Deus o recompensará pelas suas boas ações:

“[...] Deus, que não esquece as boas ações, La de vos recompensar, cobrindo-vos, e a vossa distenctissima família, com as suas santas bençans, já que não vos posso pagar sendo com o meu profundo, sincero e eterno reconhecimento[...].” (APESP/MJ, caixa 18, prontuário DAP 154.)

F. pede compaixão, exprimindo consciência sobre sua condição e sobre os processos pelos quais deveria passar dentro da instituição. Tenta agir diante disso, selecionando o que dizer e a quem se dirigir. A tentativa de influenciar um membro do júri a respeito de sua pena expressa o conhecimento que o paciente tinha sobre o funcionamento do processo judicial. O paciente, através de suas produções textuais, passa a tentar construir sua própria história dentro da instituição, visto que, estando integrado a esta como interno, era moldado diante dos preceitos médicos.

Baseados Scott, podemos pensar que a atitude de F. estava de acordo com a experiência que ele possuía, e que o levava a agir diante das situações que lhes eram postas na tentativa de modificar seu estado, já que ele não parecia concordar com o que lhe impunham.

Em outra carta, que não sabemos se fora destinada à mesma pessoa, ele se mostra novamente homem crente e temente a Deus e ressalta a importância da caridade divina:

“[...] E toda criatura que sabe socorrerlos infeliz preso terá uma recompensa eterna, Deus vo pague, sendo esse voto ouvido por Deus, este abre as porta do Cés[...]"(APESP/MJ, caixa 18, prontuário DAP 154.

Em outro prontuário, temos informações sobre F. H. N⁸, homem de 40 anos de idade, internado em 18 de dezembro de 1910 e falecido em 28 de janeiro de 1913. O paciente se negou a assinar o nome no lu-

⁸APESP/MJ, caixa 3, prontuário DAP178, paciente F. H. N, fl. 10.

gar destinado o “autographo”, alegando não saber ler nem escrever. No entanto, no dia 21 de fevereiro de 1911, ele escreveu uma carta destinada ao médico, pedindo transferência para outra enfermaria a fim de poder se curar.

Assim, percebemos que ele sabia estar em um lugar para tratamento e, mais do que isso, ao escrever a carta, ele agiu ativamente diante da instituição, quando tentou intervir no seu tratamento supondo qual seria a melhor enfermaria para sua cura. A carta foi anexada ao seu prontuário para mostrar a mentira que o paciente havia contado, pois, afinal ele sabia escrever, ou seja, o documento tornou-se um indício da sua loucura.

A carta tornou-se uma peça para a investigação médica, que talvez não teria sido juntada ao prontuário se não fosse para comprovar a mentira. Destacamos a subjetivação e o poder ao qual o paciente foi submetido, já que aparentemente o pedido da carta sequer foi considerado.

Considerações finais

As descrições do Manicômio Judiciário de São Paulo através das produções textuais dos pacientes no intervalo aqui recortado possibilitam diversas análises sobre a vivência do paciente dentro da instituição e sobre os limites do saber e do poder desta, além de propiciar uma reflexão histórica sobre os limites da própria Psiquiatria.

A instituição se fez presente, de modo incisivo, no controle dos pacientes, pressupondo o poder sobre seus corpos, seus pensamentos e

sua individualidade, ao mesmo tempo em que subestimava a construção ativa de sua própria história por parte dos pacientes. No entanto, alguns deles buscaram transpor os muros da instituição e encontraram meios de exprimir suas ideias.

No caso de F. H. N., por exemplo, sua intervenção pode não ter sido eficaz, mas foi ativa. A instituição, por fim, supriu o desejo do paciente e tentou silenciá-lo ao apenas anexar a carta ao prontuário, sem discuti-la. Mas ele foi capaz de escrever e sua escrita demonstra que ele não era passivo, mas protagonista da sua história, da qual restou um pequeno registro que nos deixa ao menos entrever algo de sua experiência.

A historiografia sobre a loucura e a Psiquiatria é relativamente recente. Devido às diversas possibilidades de interpretação e ao reduzido número de produções textuais encontradas em nosso recorte, torna-se difícil encontrar respostas para a questão proposta neste artigo. Mas, no recorte adotado aqui, podemos afirmar que as cartas e outros registros textuais produzidos pelos pacientes são importantes para se estudar o cotidiano e as histórias destes para além do discurso médico e institucional.

A carta encontrada no prontuário, muitas vezes é a única manifestação do paciente que encontramos. Escrever uma carta é uma “escrita de si, na primeira pessoa, na qual o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta” (Malatian, 2009: 195). Alguns escritos podem ter sido produzidos a pedido da instituição, outros de espontânea vontade fazendo pedidos aos funci-

onários do Manicômio ou a suas famílias. De qualquer forma, o paciente escreve sobre si em um momento de introspecção e constrói a imagem sobre si que deseja externar (Malatian. 2009: 197).

A análise de fontes escritas aponta novas possibilidades historiográficas no estudo do tema. Os prontuários do Manicômio Judiciário de São Paulo nos proporcionam uma vasta documentação para pesquisas que buscam outra perspectiva que não seja a da própria instituição e a de seus dirigentes e corpo médico como únicos protagonistas da história.

Aos olhos da instituição o controle sobre os pacientes era efetivo, já que esta conseguia suprimir a subjetividade do indivíduo ignorando informações como as contidas nas cartas. No entanto, a análise das produções dos pacientes nos mostra que a instituição não tinha total controle sobre o pensamento e a subjetividade do indivíduo: ele continuava refletindo sobre si, agindo ativamente em sua própria história.

Bibliografia

- CUNHA, Maria C. P. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1989
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, ed.25, 2002.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- MALATIAN, Teresa. *Narrador, registro e arquivo*. IN: O historiador e suas fontes. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. Org. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p-195-221.
- OLIVEIRA, William Vaz de Oliveira. Discursos e práticas psiquiátricas no Brasil oitocentista: *O hospício de Pedro II e o processo de medicalização*.

zação da loucura. III Simpósio de História do Maranhão oitocentista.
Impressos no Brasil do século XIX, Maranhão, 2013.

SCOTT, Joan. *Experiência*. Falas de Gênero. Organização de Alcione Leite da Silva, Mara Coelho de Souza Lago e Tânia Regina Oliveira Ramos. Editora Mulheres, Santa Catarina, 1999. Pp. 21-55

TARELOW, Gustavo Querodia. *Entre comas, febres e convulsões*: os tratamentos de choque no Hospital do Juquery (1923-1937),

WADI, Yonissa Marmitt. *A escrita epistolar no hospício*: documento médico, documento histórico. In: Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, vol. VIII, núm. 1. São Paulo: 2005.

WADI, Yonissa Marmitt. Entre muros: os loucos contam o hospício. *Topoi* v.12,n.22, jan-jun- 2011, p. 252-253.

WADI, Yonissa Marmitt. “Um lugar (im)possível: narrativas sobre o viver em espaços de internamento”. In: WADI, Yonissa Marmitt e SANTOS, Nádia Maria Weber (orgs.). e loucura: saberes, práticas e narrativas - Uberlândia: EDUFU, 2010. p-331-362.

WADI, Yonissa Marmitt. “Uma história da loucura no tempo presente: os caminhos da assistência e da reforma psiquiátrica no Estado do Paraná”. In: Tempo e Argumento: - Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Santa Catarina: 2009

Recebido em: 29/10/2016

Aceito em: 16/12/2016

Resenhas

INGIRIIS, Mohamed. Haji. The suicidal State in Somalia: the rise and fall of the Siad Barre Regime, 1969- 1991. London: University Press of America, 2016, 383p.

Mariana Rupprecht Zablonsky¹

A obra apresentada por Mohamed Ingiriis, pesquisador somali que atualmente está finalizando seu doutorado em Estudos Africanos pela Universidade de Oxford, é resultado de uma minuciosa pesquisa sobre o governo de Siad Barre. O trabalho reflete muito da trajetória acadêmica do autor, que tem seu campo de pesquisa concentrado nos estudos políticos sobre a Somália, apresentando uma abordagem focada na história da formação do Estado somali, perpassando a sociedade e cultura local. Sua pesquisa está ligada ao Centro de Liderança Africana (CLA) da Universidade de Oxford. O historiador somali é chefe de um projeto de pesquisa de construção da paz, dirigido pelo CLA, além ser também um especialista em Somália/Somalilândia nos temas relacionados à democracia, do Departamento de Ciência Política da Universidade de Gotemburgo, Suécia. Ademais, Ingiriis tem uma série de trabalhos publicados que versam os temas já abordados e que questionam a socie-

¹ Graduanda do 8º período de História – Licenciatura e Bacharelado na UFPR. Bolsista PIBID e orientanda do Prof. Dr. Hector Hernandez Guerra. Link do Lattes <http://lattes.cnpq.br/5021751592431335>.

dade patriarcal na Somália, a relevância da mulher nesta sociedade, seu papel e a relação com os clãs.

Para expor sua proposta de análise do sistema político da Somália, no período em que Siad Barre governou (1969-1991), Ingiriis aponta que a base de sua pesquisa foram documentos do Estado, notícias de jornais, sobretudo, africanos, mas também telefonemas para indivíduos que estiveram ligados ao governo de Barre. As fontes que compõe a obra são vastas e retratam uma minuciosa pesquisa, que traz muitos elementos ainda pouco abordados sobre este período no país africano. Neste sentido, o autor afirma que seu objetivo neste trabalho é mapear e discutir como Siad Barre chegou ao poder, como ele construiu seu regime, apontando quem foram os agentes envolvidos nesta escalada ao poder e, essencialmente, qual o tamanho do legado do ex-líder somali e sua contribuição para as guerras clânicas que a Somália enfrenta ainda nos dias atuais. A obra esta dividida em cinco partes com onze capítulos, em uma narrativa que constrói uma sequência histórica dos eventos que permearam o país durante o regime militar e se encerra com uma conclusão que sumariza os argumentos e observações da obra. Ao longo dos capítulos o autor procura associar a narrativa histórica à série de fontes presentes no livro, buscando assim lançar as bases para a compreensão deste período aliando uma perspectiva crítica a historiografia sobre o tema.

A época observada compõe vinte e dois anos da história do país do chifre da África, e para Ingiriis modelou os conflitos que a Somália enfrenta ainda hoje. Valendo-se de modelos heurísticos de análise dos

pesquisadores africanos Achille Mbembe² e Mahamood Mamdani³, o autor constrói uma narrativa histórica linear, que percorre a queda do governo civil em 1969, com um golpe de Estado dado pelo General Siad Barre, chegando até a fuga do líder em janeiro de 1991 da capital Mogadíscio. Focando, sobretudo, nos aspectos políticos da história da Somália, o pesquisador somali discute como este governo ditatorial configurou uma política baseada no clãnisimo e nas negociações com a URSS e com os Estados Unidos. Segundo o historiador somali, a União Soviética tem protagonismo na formação da Somália como uma República Democrática que se declarava socialista e era governada por um partido comunista liderado por Barre. No entanto, ao longo da obra ficam claras as contradições deste novo sistema político - tendo em vista que a Somália até 1969 adotava um sistema de eleições diretas para o parlamento e para os cargos de Primeiro Ministro e Presidente – ele assume, como frisa Ingiriis, uma posição comunista, baseada nos textos de Marx, mas

²A análise oferecida por Achille Mbembe na obra *On the postcolony*, é largamente utilizada por Mohamed Ingiriis no sentido de apontar que um poder de inspiração colonial estava presente em muitos ambientes da África pós-colonial. O filósofo camaronês assinala o conceito de *commandent* utilizado pelo autor somali para abordar a ideia de que Siad Barre havia sido um militar treinado pelo colonialismo que após assumir o governo continuou a perpetuar práticas colonialistas. Cf. MBEMBE, Achille. *On the postcolony*. California: University of California Press, 2001.

³Mahmood Mamdani oferece uma modelo de análise que foca no Estado na África, o autor ugandense aponta para a ideia de que os Estados pós-coloniais africanos não são nada mais que uma extensão do controle colonial. É neste sentido que Ingiriis se vale do seu modelo heurístico para problematizar a conformação e consolidação do Estado na Somália independente. Cf. MAMDANI, Mahamood. *Darle sentido histórico a la violencia política en el África poscolonial*. In: ISTOR, Año IV, Nº 14, 2003, pp. 48-68.

também leva os escritos do Corão em consideração, respeitando uma série de costumes islâmicos que entram em contradição com o marxismo. Neste ponto, se expõem as problemáticas entorno da adesão dos pressupostos do comunismo soviético, em oposição aos costumes e práticas ligadas às tradições somalis (a forma de organização clânica⁴), sobretudo, a religião islâmica, que é maioria no país e rege muitas práticas sociais e até políticas na Somália.

Problematizar os desenhos do regime de Siad Barre é o ponto central do texto que apresenta uma quebra com uma série de trabalhos elaborados por historiadores sobre a Somália, particularmente, o período do regime do General Barre. Há muitas dissonâncias entre as pesquisas produzidas, alguns trabalhos como de Alice Hashim (HASHIM, 1997) exprimem a ideia de que o governo iniciado com o golpe de 1969 se tornou, gradualmente, fascista, pelas medidas que implementou e com o progresso do sufocamento da liberdade. Ahmed Samatar (SAMATAR, 1995), notório pesquisador do tema, declarou, em seus trabalhos, que o regime tinha poucas ideias socialistas e uma fraca ideologia. Conclusão que não foge à argumentação do historiador somali, que apresenta incongruências do regime quanto a sua posição ideológica. Entretanto, Ian Lewis (LEWIS, 2008) reconhecido por suas pesquisas no chifre da África, especialmente, na Somália, argumenta em suas obras que o go-

⁴ A designação de grupo clânico, esta ligada a tradicional divisão somali, na qual indivíduos com ancestrais em comum ligam-se uns aos outros pelos laços familiares. A Somália atualmente possui seis grandes famílias clânicas, estas tem subdivisões internas, que dão origem a sub-clãs. LEWIS, Ian. *Understanding Somalia and Somaliland: Culture. History, Society*. New York: Columbia University Press, 2008. 275p.

verno do ex-líder somali foi um período conturbado, porém que não é a raiz dos conflitos clânicos enfrentados na região desde 1991. Desta forma, o antropólogo inglês vai à contramão da tese que Ingiriis apresenta, considerando que para ele é no governo de Barre que se perpetuam os privilégios que os grupos clânicos ligados ao governo vão desfrutar. Esta prática, de permitir que os clãs ligados à família do General Barre obtivessem uma série de regalias econômicas e políticas e ainda, desfrutassem de uma certa imunidade política, é a chave para, o historiador somali, de como compreender de que maneira, após a queda do regime, o país fragmentou-se em regiões lideradas pelos chefes de clãs.

Com efeito, Ingiriis traz à tona uma discussão ainda pouco elaborada no meio acadêmico, sobre as causas do “colapso” do Estado da Somália em 1991. Tendo em vista, que poucos trabalhos foram publicados após o fim do regime, muitas pesquisas foram elaboradas ainda na época que Barre governava o país, fato que tem relevância na análise, pois muitas fontes sobre o período só se tornaram acessíveis recentemente. É neste ponto, que o livro *The suicidal state in Somalia: The rise and fall of the Siad Barre Regime* afirma sua relevância, pois aponta muitos elementos significativos e desconhecidos, porque expõe como membros do governo viram ou, ao menos, afirmaram ver as medidas impostas e as consequências que determinadas atitudes do ex-líder somali teve para o país.

O autor evoca ainda, algumas discussões e comparações com outros líderes africanos, como: Mobuto Sese Seko ex-ditador do antigo Zaire e Idi Amin ex-ditador de Uganda, apontando a similaridade de

determinados comportamentos e alianças, destes dirigentes com Siad Barre, que inclusive teve relações próximas com ambos. De forma relevante, Ingiriis tenta demonstrar como o comportamento destes líderes militares configura um núcleo de estudos importantes para compreender as ditaduras na África e os legados que estas deixaram. Como já afirmado, o historiador somali vai destacar a relevância que as relações com Estados Unidos e URSS, tiveram tanto na Somália como nos países dos líderes citados, apresentando uma análise comparativa do comportamento das duas potências mundiais e como elas, se valendo de novas alianças modificaram o cenário de algumas regiões da África, principalmente, na década de 70 e 80.

O trabalho permeia toda a vida política da Somália nos vinte e dois anos de administração do General Siad Barre, não obstante, o autor constrói a história da Somália tendo como pilar central a história do Estado. É nesse sentido, que questionamos a centralidade deste Estado como formador de um determinado tipo de história. Esta discussão, em torno de uma história centrada no Estado tem sua relevância, sobretudo, na escrita da história do continente africano, porque carrega consigo uma série de “valores” da escrita da história ocidental e na forma de organização política predominante no ocidente. Sendo assim, quando questionamos a posição do autor em escrever um texto focado na história política do país, estamos questionando a validade da formação de um Estado na Somália. Pensando no ponto levantado por Jean François Bayart (BAYART, 2009), de que os processos políticos africanos não necessariamente, independente das influências externas, deveriam ter-

minar na conformação do Estado, argumentamos que focar a pesquisa apenas nas estruturas políticas do regime pode possibilitar que questões culturais e sociais estejam à margem das análises sobre a história da Somália. Relegando, desta forma, um papel primordial ao Estado e justificando a necessidade de uma organização política nos moldes de Estado europeu, herdado do período de colonização.

Revelando uma observação acurada dos eventos políticos que permeiam a Somália de Siad Barre *The suicidal state in Somalia: The rise and fall of the Siad Barre Regime*, compõe o panorama de trabalhos que problematizam a instituição e a permanência de uma determinada elite política, especialmente, no que tange a inserção dos militares na liderança de governos africanos. Focando na figura de um líder que se constrói enquanto protetor, carismático e onipresente, Ingiriis levanta questões de grande pertinência, já que ainda hoje a Somália sofre as consequências de um governo que primou pela permanência através de privilégios e violências institucionais.

Referências Bibliográficas

- BAYART, Jean-François. *The State in Africa: the politics of the Belly*. Cambridge Press, 2009, pp. 1-40.
- HASHIM, Alice Bettis. *The fallen state: Dissonance, dictatorship and death in Somalia*. London: University Press of America, 1997. 168 p.
- LEWIS, Ioan. *Understanding Somalia and Somaliland: Culture. History, Society*. New York: Columbia University Press, 2008. 275p.

SAMATAR, Ahmed; LYONS, Terrence. *Somalia: State Collapse, Multilateral Intervention, and Strategies for Political Reconstruction*. New York: Brookings Institution Press, 1995. 112p.

Recebido em: 23/11/2016

Aceito em: 08/01/2017

**SILVA, Gilvan Ventura da; LEITE, Leni Ribeiro
(Organizadores). As Múltiplas Faces do Discurso em
Roma: textos, inscrições, imagens. Vitória: EDUFES,
2013.**

Gabriela Isbaes¹

O livro “As Múltiplas Faces do Discurso em Roma”, publicado em 2013, teve como organizadores os professores Gilvan Ventura da Silva e Leni Ribeiro Leite, ambos da Universidade Federal do Espírito Santo. A obra conta com variados textos, redigidos por acadêmicos de diversas universidades do Brasil, tendo sido criada com a intenção de facilitar os estudos sobre os modos literários, epigráficos e iconográficos em Roma. A idealização do projeto surgiu da dificuldade de se encontrar material sobre o assunto, que estivesse traduzido para a língua portuguesa, ao ministrar aulas na UFES. Dessa forma, os autores pretendem disponibilizar traduções e análises destes tipos de fontes que pudessem auxiliar os acadêmicos no desenvolvimento de seus estudos. A obra é dividida em três partes, abrangendo em cada uma delas, temáticas diversas sobre os aspectos do discurso em Roma.

Robson Tadeu Cesila, professor da Universidade de São Paulo, redigiu a Introdução, apresentando-nos o conceito de *Mimesis*, existente desde os tempos aristotélicos. O autor expõe a “mimética”, retratando

¹ Aluna do curso de História da Universidade do Sagrado Coração – Bauru/SP. Resenha realizada sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Lourdes M. G. Conde Feitosa.

tando-a como “imitação” e como uma característica do ser humano. Fica claro, assim, que Cesila fez referência à nossa língua, a qual se enquadra no padrão imitativo, pois, imitamos sons, palavras e discursos para compô-la.

O primeiro eixo do livro é intitulado “Formas do Discurso Histórico e Literário”. Nessa parte, o enfoque recai sobre o gênero biográfico e histórico da literatura romana. Pode-se destacar aqui o texto de Fabio Duarte Joly e Fábio Favarsi, denominado “Sobrevivendo ao Principado: Um estudo sobre a vida de Agrícola, de Tácito”, no qual os autores, através de discussão historiográfica, apresentam uma biografia escrita por Tácito. Nela retrata-se a vida de um aristocrata (Agrícola), que sobrevive a tirania. Dessa forma, o autor clássico fazia clara crítica aos imperadores tiranos - que acabavam por levar muitos aristocratas a agir da mesma forma - e defendia a luta pela República. A partir dessa perspectiva, a aristocracia seria mais inimiga em sua composição que o próprio tirano.

Outro texto apresentado na primeira parte é o de Bruno Vieira, denominado “A Epopeia histórica em Roma de Névio a Lucano”. Vários autores clássicos são analisados nesse artigo, como Virgílio, Ênio, Lucano, Névio e Cícero. Vieira cita obras que falam sobre a história da construção de Roma e seus conflitos, abrangendo diferentes gêneros literários, como as epopeias, os textos épicos e os textos históricos. Nesse estudo, comprehende-se que o Império Romano possuía diversas formas de literatura e que esses tipos de escrita evoluíam ao longo do tempo.

O segundo eixo da obra denomina-se “Cultura Escrita e Linguagem Visual”. Este concede enfoque à época imperial, no qual foram analisados desde produções “eruditas” até populares, não só na área literária, mas também na iconográfica e epigráfica. As abordagens realizadas nessa segunda parte são muitíssimo interessantes, pois revelam perspectivas variadas de determinados aspectos romanos, compondo-se a investigação e produção historiográfica através da exploração da cultura popular e da utilização de materiais diversificados. Dessa forma, deixa-se de lado a historiografia construída no século XIX, que privilegiou os estudos sobre as classes mais altas, embasada somente em fontes literárias oficiais, e sem vínculo com grande parte da história cotidiana dos povos menos abastados.

Como primeiro capítulo componente dessa segunda parte tem-se “Difusão e recepção de obras literárias em Roma”, de Leni Ribeiro Leite. Na proposta inicial, a autora nos traz as formas de leitura e suas representações, apontando que elas podem variar de acordo com o ponto de vista do leitor e do autor, sendo o escrito passível de inúmeras intervenções ao longo dos séculos. Interessada na maneira do modo de leitura na Roma Antiga, Leite expõe que a forma mais comum de fazê-lo era a auditiva, bem diferente do que possuímos hoje como conceito de leitura, feita mediante o saber próprio, mais individualizada. A leitura romana era feita, na maioria das vezes, por meio das recitações públicas, e esta era a forma mais conhecida e importante de as pessoas conhecerem as obras literárias durante o Império. Para se ler, a obra deveria ter algum suporte, sendo assim, Leite descreve a evolução dos materiais usa-

dos para a escrita em Roma, traçando uma linha desde o frágil papiro egípcio, passando pelos pergaminhos reutilizáveis, pelas tabuinhas, pelos rolos, até os códices, que se tornaram herança para o mundo atual, pois se adequam ao modelo de livro conhecido hoje por nós.

O capítulo de Renata Senna Garraffoni, “Escritos e inscrições: uma reflexão sobre a pluralidade no início do Principado Romano”, apresenta os grafites das paredes da cidade de Pompéia. Estes eram realizados em ambientes variados, internos e externos, geralmente pelas camadas populares da sociedade, e hoje são valiosos registros para o saber histórico dessa parcela da população. Estas inscrições, mesmo contendo mensagens breves, já que eram de caráter mais particular, proporcionam uma pluralidade de informações sobre o cotidiano local e sobre as emoções pessoais, tais como: amores, desavenças, paixões e sexualidade. A autora menciona que, a partir das inscrições parietais, é possível perceber que a maioria da população era, pelo menos, minimamente letrada na língua latina, fazendo com que suas ideias circulassem através dos grafites.

Outro texto do segundo eixo é o de Gilvan Ventura da Silva, denominado “Imagens bordadas na pedra: Os mosaicos como fonte para o estudo da sociedade romana”. O autor inicia seu artigo expondo a diversificação dos objetos que possuímos hoje para realizar a investigação histórica. No universo romano esse fenômeno não é diferente, principalmente na questão das fontes materiais, que são inúmeras. No entanto, Silva deixa claro que uma grande maioria dos historiadores não sabe lidar com esse tipo de fonte, principalmente devido às limitações de

muitas universidades, que insistem em ainda se utilizar quase que exclusivamente de elementos textuais na formação acadêmica, deixando de lado todo o vasto acervo material que poderia auxiliar, em demasia, na construção do saber histórico. O interessante é que Gilvan sugere algumas formas de tratar esses materiais para facilitar sua análise e auxiliar os historiadores a explorarem novos caminhos e objetos de estudo, por exemplo: em vez de se estudar uma imagem ou qualquer outro vestígio arqueológico com base no que os textos dizem a respeito destes, seria interessante analisá-los por eles mesmos primeiramente (quais materiais foram utilizados, que sensação a imagem causa no observador), para só depois a escrita vir corroborar com o desenvolvimento da pesquisa. Dessa forma, o autor inicia sua observação sobre os mosaicos, fonte material muito importante para os estudos do Império, cedendo informações a respeito dos locais nos quais eram instalados e o tipo de material utilizado para construí-los. Silva destaca a cidade de Antiquoia, possuidora de um vasto acervo de mosaicos com características helenísticas.

O terceiro e último eixo do livro intitula-se “A literatura judaico-cristã e sua transmissão”. Este foi elaborado com o intuito de valorizar o estudo da cultura judaica, muitas vezes preterida pela análise da cultura cristã do Império. Segundo os idealizadores da obra, ambas as crenças têm muito a nos oferecer sobre o mundo romano.

Temos aqui o artigo de André Leonardo Chevitarese, “Entre João e os atuais leitores de seu Evangelho: um comentário sobre filtros de leitura”. O autor analisa as intervenções feitas no evangelho ao longo

dos anos, como a omissão de versículos, colocando, assim, a veracidade de tais escritos em xeque. Chevitarese analisa as fontes sobre a piscina de Betesda, a qual, supostamente, possuía água que curava enfermos e onde também, segundo o evangelho de João, Jesus realizou a cura de um deles. Questões sobre o local ser de exclusividade judaica ou ainda um santuário politeísta são levantadas, já que os relatos literários sobre Betesda podem ter sido modificados, como destacam as reflexões críticas apresentadas pela Arqueologia. O interessante do conteúdo do artigo é que ele nos faz refletir a respeito das intervenções que os materiais disponíveis para estudos históricos podem ter passado ao longo dos anos, já que é de conhecimento que as interpretações, muitas vezes, passam por manipulações de acordo com os interesses do período.

O último artigo do livro é “A educação cristã em suas origens: a diversidade histórica dos discursos e das práticas”, de autoria de Terezinha Oliveira. Nele, a autora aborda as formas de se ensinar a religiosidade cristã no Império Romano do Ocidente por três perspectivas, com destaque para a evolução dessa religião ao longo da História romana. A primeira visão é demonstrada pela autora por meio da análise das cartas de Paulo de Tarso, que dizia que o cristão poderia ser assim definido pelo seu modo de agir e pela linguagem comum compartilhada na pregação, para que todos conseguissem se comunicar e difundir o cristianismo. A segunda vertente, desenvolvida nos séculos III e IV d.C., foi demonstrada por meio da obra de Eusébio de Cesárea. Neste período, o cristianismo já possuía muito mais adeptos e a população acolhia a religião por meio de sentimentos, não sabendo tanto sobre a Bíblia. Eusébio

defendia o estudo e a difusão do cristianismo por meio de discursos, sem a utilização de grandes textos; a crença seria construída com exemplos de acontecimentos que fortalecessem a fé e a emoção do receptor. A terceira e última perspectiva trabalhada foi a de São Jerônimo, cujo texto foi desenvolvido no período de transição para o medievalismo, época na qual os homens eram dirigentes da igreja. O interessante na obra de São Jerônimo está em suas observações a respeito do ensino de crianças. Ele não queria que elas passassem apenas por um processo de conversão, mas sim que elas realmente fossem formadas como cristãs e tivessem progressões no ensino/aprendizagem.

Pode-se enfatizar que o livro “As Múltiplas Faces do Discurso em Roma” é recomendado para os estudiosos da Antiguidade Romana e àqueles interessados em conhecer as variadas formas de linguagens usadas durante o Império, mas a leitura fluída e acessível da obra torna o seu conteúdo pertinente também ao público geral interessado no tema. Como é composto por capítulos de autores diferentes e que não têm vínculo sequencial, a leitura pode ser feita de forma não linear, cabendo ao leitor selecionar os textos de maior interesse, a partir de uma dinâmica própria. Relevante é a pluralidade de abordagens sobre a questão das difusões e representações literárias, epigráficas e iconográficas em Roma, garantindo um vasto conhecimento aos seus leitores. Há também a desmistificação dos conceitos abordados pela historiografia Positivista, surgida no século XIX, na qual os historiadores construíam o saber histórico analisando somente fontes literárias que se enquadravam no padrão “documento oficial” e que privilegiam apenas a história das cama-

das mais ascendentes da sociedade estudada. Já que as fontes para a realização dos estudos apresentados no livro são perceptivelmente diversas, confirma-se o desligamento com esse modelo de análise, contribuindo para a construção de uma História mais abrangente e que possui uma vasta gama de temas e personagens a serem conhecidos e explorados.

Bibliografia

SILVA, Gilvan Ventura da; LEITE, Leni Ribeiro (Organizadores). *As Múltiplas Faces do Discurso em Roma: textos, inscrições, imagens*. Vitória: EDUFES, 2013.

Recebido em: 13/05/2016

Aceito em: 06/10/2016

MARANHÃO, Maria Fernanda Campelo. Santa Felicidade, o bairro italiano de Curitiba: um estudo sobre restaurantes, rituais, e (re)construção da identidade étnica. Curitiba: SAMP, 2014, 230p.

Bruno Ercole¹

A presente resenha é referente ao livro *Santa Felicidade, o bairro italiano de Curitiba: Um estudo sobre restaurantes, rituais e (re)construção de identidade étnica*, da autora Maria Fernanda Campelo Maranhão. A obra é uma dissertação de Antropologia social defendida na UFPR no ano de 1996 e publicada como livro em 2014, integrando a Coleção de Teses do Museu Paranaense. A autora possui graduação em Arqueologia pela Universidade Estácio de Sá (1986), no Rio de Janeiro e mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná (1996). É funcionária pública do Estado do Paraná desde novembro de 1987, estando locada no Museu Paranaense, e atualmente é responsável pelo Setor de Antropologia da instituição, onde atua na gestão, pesquisa, catalogação, e cadastramento de acervos Etnográficos e Imagéticos em banco de dados digital. Possui experiência em Etnologia Indígena, Acervos Etnográficos e História da Antropologia.

A obra é estruturada em cinco capítulos. Eles tratam, respectivamente, de descrever brevemente a imigração italiana no Paraná no âmbito do projeto nacional de formação de um campesinato; explorar a iden-

¹ Graduando em História Licenciatura e Bacharelado pela UFPR.

tidade italiana e realizar uma etnografia do bairro; apresentar o bairro como centro gastronômico; discutir sobre o estudo da comida na antropologia, evidenciando o caráter simbólico e de construção de identidade; e apresentar de que forma as políticas públicas interferiram na formação de identidade no bairro italiano.

Em sua introdução, Maranhão afirma que pretende se utilizar da comida típica e dos restaurantes de Santa Felicidade como recorte para discutir questões de etnicidade, relações interétnicas e transnacionalidade, sendo o foco principal de sua análise a comida italiana e seus restaurantes enquanto símbolos de etnicidade. Desta maneira, ela aborda também a influência das políticas públicas locais e transnacionais na (re)construção da identidade italiana no bairro, no âmbito das comemorações do aniversário de 300 anos de Curitiba, quando houve uma valorização das etnias europeias. Ainda na introdução, a autora explica sua metodologia, na qual trabalhou com entrevistas tanto com moradores quanto com turistas, além de fazer uso de matérias documentais de pesquisa histórica, como jornais e revistas.

No primeiro capítulo, *Do Vêneto a Colônia de Santa Felicidade*, a autora trata da formação histórica do bairro. Assim, ela aborda a questão do incentivo à imigração para o Brasil no século XIX, responsável por um grande fluxo imigratório. A partir da década de 1850, com a imigração a cargo das províncias que agiam por intermédio das companhias de imigração, ela comenta que, no caso do Sul do Brasil, se pretendia estabelecer um campesinato, baseado na pequena propriedade e no trabalho familiar. No Paraná, núcleos coloniais foram instalados

próximos aos centros urbanos, para abastecer um mercado que não era autossuficiente.

Os imigrantes que se dirigiram para Santa Felicidade eram, no entanto, originalmente da região italiana do Vêneto, e haviam sido instalados na colônia Nova Itália, no litoral do estado, mas esse assentamento não progrediu, pois os colonos não conseguiram se adaptar, devido à falta de mercado consumidor para seus produtos, e também pela ausência de orientação sobre as doenças tropicais, assim como sobre o cultivo apropriado e sobre as pragas da lavoura. Dessa forma, as famílias decidiram se mudar para o planalto, seguindo as informações recebidas pelos tropeiros que passavam pela região. Quinze dessas famílias que deixaram a colônia Nova Itália adquiriram, no planalto, terras da portuguesa Felicidade Borges, e estabeleceram sua colônia, que passou a se chamar Santa Felicidade e a atrair mais colonos italianos. Estabelecidos, passaram a vender seus produtos no centro de Curitiba.

No capítulo *Identidade italiana e etnografia do bairro*, Maranhão fornece algumas informações acerca da transformação da colônia em bairro de Curitiba, fruto do crescimento da cidade. Também devido à legislação, a autora afirma que não é permitida a construção de edifícios com mais de dois andares no local, o que fez com que o bairro mantivesse algumas características da arquitetura inspirada no Vêneto. Ela comenta também a diferença entre o centro – próximo à Avenida Manoel Ribas – e a periferia do bairro – mais distante, e aborda o comércio, destacando o artesanato, o vime, o vinho, e dá ênfase para os restaurantes, que são um cartão postal da cidade.

Neste capítulo, Maranhão procura fazer uma diferenciação entre o que chama de italianos de Santa Felicidade, colocando-os em oposição aos outros italianos e aos curitibanos. Ela embasa essa ideia no conceito de grupo étnico de Barth, onde mais do que uma cultura comum, é necessária a autoatribuição e a atribuição pelos outros para que se reconheça esse grupo, baseando-se também no conceito de identidade contrastiva, no qual o indivíduo constrói a sua identidade afirmando-se como diferente diante de outros grupos, ou seja, identidade que surge por uma oposição. Neste tópico, a autora considera uma identidade de italianos de Santa Felicidade que se constrói em oposição tanto aos não italianos quanto aos italianos de imigração mais recente, que não passaram pela experiência do campo. Ela ressalta que nos dois casos a *Igreja Católica* teria apresentado um papel fundamental nessa construção de identidade. Para a autora, a configuração atual do bairro segue os moldes dos primeiros imigrantes, visto que muitas das famílias ainda vivem em lotes originais, só que agora divididos entre os membros herdeiros, configurando o que Maranhão chama de *contradas*. E a rede de parentesco, que é em maneira recorrente definida como endogâmica, faz com que muitos italianos de Santa Felicidade ainda se vejam como parentes. Ela também comenta sobre a chegada, em anos mais recentes, de outras famílias italianas ou de descendentes, que acabaram por se tornar donos de restaurantes de sucesso, mas que não fizeram parte da construção inicial do bairro. Maranhão diferencia ainda o bairro dos turistas daquele dos italianos, onde convivem os descendentes das famílias.

Um Bairro Gastronômico é como se intitula o terceiro capítulo da obra, no qual a autora discute a origem dos restaurantes. O primeiro deles teria sido o restaurante Iguaçu, estabelecido com o intuito de vender um prato feito para os caminhoneiros que por ali passavam, nos anos 1940. Constituíram-se outros estabelecimentos na sequência, e o bairro foi se tornando famoso pela gastronomia. Esses restaurantes são considerados empreendimentos familiares. Outra característica comentada pela autora é a de que além de servir refeições, estes lugares são palcos para eventos. Os restaurantes típicos são diferenciados dos demais estabelecimentos de Curitiba por serem informais, ambientes familiares, destaca Maranhão.

Tratando a maneira pela qual as famílias típicas se relacionam com os restaurantes, a autora comenta que são poucas as que os frequentam, pois muitas mantém a tradição culinária em casa. Porém, desde o sucesso dos anos 1970, recorrem a eles em ocasiões festivas. Como afirma Maranhão, o bairro é relacionado com o lazer dominical dos curitibanos, e a cidade é identificada e se identifica com o bairro turístico e gastronômico.

No quarto capítulo, *A boa comida de Santa Felicidade*, ela comenta que o interesse dos antropólogos no estudo da alimentação existe desde o surgimento dessa ciência, mas que o alimento analisado em relações simbólicas é algo feito por pesquisadores contemporâneos. A autora cita os estudos de Roberto Da Matta, pioneiro destas discussões no Brasil, fazendo uma distinção clara entre alimento – aquilo de que o corpo precisa para sobreviver – e comida – o que se consome com pra-

zer. Outra questão apontada é de que se deve contextualizar a refeição, identificando o que se come em dias de semana ou finais de semana, no cotidiano ou em celebrações, além de se fazer a distinção entre comida de casa e da rua. Quanto à comida nos restaurantes, Maranhão afirma que ela é composta pelo frango a passarinho, polenta frita e risoto de miúdos. Esses pratos, ainda que alterados para o consumo local, legitimam uma culinária tradicional do Vêneto, que contribui para a reinvenção da identidade italiana e do bairro de Santa Felicidade enquanto reduto gastronômico. Essa reinvenção de tradição estabelece uma continuidade com o passado histórico da colônia. Esses restaurantes levaram a comida local ao gosto dos curitibanos, que até então, tinham reservas em relação a alguns deles, como a polenta.

A comida aparece também nas festas do bairro, sendo elas 4 *Giorni in Italia*, e as festas da Uva e do Vinho – a primeira, realizada em outubro, para dar visibilidade aos restaurantes, a segunda em fevereiro, em comemoração da colheita da uva, e a terceira em julho para celebrar a safra anual do vinho. Nelas, os italianos de Santa Felicidade reafirmam sua identidade, em detrimento dos outros italianos e dos curitibanos. Maranhão detém sua análise nas duas últimas. A organização dessas festas é de responsabilidade quase total dos descendentes de italianos, onde eles reforçam a sua identidade étnica, baseada nos valores de família, trabalho e religião. A abertura da festa é o momento onde se dá o encontro cultural entre os donos do evento – os italianos de Santa Felicidade – e os curitibanos – para quem ele é destinado. O consumo da polenta na festa é o que a autora chama de agregação, momento no qual

todos comem juntos, italianos e visitantes. Ainda é relevante comentarmos que, de acordo com Maranhão, uma vez que a Festa da Uva teve início em moldes diferentes do que se estabeleceu depois, e que somente à medida que crescia e recebia mais pessoas ela se italianizou, não há continuidade histórica dela com práticas trazidas da Itália, mas se configura numa tradição inventada.

O quinto capítulo é *Um bairro “italiano” na Curitiba dos 300 anos*, onde a autora explora a relação entre Santa Felicidade e Curitiba, e o papel das políticas públicas na (re)construção da etnicidade do bairro. Para ela, a relação entre Santa Felicidade e Curitiba foi bastante clara em dois momentos distintos: o centenário de fundação da colônia, em 1978, e os trezentos anos da Capital, entre 1990 e 1993. Essa (re)construção de identidade intensificada desde os anos 1970 deve ser pensada em um contexto mais amplo, o de desaparecimento da identidade italiana, como no exemplo da repressão contra italianos, alemães e japoneses realizada pela política de nacionalização do Estado Novo, de Getúlio Vargas, nos anos 1930. Com essa repressão, grande parte das atividades culturais existentes em Santa Felicidade antes da guerra desapareceu. O renascimento cultural do bairro viria apenas no final dos anos 1970. Essa divulgação de imagem italiana se deu, para a autora, em dois momentos: em 1978, no ano do centenário, o bairro já era um atrativo turístico e gastronômico, quando recebeu investimento na divulgação de sua imagem italiana pela Prefeitura de Curitiba, além do investimento em transformações que pretendiam deixar o bairro com cara de cidade italiana. Outro momento de investimento deste tipo foi nos anos

1990, com o aniversário dos 300 anos de Curitiba. Desta data, dentre outras construções, se destaca o portal italiano. Ela ressalta que estes últimos investimentos estavam de acordo com um plano de estabelecer Curitiba como cidade de primeiro mundo, cosmopolita e multiétnica.

Em sua Conclusão, ela comenta que o bairro de Santa Felicidade constrói sua imagem de duas maneiras: na perspectiva externa, olhando as pessoas de fora do bairro como os outros, curitibanos e turistas, e a perspectiva interna, se reconhecendo como italianos, sendo a imagem externa unificadora, conferindo à Santa Felicidade o status de bairro italiano de Curitiba, com destaque para o apelo gastronômico. Já para os moradores italianos, o bairro ainda é uma colônia vêneta, e eles formam, segundo Maranhão, um grupo étnico em torno de um território comum, de fronteiras simbólicas, “de temporalidade e especificidades culturais singulares: ancestralidade comum, intensa sociabilidade, laços de vizinhança, uma complexa rede de parentesco e uma ativa participação nos rituais realizados no interior do grupo” (MARANHÃO, 2014, p. 212). Por fim, a autora reafirma o fato de como a comida italiana e a politização do grupo étnico nas celebrações dos 300 anos de Curitiba têm um papel fundamental na (re)construção dessa imagem italiana, da cidade que se quer afirmar como cosmopolita.

Há alguns pontos que podemos destacar acerca da obra de Maranhão. O fato de a autora lançar um olhar antropológico sobre os moradores nos parece bastante relevante, pois, ela traz novas ferramentas para a pesquisa, como as entrevistas com moradores e turistas que, embora já tenham sido incorporadas pela historiografia como história oral,

são consideradas características também da Antropologia. Ainda na questão das fontes, é interessante percebermos que a utilização da arquitetura e da geografia do bairro enriquece o seu trabalho.

Outro ponto relevante para analisarmos é a estruturação da obra. Maranhão explica desde o princípio o propósito de sua pesquisa, e constrói uma base sólida para essa análise ao longo do texto, tratando de como o bairro se constitui antes de fazer a sua análise crítica. Desta forma, o livro se torna uma leitura bastante clara e objetiva, que pode ser considerada como uma boa referência para quem pretende estudar o contexto da imigração italiana no Brasil.

Podemos comentar, por fim, a importância dos conceitos nos quais Maranhão se embasa para sua pesquisa. Citando Barth e Hobsbawm, ela deixa claro que sua análise se pauta em conceitos já bastante estabelecidos na Antropologia e na Historiografia. Trabalhando com as duas áreas de conhecimento, ela faz uma análise antropológica que acaba bastante enriquecida pela utilização conjunta de outras ciências, como a História.

Recebido em: 10/01/2017
Aceito em: 25/01/2017

A IRMANDADE DO ROSÁRIO EM CURITIBA – A OBLITERAÇÃO DOS NEGROS NA HISTÓRIA DA CIDADE

Pesquisa coletiva PET História UFPR¹

Douglas Figueira Scirea

Luccas Abraão de Paiva Vidal

Maurício Mihockiy Fernandez Martinez

Introdução

Anualmente, como parte das atividades do grupo PET-História, é realizada uma pesquisa coletiva. No ano de 2015, o tema escolhido foram as Irmandades Negras, com ênfase para a Irmandade do Rosário de Curitiba. Com relação a Irmandade de Curitiba, há pouca publicação e divulgação para uma instituição tão importante para o século XIX. Com nossos estudos, foi possível afirmar que as irmandades negras emergiram

“entre os séculos XVII ao XIX no Brasil, e foram responsáveis pelas devoções católicas e pela promoção das procissões e festas, marcada pela grandiosidade das manifesta-

¹Alunos integrantes do PET no decorrer da pesquisa: Aguinaldo Henrique Garcia de Gouveia, Bruna Trautwein Barbosa, Camila Quadros, Carolina Marchesin Moisés, Douglas Figueira Scirea, Lauriane dos Santos Rosa, Lucas Engel Sacht, Luccas Abraão de Paiva Vidal, Maria Victoria Ribeiro Ruy, Mariana Fujikawa, Mariana Mehl Gralak, Maurício Mihockiy Fernandez Martinez, Mayume Christine Minatogawa, Michel Ehrlich, Shirlei Batista dos Santos, Suellen Carolyne Precinotto, Thaís Cattani Perroni. Tutor: Prof.^a Dr^a Renata Senna Garraffoni. Uma versão resumida desse texto também foi apresentada no 15º ENAF da UFPR, em outubro de 2016.

ções exteriores da fé e também marcada pelas questões políticas que envolviam as irmandades, o Estado e o poder eclesiástico” (SOUZA JÚNIOR, 2009).

Fica claro que as irmandades, mais do que instrumentos religiosos, eram um instrumento de socialização entre negros. A primeira regra para ser aceito no Brasil nessa época era ser Cristão – algo que confluí com os compromissos dessas instituições, que possuem como regra, o confrade seguir e professar a fé católica. Para Carlos Lima (2002), as visões do século XVIII sobre as confrarias negras, mostram que as irmandades teriam uma especificidade, a de ser algo “inocente”, uma singela expressão de aflição, ou seja, o universalismo católico estaria seguro. Sendo assim, “as irmandades eram regidas pelos compromissos que deveriam ser aprovados pela Igreja Católica, Presidente de Província e pela autoridade monárquica” (SOUZA JÚNIOR). As Irmandades, no geral, tinham um caráter de agregação da população negra, com uma socialização interna e com uma criação de hierarquias no seio dessas instituições. A de Curitiba não fugiu à regra, e serviu, no século XIX, como modo de controle social entre senhor e escravo, com o universalismo católico sendo preservado.

A Irmandade em Curitiba

As leituras iniciais feitas pelos integrantes do PET levaram do geral ao específico. A Irmandade de Curitiba foi então colocada como foco de estudo. Com as leituras, notou-se um aumento da população de Curitiba no decorrer do século XVIII. O fator responsável por isso foi a pe-

cuária, que demandou um aumento do número de escravos, cristalizando essa prática na região (WEBER, 2005), contradizendo a tendência de embranquecer a história do Sul do país. Ele descreve a população, afirmando que a maioria dos escravos era crioula. As irmandades tentavam se inserir na sociedade através da religião. Lima (2002) problematiza essa questão, mostrando que há várias interpretações que diziam que o catolicismo dessas irmandades seria um catolicismo híbrido, misturado com as crenças africanas, havendo um sincretismo religioso – para esse autor, esse sincretismo é difícil. Para ele, “as irmandades do Rosário eram frequentemente estabelecidas mediante algum tipo de afirmação étnica a princípio não-cristã, mas na verdade apontando para uma virtualidade de europeização” (LIMA, 2002). Ou seja, o princípio não cristão citado seria o ponto inicial de uma evangelização católica, e não algo a ser destruído. Outra ideia rebatida por Lima é de que essas irmandades seriam apenas fachadas. Os gastos e as festas realizadas pelos confrades eram todas católicas e voltadas à religião católica –, é difícil enxergar a Irmandade como fachada – mas, mesmo assim, não deixa de ser um modo de resistência, quando cria uma socialização negra que visa melhorias de condições.

É muito importante ressaltar que, contrário ao que pensávamos no início da pesquisa, essas confrarias não buscavam a abolição. Elas eram corporações, que estavam aptas a destacar-se da hierarquia e ser realocada nela. Ou seja, uma abertura para a mudança, através de ações e de interações com as posições de prestígio. Eram, portanto, um meio de inserção social negra. Por mais que essa Irmandade se destacasse, não

exprimia posições sociais. É por isso que ela tem um lugar fundamental na ordem escravista. Muitas vezes, senhores inseriam seus escravos nessa corporação, para assim o cativo criar vínculos, desmotivando fugas e rebeliões. A doação de terras foi também uma tática usada pelos senhores, criando uma ação que Lima (2002) chama de “consentimento senhorial”. Era uma negociação entre desiguais, que permitia brechas para a resistência dos cativos, de diversas maneiras. Em Curitiba, a comunidade escrava não se formou em confronto com o patriarcalismo senhorial, mas sim em articulação com ele. Um fator que comprova a hierarquia nessas confrarias eram os cargos – eram fortemente estratificados. Lima (2002) afirma que o modelo de compreensão das irmandades é o de “inclusão subordinada”, ou seja, dava uma “cidadania” a pessoas de baixa representatividade ao invés de excluí-las da sociedade, sem no entanto, elevar o prestígio pessoal do confrade.

As funções e objetivos da Irmandade em Curitiba

Como já dito, as irmandades foram responsáveis pela devoção católica nas comunidades. As principais funções que essas irmandades possuíam se referiam as festividades e aos enterros dos irmãos, além de possuírem funções sociais muito bem esclarecidas, como “ajuda aos necessitados, assistência aos doentes, visita aos prisioneiros, concessão de dotes, proteção contra os maus tratos de seus senhores e ajuda para comprar ou negociar a carta de alforria” (SOUZA JÚNIOR, 2009). Essas festividades causavam rivalidades entre irmandades, sendo o momento pelo qual a irmandade era reconhecida na sociedade, e por isso, quanto

maior e mais luxuosa fosse a festividade, mais a irmandade seria inserida na comunidade. Porém, o que mais fica marcado nas irmandades era a garantia de um enterro aos confrades. Com os estudos de Lima (2002) sobre os óbitos da Irmandade na cidade de Curitiba, chegamos à conclusão que a rotatividade de escravos nesse período (século XIX) era muito grande. Isso contrasta com a recente invisibilidade presente hoje em dia, no contexto da história dos negros não só na cidade de Curitiba, mas também em todo o Sul do Brasil. Na irmandade negra curitibana aqueles que não fossem ao enterro seriam expulsos da corporação, salvo com justificativa coerente. O luxo e a posição social do irmão morto eram refletidos no enterro. Quanto mais pomposo, mais importância o confrade tinha em vida, em relação a irmandade. Os dados nos revelaram mais detalhes sobre a irmandade de Curitiba. Ela pode ser definida como constituída por um grupo formado prioritariamente por escravos homens adultos, cercados por mulheres e idosos. As etnias eram fatores de exclusão. A prática confrarial se ligava a etnicidade como negociação e as identificações étnicas provavelmente serviram como mecanismos de exclusão. Por conta disso, pode-se afirmar que essas confrarias negras tinham mais tendência a se desestruturarem do que a crescerem.

O compromisso da Irmandade de Curitiba

A fonte por nós utilizada nesse trabalho são os compromissos das Irmandades do Rosário e de São Benedito da cidade de Curitiba, do ano de 1851, sendo o Paraná então, ainda uma província de São Paulo. Nesse compromisso, é possível identificar toda uma hierarquia interna dos

cargos da Irmandade, e como eram definidos os cargos dos confrades. A morte e as festas religiosas constituem as duas principais presenças nesses compromissos, com a festa sendo o acontecimento principal da confraria no dia 26 de Dezembro, enquanto a morte era tratada com muita seriedade.

A Obliteração

Com a pesquisa sendo realizada, outro problema surgiu: por que, quando tão notadamente houve uma Igreja dos Pretos, os negros são tão obliterados da história de Curitiba e do Paraná? Por que se presume que não houve escravidão nesse Estado? Tentamos responder essas perguntas, baseado em autores como Hilton Costa (2011), utilizando como apoio nos dados demográficos a tese de mestrado de Elvira Mari Kubo (1974). É necessário entender que o fim da escravidão, no Brasil, coincidiu com a vinda dos imigrantes europeus. Os discursos desse tempo, como os de Nina Rodrigues praticamente descartam a presença negra em todo o Brasil Meridional. Rodrigues mostra um Brasil altamente europeizado, devido a vinda dos imigrantes, negando uma cultura negra no Sul do país. Usando Joinville, em Santa Catarina, e Caxias do Sul, Costa (2011) apresenta fatos importantes para a compreensão da europeização no Sul: é dado que as cidades só começaram a ser habitadas após a vinda dos imigrantes, exclusivamente alemães e italianos, excluindo até mesmo a presença de lusitanos. Fica claro que esse discurso faz “que o período imediatamente anterior a chegada dessas populações é obliterado e/ou tem sua importância bastante reduzida, quase negada”

(COSTA, 2011). Com Curitiba a situação muda. Como a cidade foi fundada em 1693, a obliteração das sociedades anteriores fica mais difícil – porém, na própria apresentação da cidade, há um claro favorecimento dos europeus, quando dizem que os imigrantes deram uma nova conotação a cidade no início do século XX. Portanto, essa imigração europeia dará início a uma ideia de civilização na região sul, com esse discurso se tornando hegemônico e apagando a história negra da região. Já no fim do século XIX, ou seja, no fim da escravidão, as elites começaram a aderir as teorias do racismo científico. Quando a hierarquia social pautada na escravidão cai, a elite precisa de teorias que rebaixem as outras raças, para manterem seus benefícios. Hilton Costa (2011), analisando Rodrigues, mostra que ele foi adepto do racismo científico, e que seu discurso coloca o branco europeu como a raça hegemônica, querendo então a europeização da população. Por ser branca a raça hegemônica, os problemas sociais do Brasil estariam ligados com a má “qualidade” das pessoas aqui viventes, sendo necessário então, brancos virem para cá. Isso já mostra que não somente negros, mas índios, são a causa dos problemas sociais nessa interpretação, sendo então, obliterados nesses discursos de finais do século XIX. À população negra é dada nenhuma atenção, e quando dada, somente serve para mostrar a inferioridade da raça. O discurso obliterador então ganhou força e se estabeleceu, sendo muito forte até os dias de hoje, com a imagem e a memória dos negros sendo diminuída e apagada constantemente em prol de uma cultura branca e europeia.

A Igreja do Rosário: O objeto arquitetônico numa relação *História & Cidade*

Devido a dificuldade encontrada pelo desaparecimento da documentação referente a Igreja do Rosário no "Arquivo Público do Estado do Paraná", tomamos a liberdade de procurar outras formas de problematizar historicamente a questão da Igreja do Rosário. Deste modo, optamos por analisar a arquitetura do edifício, numa relação Cidade e História. Para tal nos baseamos em dois pensadores: o arquiteto Giulio Argan (1984), e o planejador urbano Kevin Lynch (1996). O principal ponto trazido por estes autores é a questão da *capitalidade*, ou seja, o espaço que a Igreja ocupa, e seu contraste com as edificações ao seu entorno. Este termo diz respeito a qual posição o edifício ocupa em uma cidade, como ele se relaciona com as pessoas que transitam ao seu redor, quais outros prédios foram sendo construídos ao seu entorno, se algum dos “organismos” da cidade tem preocupação com a posição do edifício. Com o seu histórico percebemos que ao ser primeiramente edificada, por volta de 1737, não tinha tamanha visibilidade espacial. Mesmo posicionada no topo de uma colina, sua construção original não possuía tanto destaque como as torres das outras edificações, além de se encontrar na “borda” do centro. Quando inaugurada chamava-se “Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Benedito”, construída e frequentada pelos escravos até o período da abolição, quando passou a ser conhecida como “Igreja dos Mortos” pelo seu cemitério e ritos funerários. Demolida em 1937 devido ao seu péssimo estado de conservação ereconstruída em 1938 pelo arquiteto Eduardo Fernando

Chaves. Além de o processo ter sido lento e sem muita verba, o arquiteto falece em 1944, dois anos depois uma comissão é elencada para reconstrução em 1946. Mas somente em 1951 a Igreja iniciou suas atividades, sendo confiada aos padres jesuítas. É válido ressaltar que a reconstrução fez parte de uma série de reformas no centro histórico visando conservar as construções de época tipicamente paranaenses. Depois desta reconstrução ocorreram uma série de mudanças na estrutura da Igreja. Não se tem muita informação sobre a arquitetura da Igreja Antiga, salvo que pertencia ao Estilo Colonial, apenas com uma nave central, e uma rosácea e janelas laterais que a aproximam do estilo romântico e colonial, sem a torre e as janelas de vitrais de agora.

Vide imagens:



Praça Garibaldi, 1904.

(Fonte: Revista Restauro, n.1, pp. 13-16, junho de 2013)

Vide imagem do projeto atual:



(Jornal Gazeta do Povo, 1927, acervo da Biblioteca Pública do Paraná)

Após sua demolição, foi reconstruída seguindo um estilo barroco tardio, com a construção de uma torre, e orientada pelos elementos deste estilo arquitetônico, uso da pintura e escultura preenchendo os espaços vazios da construção de forma harmônica, utilizando internamente efeitos dramáticos de luz e sombra. Porém, ao analisar seus elementos, e olhando para seu entorno, observamos a dificuldade de enquadrar a Igreja em um estilo arquitetônico propriamente dito, tendo em sua atual estrutura alguns elementos do estilo Arquitetônico Eclético, definido por Pedone (2004) como sendo "(...) o procedimento que buscou inventar uma arquitetura adaptada aos novos tempos, por meio do uso de elementos e de sistemas escolhidos na história da arquitetura, com o objetivo de criar novas composições". Ao analisar mais a fundo esta reforma, nos atrelamos a uma notícia do Jornal Gazeta do Povo de 01 de outubro de

1927, nela temos a divulgação do novo projeto da Igreja, desenhada e projetada por Eduardo Fernando Chaves. E, também uma entrevista com o Monsenhor Celso (1849-1930), publicada no Jornal Gazeta do Povo em 25 de agosto de 1928. A partir disso, pudemos notar algumas preocupações e exigências do Monsenhor Celso, em sua maioria, preferindo reconstruir a igreja exatamente e fielmente como ela era antes da reforma:

“(...) construida pela subscrispção do povo curitybano e sob os auspícios do venerado prelado paranaense, Mons. Celso (...) O projeto formosissimo, que reconstroem completamente e moderniza a velha Egreja, não lhe tira, porém, as actuaes linhas architectonicas, que já são tradiccionaes na vida da cidade. O projeto que será exposto na vitrine de "O Louvre", é do abalizado artista paranaense (...) architectodr. Eduardo Fernando Chaves.” (01/10/1927, Gazeta do Povo).

Primeiro, existia uma vontade do "povo curitibano" e um contato direto do Monsenhor Celso na feitura do projeto. Segundo, o projeto reconstrói e moderniza, porém não lhe tira as linhas tradicionais da vida na cidade. Na verdade este é um equívoco, comparando as linhas da Igreja atualmente. Com seu falecimento um pouco antes do inicio das obras, o projeto foi alterado por Chaves buscando “modernizar” o edifício e coloca-lo em harmonia com as demais edificações vizinhas. No caso, fazendo uma análise da presença da Igreja ao longo do século XX aos dias de hoje, e nos atentando a questão da capitalidade mencionada por Lynch e Argan, percebemos que ela se encontra em um espaço turístico da cidade. Tanto as vias, ruas, e o próprio bairro apontam para isso.

Na Rua Doutor Claudino dos Santos não é comum à passagem de carros, sendo fechada e ladrilhada para uso exclusivo de pedestres, cortada pela Rua do Rosário e a Duque de Caxias. Ao longo de sua extensão, no entorno da Igreja, nota-se a presença de muitos bares, casas de artesanato, outras igrejas, praças, construções históricas, restaurantes, e nos domingos as ruas são interditadas pela tradicional feira do Largo da Ordem.

Atualmente, a Igreja é relativamente alta e se destaca dos demais prédios da região, por sua torre e nave altas, além de ocupar boa parte da quadra e estar em frente a uma praça – sendo possível observá-la com destaque na Rua XV de Novembro. Embora no Largo da Ordem ocupe certo papel de destaque, acaba ofuscada pela Catedral de Curitiba, que fica na quadra de baixo, na Praça Tiradentes. Ela está encaixada no circuito turístico como a Igreja dos Negros, última parada da linha turismo, no setor histórico da cidade. É um patrimônio de conservação como a maioria dos prédios por perto. O seu papel como templo, além de ter uma história que data ao século XVIII, ajudam a torná-la um importante elemento da região, carregando uma forte memória da cidade. Existem ainda festejos e celebrações na própria Igreja, porém, ao observarmos o espaço em torno, vemos como a cidade cresceu. Os prédios altos, as ruas estreitas e os outros pontos turísticos no entorno ofuscaram bastante a Igreja do Rosário. É difícil observá-la de longe, mesmo estando em um local alto, e quando comparada a arquitetura moderna ao seu entorno, nota-se que é um edifício um pouco deslocado.

Conclusão

Por fim, a partir de todas as considerações sobre a Irmandade do Rosário, podemos afirmar a importância desta ordem religiosa devido a tantos reflexos obtidos pelas exposições de toda estrutura dessa irmandade em uma cidade que na época teria algo muito inferior a cinqüenta mil habitantes, sendo que pelo menos 10% da população era notadamente negra e escrava. Pelos registros de óbito utilizados na pesquisa de Carlos Alberto Lima (2002), e pelos estudos de Elvira Mari Kubo (1974), notamos o aumento do número de fiéis frequentadores da Igreja, o que significou um aumento do número de escravos ou um aumento em sua rotação. As instituições em si poderiam, em nossa visão, ser uma resistência ao sistema escravista. A linha entre a reprodução de um sistema e de um mecanismo de luta e resistência é muito tênue – não se sabe em que momentos as hierarquias eram usadas para tentar a alforria de alguns irmãos, mais notadamente os de maior ordem de hierarquia, ou quando apenas negociavam com senhores em troca de uma inserção e a consequente volta de uma identidade, mesmo que coletiva e sem prestígio.

REFÉRENCIAS

- ARGAN, G. *História da Arte como História da Cidade*. Martins Fontes, SP, 1984.
- BURY, John. *Arquitetura e arte no Brasil Colonial*. Org. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira. 1a Edição. Brasília, DF: IPHAN/MONUMENTA, 2006.

CARPINTÉRO, M. V. T; CERASOLI, J. F. “A Cidade como história”. In: periódico *História: Questões & Debates*. NADALIN, Sérgio Odilon (Org.). Curitiba, PR: Editora UFPR, ano 26, n. 50, jan./jun. 2009.

COSTA, Hilton. *Ilusão de ótica: presença negra e imigração para o sul do Brasil nas análises de Raymundo Nina Rodrigues e Sílvio Romero*. In: V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011, Porto Alegre, 2011.

FEDALTO, Pedro. *A arquidiocese de Curitiba na sua história*. Curitiba, 1958.

KUBO, Elvira Mari. *Aspectos Demográficos em Curitiba: 1801-1850*. 1974. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24630/D>> - KUBO, ELVIRA MARI.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 jun. 2016.

LIMA, Carlos A. M.; MOURA, Ana Maria da Silva. *Devoção & Incorporação. Igreja, escravos e índios na América Portuguesa*. Curitiba: Editora Peregrina, 2002.

LYNCH, K. A imagem da cidade. Martins Fontes. São Paulo. 1996.

PEDONE, Jaqueline VielCaberlon. *O Espírito Eclético na Arquitetura*. Arqtexto, Rio Grande do Sul, Volume 6, pp. 126-137, 2a Semestre de 2004.

RIBEIRO, Fabia Barbosa. *Caminho da Piedade, caminhos da devoção: as irmandades de pretos no vale do Paraíba Paulista*. 2010. 272 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUZA JÚNIOR, Jose Pereira de. *Irmãdades religiosas: espaços de devoção e disputas políticas na Paraíba oitocentista*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25. 2009, Fortaleza. Anais do XXV Sim-

pósito Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009.
CD-ROM.

WEBER, Silvio Adriano. *Escravidão e Irmandade Negra Nos Campos de Curitiba (1797-1850)*. 2005.

Gazeta do Povo. Edições: 08/04/1950; 03/01/1991; 01/10/1927;
25/08/1928. Disponíveis na Biblioteca Pública do Paraná.

Recebido em: 23/01/2017

Aceito em: 25/01/2017

NORMAS EDITORIAIS

1. A Revista *Cadernos de Clio* aceita artigos e resenhas bibliográficas em português, inglês ou espanhol.
2. Os artigos terão tema livre, desde que dentro do campo historiográfico ou que dialogue com o mesmo.
3. Os artigos deverão conter de 10 a 15 páginas (formato A4), sendo este o número máximo com resumo, bibliografia e título, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.
4. As resenhas deverão ser de livros publicados no Brasil nos últimos 03 anos (ou seja, desde 2013) e de livros publicados no exterior nos últimos 05 anos (ou seja, desde 2010). Deverão ter no máximo 05 páginas, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.
5. Serão aceitos artigos e resenhas de graduandos dos cursos de História ou de áreas afins desde que os trabalhos dialoguem com temáticas relacionadas a historiografia, sempre sob orientação e com aval do(a) professor(a) orientador(a) (Anexo 1). O aval deve ser anexo no ato da submissão do artigo na plataforma como ‘documento complementar’. Não serão aceitos artigos e/ou resenhas anônimas.
6. A decisão sobre a publicação de artigos e resenhas cabe aos Editores a partir da avaliação do Conselho Editorial da *Cadernos de Clio*. Cada artigo será avaliado por dois pareceristas e poderá receber três pareceres, que podem ser: (a) indicar a publicação; (b) indicar a publicação desde que sejam feitas revisões; ou (c) negar a publicação. A publicação dos artigos e resenhas aprovados pelos

pareceristas estará, contudo, condicionada ao orçamento da revista e/ou às novas configurações do suporte *on line*. Portanto, artigos e resenhas que forem aprovados e não imediatamente publicados, ficarão arquivados para possíveis publicações em edições futuras.

7. Os autores serão notificados da recepção das colaborações e desenvolvimento do processo de avaliação.

8. Os Editores reservam-se o direito de sugerir ao autor modificações de forma a adequar as colaborações ao padrão editorial e gráfico da revista.

9. As afirmações e conceitos emitidos em artigos são de absoluta responsabilidade de seus autores. A apresentação das colaborações ao corpo editorial implica a cessão da prioridade da publicação aos *Cadernos de Clio*, bem como a cessão dos direitos autorais dos textos publicados, que só poderão ser reproduzidos sob autorização expressa dos Editores. Os colaboradores manterão o direito de utilizar o material publicado em futuras coletâneas de sua obra, sem o pagamento de taxas à revista. A permissão para reedição ou tradução por terceiros do material publicado não será feita sem o consentimento do autor.

Normas técnicas para apresentação de Artigos:

1. O envio de artigos e resenhas deverá ser feito exclusivamente pelo sistema SER/UFP (<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/clio>). Deverá ser informado na plataforma no e-mail a situação acadêmica do(a) aluno(a) (período e vinculação), link do lattes (se possuir) e nome do(a) professor(a) orientador(a).

2. Os artigos em português deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em português, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em língua estrangeira (inglês ou espanhol); (b) do título traduzido para a língua estran-

geira escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em português e sua respectiva versão na língua estrangeira escolhida; e (d) da carta de aval do(a) professor(a) orientador(a) do artigo.

3. Os artigos em inglês deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em inglês, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em português ou espanhol; (b) do título traduzido para a segunda língua escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em espanhol e sua respectiva versão na língua escolhida; e (d) da carta de aval do(a) professor(a) orientador(a) do artigo.

4. Os artigos em espanhol deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em espanhol, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em português ou inglês; (b) do título traduzido para a segunda língua escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em espanhol e sua respectiva versão na língua escolhida; e (d) da carta de aval do(a) professor(a) orientador(a) do artigo.

5. Para publicações de imagens, encaminhar ainda termo de liberação para publicação do detentor dos direitos autorais ou comprovação de que esteja em domínio público.

6. As referências bibliográficas deverão seguir o modelo da ABNT.

7. As referências a autores no decorrer do artigo deverão obedecer ao padrão (Autor, data) ou (Autor, data: página). Ex.: (Hobsbawm, 2003) ou (Hobsbawm, 2003: 30). Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano serão identificados por uma letra após a data. Ex.: (Le Goff, 2006a), (Le Goff, 2006b).

8. As notas de rodapé deverão ter caráter unicamente explicativo, não de referências bibliográficas, obedecendo a ordem dos algarismos arábicos em ordem crescente.

9. Os arquivos não poderão ter qualquer informação que identifique a autoria, sob pena de eliminação do processo seletivo da revista.

INFORMAÇÕES:

cadernosdeclio@gmail.com (Comissão Editorial)
<http://pethistoriaufpr.wordpress.com>